

A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES



Geledés
Instituto da Mulher Negra
www.geledes.org.br



Criola
Organização de Mulheres Negras
www.criola.org.br

A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES



Geledés
Instituto da Mulher Negra
www.geledes.org.br



Criola
Organização de Mulheres Negras
www.criola.org.br

APRESENTAÇÃO

POR JUREMA WERNECK E NILZA IRACI
COORDENADORAS

Esse Dossiê é o resultado de um trabalho conjunto do Geledés – Instituto da Mulher Negra e Criola – Organização de Mulheres Negras, sob a coordenação de Nilza Iraci e Jurema Werneck. Ele apresenta diferentes formas de violações de direitos humanos de mulheres negras brasileiras e foi apresentado na 157ª sessão da Comissão da OEA – Organização dos Estados Americanos. A violência é um fenômeno complexo e, nas sociedades afetadas pelo racismo patriarcal heteronormativo, atinge de maneira desproporcional às populações de pele escura, com forte marca do sexismo e das fobias LGBT. Apesar de o Brasil ter se empenhado nas últimas décadas em ações de diminuição das desigualdades sociais e de enfrentamento da violência contra a mulher, elas não impediram o aumento de 54.2% dos assassinatos de mulheres negras entre 2003-2013, o aumento do encarceramento feminino e a continuidade das violações de direitos das mulheres negras.

Para proteger a vida e os direitos de mulheres e meninas negras, é imprescindível que mecanismos, soluções e remédios atuem sobre as experiências e necessidades específicas deste grupo populacional, incorporando a perspectiva de enfrentamento ao racismo patriarcal heteronormativo, ao racismo institucional e seus impactos sociais, econômicos e psíquicos na vida das

mulheres e meninas negras.

Enquanto preparávamos o Dossiê nos deparamos com histórias e imagens que impregnaram nossas mentes, se fixaram em nossas retinas, perduraram durante todo o trabalho, e ainda nos assombram.

Imagens de dor, de abandono, de manifestações de ódios, de descaso público, mas também de solidariedade e indignação. É o sentimento de indignação que nos leva a concluí-lo e apresentar a vocês.

Queremos chamar atenção e exigir respostas urgentes capazes de frear a exposição desproporcional de meninas, adolescentes, jovens mulheres negras lésbicas, trans e heterossexuais, do campo e da cidade às múltiplas formas de violência. Queremos, ainda, apontar caminhos para reverter a inadequação e/ou ineficiência das políticas públicas em curso no Brasil para proteger as vidas das mulheres negras.

Nem de longe pretendemos esgotar os assuntos tratados, pelo contrário esperamos que cada um/a de vocês se indigne, também, e utilize esse material como instrumento de luta e pressão para que possamos transformar esse circo de horrores num mundo confortável e digno para as meninas, adolescentes e mulheres negras lésbicas, trans, heterossexuais do campo e da cidade e todas as pessoas desse país.

CONTEXTO

COORDENAÇÃO DA ARTICULAÇÃO
DE ONGS DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

O Dossiê sobre a Violação dos Direitos das Mulheres Negras Brasileiras é o resultado de milhares de vozes de mulheres negras que durante três anos se mobilizaram para construir a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver.

Vozes de meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, lésbicas, transexuais, transgêneros, heterossexuais, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

De trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas outras¹.

São vozes dissonantes que formaram um grande coro que ecoou de Brasília para todo o território brasileiro, para exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio da população negra expresso no assassinato de jovens

negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer na sociedade para com as nossas vidas negras.

O Dossiê é um retrato em preto e branco, sem retoque, da violência que as mulheres negras vivenciam cotidianamente, ocultadas pela cumplicidade do racismo patriarcal heteronormativo e institucional. Da violência praticada contra nossos corpos, nosso pensar, nosso existir. Seu objetivo é desassossegá-las, incomodar, fazer pensar e agir.

Nós da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, ao participarmos do Dossiê estamos dizendo à sociedade que não seremos silenciadas, que não vamos aceitar caladas, enfim, que vamos reagir das mais diversas formas. Que vamos continuar resistindo para garantir novas possibilidades, novos fazeres e consolidar o bem viver como uma nova utopia.

¹ Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o racismo e a violência e pelo bem viver como nova utopia.

SUMÁRIO

Apresentação	5
Contexto	7
Racismo patriarcal heteronormativo	11
Dados demográficos	11
Situação social	11
Participação em espaços de poder e decisão	11
Definições de violência	13
A violência na vida das mulheres negras brasileiras	15
Mortes por Agressão	16
Mulheres negras assassinadas	17
Luto feito Mãe – a maternidade ultrajada	19
Mães de Acari	19
Mortalidade Materna	20
Ministro da Saúde reconheceu o racismo	20
Negligência e imperícia provocaram a morte	21
Assassinatos de lésbicas, travestis e transexuais negras	23
Violências contra mulheres trans e travestis	23
Violência contra quilombolas: conflitos de terras, violência contra mulheres e meninas	27
Racismo Institucional no Sistema de Justiça	28
Violência de gênero	32
Intolerância religiosa	34
Racismo na internet	36
Violência política	39
Racismo institucional	39
Chegada do vírus zika e o impacto sobre as mulheres negras	40
Considerações e recomendações	42
Direito à vida e à liberdade	43
Enfrentamento ao racismo institucional	48
Recomendações para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos	49
Anexos	51 - 148
Cartas das organizações da Sociedade Civil	149
Links	162

VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES

DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 2013 o Brasil tinha uma população de 59.4 milhões de mulheres negras, correspondendo a 51,8% da população feminina e 27.7% da população brasileira total (IPEA, 2013). Este grupo está presente em todas as regiões do país, sendo que as Regiões Norte e Nordeste apresentam a maior proporção de mulheres negras em sua população feminina, equivalendo a 75.2% e 70.7% respectivamente; a Região Centro-Oeste apresenta 57%, a Região Sudeste, 43.9%. A Região Sul apresenta a menor proporção, com 21.3% de mulheres negras na população feminina. Em todas as regiões as mulheres negras residem principalmente nas áreas urbanas, especialmente nas periferias e regiões mais precárias das cidades.

SITUAÇÃO SOCIAL

As mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza. Somente 26.3% das mulheres negras viviam entre os não pobres, enquanto que 52.5% das mulheres brancas e 52.8% dos homens brancos estavam na mesma condição (IPEA, 2011). A maioria das mulheres negras reside nas regiões com menor acesso a água encanada, esgotamento sanitário e coleta regular de lixo. Por isso, estão mais expostas a fatores patogênicos ambientais e também àqueles fatores decorrentes de sobrecarga de

tarefas de cuidado com o domicílio, o ambiente, com seus residentes e a comunidade, sob condições adversas e sem anteparo de políticas públicas adequadas. E ainda, apresentam risco aumentado de acidentes domésticos, de trajeto e no ambiente de trabalho.

Outras informações demonstram que 53.6% das famílias chefiadas por mulheres no país são lideradas por mulheres negras (IPEA, 2013). Dessas, 63.4% das mulheres negras estão ocupadas no trabalho doméstico (IPEA, 2012), recebendo 86% dos rendimentos das mulheres brancas com a mesma ocupação. As mulheres negras são o principal grupo atuante no mercado informal: 26.5% das mulheres negras trabalhadoras atuavam no mercado informal em 2012, chegando a 46.7% nas seis maiores Regiões Metropolitanas do país (IBGE, PME, agosto de 2012). Em relação ao desemprego, as mulheres negras apresentam as maiores taxas ao longo dos anos e das diferentes situações econômicas do país.

PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

A presença de mulheres negras em posições de decisão em organismos públicos e privados corresponde a 3% no cargo de Ministra de Estado (2016), 1% no Parlamento (Câmara de Deputados e Senado, 2014) e 0.5% nas diretorias das 500 maiores



Racismo patriarcal heteronormativo

É um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT. O conceito permite chamar atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade. Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero.

Se as mulheres negras fossem um país, seriam pouco maior que a população da Colômbia e 27 vezes maior que a Jamaica

empresas no Brasil (2010). Não há nenhuma mulher negra atuando como Ministra do Supremo Tribunal Federal do Brasil.

Não existem dados consolidados pelos organismos oficiais do Estado brasileiro acerca da participação de mulheres e homens afrodescendentes em posição de poder e decisão no Brasil, em cargos públicos ou privados. No setor privado, pesquisa realizada em 2010 sobre as 500 maiores empresas brasileiras, diante da grande desigualdade racial e de gênero percebida na ocupação de cargos executivos, só havia seis mulheres negras (todas pardas, ou seja, de pele mais clara) ocupando cargos de diretoria. Nas empresas estudadas, havia 119 mulheres e 1.162 diretores, negros e não negros, de ambos os sexos (Instituto Ethos, 2010).

Em relação aos organismos públicos, não há dados sistematizados disponíveis, mas é possível constatar a baixa representação das mulheres negras: atualmente, o Poder Executivo do Brasil possui 32 ministérios (o que inclui órgãos com status de ministério). Nestes, apenas um, o Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e Direitos Humanos, é liderado por uma mulher negra, sendo a única pessoa negra a ocupar esta posição e uma das duas mulheres nesta posição.

No Supremo Tribunal Federal, entre os 11 ministros, há duas mulheres. No entanto, não há nenhuma pessoa negra, mulher ou homem.

No Congresso Nacional, somente a partir das eleições de 2014 se

começou a coletar informações sobre raça/cor de candidatos e candidatas. No entanto, não existe divulgação oficial acerca da presença de mulheres negras no Parlamento brasileiro. Estudos de organizações da sociedade civil apontam que, nesta legislatura, há 45 pessoas negras eleitas entre 567 parlamentares. Entre estes, apenas 6, ou seja, 1%, são mulheres negras.

DEFINIÇÕES DE VIOLÊNCIA

Este Informe acompanha a classificação de violência proposta pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002), que estabelece diferentes dimensões e naturezas desse fenômeno, quais sejam:

A. VIOLÊNCIA AUTO INFLIGIDA (AUTOPROVOCADA) Tentativas de suicídio, suicídio, autoflagelação, autopunição, automutilação;

B. VIOLÊNCIA INTERPESSOAL intrafamiliar e comunitária. A violência comunitária também é denominada de violência urbana;

C. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR Ocorre entre os membros da própria família, entre pessoas que têm grau de parentesco, ou entre pessoas que possuem vínculos afetivos. Também denominada de violência doméstica por alguns teóricos, embora outros estudiosos desse tema façam uma distinção entre a violência doméstica e a violência intrafamiliar;

D. VIOLÊNCIA COLETIVA Presente nos âmbitos sociais, políticos

e econômicos, caracterizada pela subjugação/dominação de grupos e do estado;

E. VIOLÊNCIA ESTRUTURAL Ocorrem em diferentes formas onde há manutenção das desigualdades sociais, econômicas, culturais, de gênero, etárias, raciais, étnicas.

É a violência que mantém a miséria de uma determinada população. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência tem diferentes naturezas: física, sexual, psicológica, maus tratos e negligência. Assim, é possível reconhecer a violência como um fenômeno complexo, que deve também ser compreendida em suas dimensões cultural, ideológica, política, que atingem pessoas e sociedades, enraizando-se em seus modos de organização e relação.

Nesta perspectiva, verificamos a extensa participação de diferentes formas de violência na vida das mulheres negras, em grande parte mediadas pelas iniquidades originadas no racismo patriarcal heteronormativo, ou seja, um racismo fortemente marcado pelo sexismo e pelas fobias LGBT, no Brasil. Este Informe apresentará casos exemplares de violência contra as mulheres negras brasileiras. Tais situações servirão para demonstrar também a insuficiência, inadequação ou negligência do Estado brasileiro em cumprir e fazer cumprir os direitos humanos, em prover segurança e acesso a direitos e de impedir a alta vitimização das mulheres negras.

É a violência que mantém a miséria de uma determinada população. Ainda segundo a Organização Mundial de Saúde, a violência tem diferentes naturezas: física, sexual, psicológica, maus tratos e negligência. Assim, é possível reconhecer a violência como um fenômeno complexo, que deve também ser compreendido em suas dimensões cultural, ideológica, política, que atingem pessoas e sociedades, enraizando-se em seus modos de organização e relação.

A VIOLÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

No Brasil, os assassinatos de mulheres negras tiveram um aumento de 54.2% em 10 anos (2002-2013). No mesmo período, houve redução de 9.3% dos assassinatos de mulheres brancas. No período 2011-2013, 16 mulheres morreram assassinadas por dia, 488 por mês, 5.860 por ano. 45% eram mulheres jovens (10 a 29 anos). As taxas de homicídios de mulheres² foram mais altas nas Regiões Centro-Oeste (7.81), Nordeste (7.31) e Norte (7.26), entre estas, a maioria era negra. As taxas das Regiões Sudeste (4.82) e Sul (4.26), foram também extremamente altas.

Em todas as Regiões, as mulheres negras foram as principais vítimas de assassinatos de mulheres, à exceção da Região Sul: 87% na Região Nordeste, 81% na Região Norte, 71% na Região Centro-Oeste, 55% na Região Sudeste e 18% na Região Sul.

A taxa de homicídios de mulheres negras em todo o país é 2.25 vezes mais alta do que a taxa de homicídios de

mulheres brancas.

Apesar de o Brasil ser signatário de Pactos Internacionais contra a violência contra as mulheres e de possuir legislação específica avançada, como a Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha)³, além de políticas, programas e redes de serviços voltados para o enfrentamento do grave problema³, não existe qualquer mecanismo voltado para o enfrentamento ao racismo, seus impactos na produção da violência contra as mulheres negras, e ao racismo institucional incorporado a estas ações.

Em 2015 o Brasil aprovou a Lei 13.104 sobre feminicídios, que destaca os assassinatos de mulheres relacionados às desigualdades de gênero no país. No entanto, estas Leis e demais instrumentos relativos à violência contra mulher negligenciam as iniquidades provocadas pelo racismo e a complexidade da violência enfrentada pelas mulheres negras.

Mulheres negras assassinadas

As vítimas são mulheres negras reais, integradas a suas famílias e comunidades, responsáveis pela subsistência de suas famílias.

Muitas mulheres negras assassinadas eram defensoras de direitos humanos.

A responsabilização do Estado brasileiro nestas mortes se dá por duas vias principais: negligência ou ineficiência de políticas públicas para a garantia de direitos, como por exemplo, de titulação de terras quilombolas, não proteção de territórios e vidas das comunidades, entre outras; e pela ação direta de seus agentes: nestes casos, as polícias têm papel preponderante.

² Número de mulheres assassinadas por 100 mil habitantes.

³ Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (lançado em 2007), organizadas em cinco eixos: 1- Garantia da Aplicabilidade da Lei Maria da Penha, 2- Ampliação e fortalecimento da Rede de Serviços para Mulheres em Situação de Violência, 3- Garantia da Segurança Cidadã e Acesso à Justiça, 4- Garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, Enfrentamento à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres, 5- Garantia da Autonomia das Mulheres em Situação de Violência e Ampliação de seus Direitos; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Programa Mulher, Viver Sem Violência; Campanhas.

Mortes por agressão: as mulheres negras são 64% das vítimas de assassinatos no Brasil



Joelma da Silva Ellias (Jô) – assassinada em 08/12/2008

Negra, quilombola, 36 anos, diretora de eventos e integrante do conselho fiscal da Associação do Quilombo dos Alpes, foi assassinada com tiros nas costas, juntamente com seu irmão, Volmir da Silva Ellias (Guinho, 31 anos), vice-presidente da Associação do Quilombo dos Alpes. O assassino ainda deixou ferida Rosângela da Silva Ellias (Janja), presidente da associação.

O ataque ocorreu dentro da comunidade, sendo que Volmir e Joelma foram alvejados pelas costas. Segundo a comunidade o assassino Pedro Paulo Back, conhecido por alemão, morava na área do quilombo e já algum tempo vinha ameaçando as lideranças. No domingo dia 30/11 ele disparou diversos tiros contra comunidade afirmando que: “o que esta negrada está pensando, vou matar esta negrada”.

Diante desta ameaça, a presidenta da Associação denunciou o fato ao INCRA que, por sua vez pediu que a comunidade procurasse o Ministério Público Federal.

Cabe salientar que a comunidade tomou todos os procedimentos legais, não havendo por parte do estado nenhuma ação em defesa e proteção do quilombo.



Claudia Ferreira da Silva – assassinada em 16/03/2014

Negra, 38 anos, casada, mãe biológica de 4 filhos e mãe adotiva de 4 sobrinhos, auxiliar de serviços gerais. Foi morta a tiros pela polícia na manhã de domingo, dia 16/03/2014, quando havia saído para comprar pão para o café da manhã da família. Dois tiros disparados pela polícia a atingiram no coração e no pescoço. Os policiais removeram seu corpo da cena do crime e o colocaram na parte de trás do carro da polícia, no local destinado a transporte de presos, que saiu em disparada. A porta do compartimento traseiro do carro se abriu e seu corpo preso pelas roupas foi arrastado por cerca de 350 metros no asfalto. A cena foi filmada e divulgada por todos os meios (e está disponível na internet até hoje).

Passados dois anos após seu assassinato, nenhum dos policiais envolvidos foi condenado. O processo está parado desde dezembro de 2015.



Edméia da Silva Euzébio – assassinada em 15/01/93

Negra, residente na favela de Acari, zona norte do Rio de Janeiro, era uma das integrantes do grupo conhecido como Mães de Acari, que buscava justiça e a localização dos corpos do grupo de 11 jovens sequestrados e assassinados em 1990. Os assassinos eram policiais militares e civis da cidade do Rio de Janeiro, integrantes do Grupo de Extermínio autodenominado Cavalos Corredores, que teriam planejado o crime no gabinete do então deputado Emir Laranjeiras, ex-comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar, onde grande parte dos policiais envolvidos estava lotada.

Edméia foi assassinada à luz do dia, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, após ter obtido informações sobre os assassinos de seu filho. Junto com ela, foi assassinada também Sheila da Conceição, que morreu como queima de arquivo, por ter presenciado o assassinato e ter visto os assassinos.



Francisca das Chagas Silva - assassinada em 01/02/2016

Negra, quilombola da Comunidade Joaquim Maria, no Estado do Maranhão, nordeste do Brasil, 34 anos, trabalhadora rural, defensora dos direitos humanos, dirigente sindical e ativista do Movimento de Trabalhadoras Rurais no estado do Maranhão, na Região Nordeste. Francisca foi assassinada no dia 01 de fevereiro de 2016. Seu corpo despido foi encontrado jogado na lama, com sinais de estupro, perfurações e estrangulamento. Até o momento não se identificou os culpados.

A taxa de homicídios de mulheres negras em todo o país é 2.25 vezes mais alta do que a taxa de homicídios de mulheres brancas

Mães de Acari,
Rio de Janeiro/RJ



Mães de Maio,
São Paulo/SP



Mães do Cabula,
Salvador/BA



Mães de Nova Iguaçu,
Nova Iguaçu/RJ



LUTO FEITO MÃE – A MATERNIDADE ULTRAJADA

Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negras. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.

Por trás destes números há também a violência não letal, mas intensa e continuada, que afeta milhares de mulheres negras, em sua maioria mães dos e das jovens assassinados. Estas violências são vividas tanto nos intensos esforços que desenvolve, geralmente em isolamento e solidão, para proteger e tentar preservar a vida de seus jovens, mas também após a morte destes, ao longo de suas ações para recuperar a dignidade dos jovens assassinados, para recuperar e enterrar seus corpos, para buscar reparação e justiça. E há ainda a culpabilização, a representação midiática negativa e preconceituosa desses jovens.

Em situações como estas, as mulheres negras, vítimas negligenciadas, sozinhas ou organizadas em Coletivos de Mães em luta, seguem uma trajetória de invisibilidade e violências que não cessa. Atualmente, com o crescimento exponencial de crianças e jovens

negras e negros assassinados, cresce também o número de mães negras mobilizadas por justiça em todo o país, atuando individualmente ou em grupos, com pouca ou nenhuma assistência do Estado brasileiro.

Adriana Pires da Silva

Mãe de Carlos Eduardo da Silva Souza, de 16 anos, um dos cinco jovens assassinados com mais de 100 tiros disparados pela polícia no dia 25/11/2015. Os rapazes, todos negros e com idades entre 15 e 25 anos, voltavam para casa após comemoração do primeiro emprego de um deles, quando o carro em que viajavam foi metralhado pela polícia. Além do ataque desproporcional, os policiais ainda tentaram incriminar os rapazes e alterar a cena do crime e suprimir provas.

Adriana, devastada, já tentou suicídio três vezes desde a morte de seu filho. As mães e pais dos outros rapazes seguem aguardando reparação e punição dos culpados.

Mães de Acari

O grupo conhecido como Mães de Acari era formado por Edméia da Silva Euzébio, Marilene Lima de Souza, Vera Lúcia Flores Leite, Teresa de Souza Costa, Ana Maria da Silva, Joana Euzilar dos Santos, Márcia da Silva Maria das Graças do Nascimento, Denise Vasconcelos, Ednéia Santos Cruz. Juntas, elas saíram em busca de seus 11 filhos, três moças e oito rapazes -sequestrados juntos e desaparecidos em 26 de julho de 1990 por policiais civis e militares integrantes do grupo de extermínio autodenominado Cavalos Corredores, do Rio de Janeiro. Apesar da luta intensa no Brasil e no exterior em busca de informações, reparação, e justiça, após 25 anos, os responsáveis não foram punidos e os corpos de seus filhos localizados.

MORTALIDADE MATERNA

As mulheres negras são 62% das vítimas de morte maternas no Brasil. As taxas de mortalidade materna e as possibilidades de sua redução estão diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde ofertados. Ou seja, a maioria das mortes podem ser evitadas através de política pública adequada. O que inclui a realização de sete ou mais consultas de pré-natal com realização de exames físicos e laboratoriais listados nos protocolos de assistência pré-natal e a disponibilização de Rede de Atenção à gestante capaz de prestar serviços de qualidade e sem discriminação em todo o país. No Brasil, apenas 55% das mulheres negras fizeram sete consultas de pré-natal em 2012 e estão abaixo da média nacional que é de 62.4%.

Em 2011 o Ministério da Saúde instituiu uma nova estratégia de atenção à saúde reprodutiva das mulheres, a Rede Cegonha+ “para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis”. Voltada para organizar a ação do Sistema Único de Saúde em todo o país e contribuir também para a redução da morbimortalidade de mulheres e crianças, esta estratégia, no entanto, não possui mecanismos para o enfrentamento ao racismo institucional e às desvantagens que mulheres negras enfrentam em relação ao acesso e à qualidade da prestação de serviços em saúde.

Ministro da Saúde reconheceu o racismo

A presença do racismo no Sistema de Saúde e seus impactos na assistência às gestantes já foram reconhecidos pelo Ministro da Saúde: “Ser diferente é uma coisa. Agora, isso transbordar para manifestações de preconceito, de racismo, que faça com que uma mulher negra se submeta à dor, a um tempo de espera ou que receba um grau de orientação sobre aleitamento materno diferente do que uma mulher branca é absolutamente inaceitável”. (Jornal O Globo, 25/11/2014). No entanto, nenhuma iniciativa de enfrentamento ao racismo institucional está em desenvolvimento no Sistema Único de Saúde brasileiro até o momento, especialmente nas políticas de atenção à gestante e ao parto.



Alyne da Silva Pimentel Teixeira

Morreu aos 28 anos em 16/11/2003. Residente na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Alyne era casada e mãe de uma menina. Estava grávida de 6 meses e faleceu em consequência do mau atendimento que recebeu no Sistema Único de Saúde do Rio de Janeiro. Sua família recorreu às várias instâncias, chegando até ao Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres/ CEDAW. Em 2011 o CEDAW reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro na morte de Alyne, tornando-se o primeiro caso de mortalidade materna com decisão em órgão internacional de direitos humanos. No entanto, 14 anos após a sua morte e apesar das recomendações de CEDAW, o Brasil até o momento não garante acesso adequado às mulheres gestantes a serviços de qualidade, permanecendo os diferenciais de discriminação, especialmente em relação às mulheres negras. Nenhum mecanismo de enfrentamento ao racismo institucional foi incorporado às políticas de atenção à gestante e ao parto.



Rafaela Cristina de Souza Santos

A jovem negra de 15 anos morreu em 25 de abril de 2015. Residente na cidade do Rio de Janeiro. Procurou o Sistema Único de Saúde da cidade em trabalho de parto, mas foi atendida somente três horas depois de chegar. Apesar de apresentar demora no parto e sinais de complicação e alto risco (com pressão alta e pré-eclâmpsia), a equipe recusou-se a encaminhá-la para o parto cirúrgico, realizando manobras para forçar o parto normal. Rafaela teve eclâmpsia, ruptura do útero, hemorragia, aspirou vômito, foi transferida em estado grave para um hospital, onde faleceu horas depois, quatro anos após a decisão de CEDAW sobre o caso Alyne Pimentel. Apesar de estar acompanhada da mãe, em nenhum momento a equipe prestou informações à família. Rafaela, que havia feito todas as consultas de pré-natal prescritas, morreu após dar à luz um menino de 3,5 kg e 53 cm através de cesariana.

Negligência e imperícia provocaram a morte

“Colocaram ela no soro, a pressão aumentou e ela teve uma convulsão de eclâmpsia. Só depois disso é que levaram ela para o centro cirúrgico”, afirmou a irmã Daiane Caroline da Silva, de 20 anos. “Tiveram que arrancar o útero dela fora. Aí entubaram ela e levaram para o Hospital de Acari. Quando cheguei lá ouvi do próprio médico do CTI: ‘Mãe, o que fizeram com a sua filha?’”, lamentou Ana Carla Silva de Souza, mãe de Rafaela.

Fonte: Portal G1 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/leve-minha-filha-viva-e-trouxe-caixao-disse-mae-de-gravida-morta-no-rio.html>

ASSASSINATOS DE LÉSBICAS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NEGRAS

118 pessoas trans foram assassinadas no Brasil entre 1 de outubro de 2014 e 30 de setembro de 2015. Este número é 3,5 vezes maior do que o segundo colocado, o México, com 34 pessoas trans assassinadas no mesmo período. Dados disponibilizados por organizações não governamentais informam que a maioria das mulheres transexuais assassinadas no mundo foram negras.

No entanto, existe uma invisibilidade dos dados sobre violências que atingem a população LGBT negra no Brasil. O Estado brasileiro negligencia a coleta e divulgação de informações

acerca da população LGBT, especialmente em relação a lésbicas, travestis e transexuais negras.

Ainda assim, constata-se que as denúncias de violências contra a população LGBT através do serviço telefônico de recepção de denúncias Disque Direitos Humanos - Disque 100 e publicados no Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil 2012, aumentaram 166% entre 2011 e 2012 (SDH, 2012), havendo também um aumento de 183% do número de vítimas. A maioria das denúncias (47,3%) foram feitas por desconhecidos das vítimas. 40,55% das vítimas eram negras.

Violências contra mulheres trans e travestis

“Grande parte das mulheres trans e travestis não têm acesso à informação e aos meios de comunicação. E elas não denunciam. Há poucos dados reais sobre essa violência, que é velada”, afirmou a presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil/ ANTRA, Cris Stefanny (Agência Brasil, 13/11/2015).

“Infelizmente, são pouquíssimas [transexuais e travestis] que conseguem passar dos 35 anos de idade e envelhecer. Quando não são assassinadas, geralmente acontece alguma outra fatalidade”, conta Rafaela Damasceno, ativista.

Fonte: <http://cidadeverde.com/noticias/206741/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e-transexuais>



Verônica Bolina

Mulher negra transexual de 25 anos, Verônica foi torturada pela polícia e por agentes do Sistema Penitenciário da Cidade de São Paulo em abril de 2015. Ela havia sido presa, acusada de tentativa de homicídio. Sob custódia, foi brutalmente espancada, desfigurada e ainda constrangida a gravar um depoimento (foi distribuído amplamente) onde nega ter sido vítima de tortura, inocentando policiais e carcereiros. Em depoimento posterior ao Ministério Público, Verônica informou que foi induzida pela Coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, em troca de redução da pena.

Desfigurada, machucada, desnuda, suas imagens percorreram as redes sociais e provocaram forte mobilização da opinião pública brasileira e do exterior.



Jade e Beyoncé

As duas travestis negras foram baleadas no dia 6 de janeiro de 2016 numa rua da zona norte do Rio de Janeiro. As duas estavam na calçada próximo a uma boate LGBT e foram atacadas por um homem que, após a violência, foi embora caminhando tranquilamente.

Feridas com vários tiros, elas aguardaram pelo socorro em saúde sentadas na calçada da rua. Mas uma cena chamou atenção: sentada sobre seu próprio sangue após receber quatro tiros, a travesti negra, aguarda sozinha pelo socorro.



Luana Barbosa dos Reis, assassinada em 09/04/ 2016

Luana, 34 anos, lésbica, negra, estava com o filho na garupa da sua moto, na rua em que morava, quando foi abordada pelos policiais militares. Sem nenhuma denúncia, eles a intimidaram e pediram para ela ficar contra o muro com as mãos para trás. Luana disse que era mulher e pediu que fosse revistada por uma mulher. A resposta foi um chute nas pernas e um soco no estômago. Foi brutalmente espancada pelos policiais e morreu cinco dias após ter sido internada na Unidade de Emergência do Hospital das Clínicas (HC-UE). Ela sofreu uma isquemia cerebral aguda causada por traumatismo crânio-encefálico, conforme aponta a declaração de óbito. Uma testemunha afirma que Luana foi brutalmente agredida por pelo menos seis policiais.

No Brasil acredita-se que apenas 1% dos casos de estupros coletivos são denunciados às autoridades policiais

São poucas as estatísticas disponíveis acerca das violências contra lésbicas negras.

Segundo o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil 2012, as lésbicas foram 37,59% das vítimas de violência homofóbica e 5,48% das pessoas LGBT assassinadas. No entanto, as informações sobre a raça/cor não estão disponíveis.

Balanço da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos/ Disque 100 e Clique 100 (2016) apontou a baixa participação de lésbicas negras no acesso a este mecanismo de recepção e encaminhamento de denúncias de violências e violações de direitos humanos. Note-se que a coleta de informações acerca da orientação sexual e identidade de gênero neste serviço é deficiente, variando de 0,07 a 0,33% apenas nos grupos não LGBT. Ainda assim, chama atenção o fato de as lésbicas terem sido 29% das denunciadas no grupo de crianças e adolescentes, 20% no grupo de idosos, 15% no grupo de pessoas com deficiência; bem como a ausência

de lésbicas denunciadas nos grupos de população em situação de rua e de igualdade racial.

Em 2012, 6% das vítimas de estupro que apresentaram denúncias ao Disque 100 eram lésbicas, e contribuíram para dar visibilidade ao fenômeno conhecido como estupro corretivo. Outras informações sobre esta violência tem sido coletadas nos serviços de diagnóstico de HIV/AIDS, o que demonstra a inexistência de canais acessíveis e adequados de comunicação e informação atuantes junto a este grupo particular. Em São Paulo, o Hospital Pérola Byington, especializado no atendimento a mulheres vítimas de violência, relatou o atendimento de uma vítima de estupro corretivo a cada mês em 2015, mas não informou a raça/cor das vítimas. Já a Secretaria de Segurança Pública naquele estado registrou apenas um único caso naquele ano, o que demonstra a subnotificação desta violência.

No Brasil acredita-se que apenas 1% dos casos de estupros coletivos são denunciados às autoridades policiais.

Polícia aguarda laudo de exames em caso de 'estupro corretivo' no TO

Homem é suspeito de tentar estuprar filha lésbica para fazê-la 'virar mulher'. Delegado proibiu que menina receba visita de pessoas que não são da família. (...) Um homem é suspeito de tentar estuprar a própria filha adolescente em Araguaína, norte do Tocantins. Segundo um professor da menor, que pediu para não ter o nome revelado, a garota de 14 anos contou que no dia 6 de janeiro o pai tentou estuprá-la em um matagal. O caso está sendo investigado pela polícia e corre em segredo de justiça.

Notícia publicada em 22/01/2016 no Portal G1 TO.

VIOLÊNCIA CONTRA QUILOMBOLAS: CONFLITOS DE TERRAS, VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em 2014 foram registrados 76 conflitos de terras envolvendo 6.144 famílias quilombolas⁵, principalmente a permanência destas populações tradicionais em seus territórios.

Do lado oposto de tais conflitos estão principalmente empresários, mineradoras, madeireiros, além de grileiros e fazendeiros que atuam, muitas vezes, com apoio do sistema de justiça e de armas. E ainda, o Estado brasileiro, onde têm destaque as Forças Armadas, como no caso dos Quilombos de Alcântara (Maranhão), Marambaia (Rio de Janeiro) e Rio dos Macacos (Bahia) – situações denunciadas à OEA anteriormente. A ação deletéria do Estado brasileiro se dá também através de suas opções de desenvolvimento, através de ação direta ou de seus parceiros empresariais nas construções de barragens e hidrelétricas, principalmente.

Apesar da alta prevalência de conflitos pela posse da terra nos territórios quilombolas, verifica-se que houve uma redução de 80% dos recursos

destinados aos processos de legalização da posse da terra em 2016, quando comparados ao investimento de 2015 que, note-se, foi insuficiente.

Somente 207 territórios quilombolas foram reconhecidos oficialmente pelo Estado brasileiro até 2013. O Brasil tem, aproximadamente, três mil territórios quilombolas. Tais comunidades, reconhecidas como remanescentes dos processos de escravidão no país (regime que se extinguiu no ano 1888), têm assegurado seu direito à posse da terra com base no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Cerca de 74,73% das famílias quilombolas estavam em situação de extrema pobreza em 2013; 24,81% não sabiam ler; 82,2% desenvolviam atividades agrícolas, extrativismo ou pesca artesanal; 55,21% não possui água canalizada, 54,07% não possui saneamento adequado e 57,98% não possui coleta regular de lixo.

Estupro de meninas quilombolas

Meninas descendentes de escravos nascidas em comunidades kalungas da Chapada dos Veadeiros protagonizam as mesmas histórias de horror e barbárie dos antepassados, levados à força para trabalhar nas fazendas da região nos séculos 18 e 19. Sem o ensino médio e sem qualquer possibilidade de emprego além do trabalho braçal em terras improdutivas nos povoados onde nasceram, elas são entregues pelos pais a moradores do município de Cavalcante. Na cidade de 10 mil habitantes, no nordeste de Goiás, a 310km de Brasília, a maioria trabalha como empregada doméstica em casa de família de classe média. Em troca, ganha apenas comida, um lugar para dormir e horário livre para frequentar as aulas na rede pública. Para piorar, fica exposta a todo tipo de violência. A mais grave, o estupro, é geralmente cometido pelos patrões, homens brancos e com poder econômico e político. As vítimas têm entre 10 e 14 anos. Os autores, de profissionais liberais a políticos, de 20 a 70 anos. Por enquanto, eles continuam impunes.

⁵ Dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra/ CPT, organismo da Igreja Católica que há mais de 30 anos monitora conflitos e violências no campo.

RACISMO INSTITUCIONAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA

O Brasil tem atualmente a quarta maior população prisional do mundo, com cerca de 620 mil pessoas encarceradas, 40% delas está presa provisoriamente. Entre os presos provisórios, 60% está encarcerada além do prazo razoável, permanecendo em prisão por mais de 90 dias.

A média de ocupação prisional é de 161%, ou seja, acima da capacidade, configurando superlotação e, na prática, violação de direitos humanos.

Dois em cada três presos são negros,

homens ou mulheres. Nos últimos anos, o encarceramento de mulheres cresceu 570%.

Uma vez presas, as mulheres negras terão dificuldades de acesso a seu direito de defesa e demais direitos estabelecidos nas leis, o que inclui assistência de advogado. Sua ausência provocará muitas vezes aprofundamento da situação de pobreza e desestruturação em sua família, vitimizando também sua mãe e seus filhos.



Miriam França

A jovem estudante de doutorado em Farmácia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de família pobre a Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, foi presa no dia 29/12/2014 durante viagem de férias ao estado do Ceará, no Nordeste do Brasil, acusada de assassinar a turista italiana Gaia Molinari. Presa sem provas, Miriam permaneceu encarcerada até 15/02/2015, quando finalmente pode retornar ao Rio de Janeiro.

Além da prisão temporária sem qualquer indício de culpabilidade, Miriam foi vítima de difamação por parte dos policiais encarregados da investigação, que a acusaram publicamente, via mídia, de ser usuária de drogas, de mentir durante o depoimento e de ter assassinado Gaia por ciúmes, num crime

Dois em cada
três presos
são negros,
homens ou
mulheres.
Nos últimos anos,
o encarceramento
de mulheres
cresceu 570%

passional. Assistida por defensores públicos, uma vez que sua família não tinha recursos para contratar advogados, teve negado seu direito de plena defesa, uma vez que por várias semanas os defensores não conseguiram acesso aos documentos do processo, ficando impossibilitada de defendê-la adequadamente.

Miriam França foi solta após Campanha nacional por sua liberdade feita por organizações de mulheres negras e de direitos humanos. A Campanha denunciava que Miriam estava sendo vítima de racismo, indicando que sua prisão aconteceu por ser a única turista negra na cidade naquele período. Até o momento, passados 16 meses da morte de Gaia Molinari, o responsável não foi apontado, julgado ou condenado.

Joana (nome fictício)

Aos 49 anos, entrevistada para uma Dissertação de Mestrado⁶ em 5 de outubro de 2014, Joana apresentava-se como um caso exemplar. Institucionalizada pela primeira vez aos 11 anos de idade, Joana foi aprisionada aos 17 em instituição para jovens infratoras. Dependente de drogas, morando nas ruas de São Paulo, Joana declarou: “Quando fui presa, trabalhava como carroceira e morava nas ruas, embaixo do viaduto do Glicério. Eu tava na cracolândia e o policial me levou. Eu engoli três pedras de crack pra não ser presa. Já perdi as contas de quantas vezes vim pra cá”.

Aos 49 anos, sua experiência de

encarceramento adquiriu contornos mais graves: estava presa sob acusação de uso e tráfico de drogas e compartilhava a prisão com sua filha e seu neto recém-nascido, e tentava impedir que o Estado colocasse o bebê para adoção.

Na mesma pesquisa, a autora desnudava o tratamento desigual dado a presas brancas e negras no Sistema de Justiça, ao apresentar o exemplo da jovem branca Juliana Cristina da Silva, de 28 anos, que foi presa em 15 de outubro de 2014 pelo atropelamento e morte de dois operários que pintavam uma ciclo-faixa na cidade de São Paulo e por ter fugido do local. Juliana,

que se provou estar embriagada no momento do atropelamento, foi libertada da prisão para responder ao processo em liberdade.

O tratamento desigual, o encarceramento desproporcional e as seguidas violações de direitos humanos nas prisões brasileiras produzem outras situações trágicas. A este exemplo, chocou a opinião pública em setembro de 2015 a história de uma detenta da penitenciária feminina Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, que foi obrigada a fazer o próprio parto dentro de uma solitária. Segundo o Tribunal de Justiça do estado (TJRJ), apesar dos gritos de socorro de outras presas

da cela ao lado, a gestante saiu do local com o bebê, uma menina, já nos braços, porém ainda ligado ao cordão umbilical. A diretora da unidade prisional foi afastada do cargo a pedido do TJRJ e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) abriu sindicância interna para apurar os fatos.

Atuar contra estas injustiças também provoca retaliações, como no caso da desembargadora Kenarik Boujikian, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que foi representada e pode ser punida por ter expedido alvarás de soltura para presos que já haviam cumprido pena.

O tratamento desigual, o encarceramento desproporcional e as seguidas violações de direitos humanos nas prisões brasileiras produzem outras situações trágicas

A este exemplo, chocou a opinião pública em setembro de 2015 a história de uma detenta da penitenciária feminina Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, que foi obrigada a fazer o próprio parto dentro de uma solitária

⁶ Rés negras, Judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. Autora: Dina Alves, PUC de São Paulo, 2015.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Pelo menos 13 mulheres foram assassinadas por dia no ano de 2013 no Brasil, num total de 4.7462 mulheres assassinadas naquele ano, configurando um aumento de 21% em relação a 2003. Neste grupo, 2.393 mulheres foram vítimas de familiares e, entre estas, 1.583 foram atacadas por parceiros ou ex-parceiros.

Ao longo da década de 2003-2013 aumentou em 190.9% a vitimização de

mulheres e meninas negras. Em alguns estados do país, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, o aumento da vitimização foi de 300%.

A partir de sua vigência, a Lei Maria da Penha não foi capaz de reduzir a vitimização das mulheres negras de forma direta. No entanto, esta Lei permitiu a desaceleração do crescimento dos assassinatos das mulheres negras.

Ao longo da década de 2003-2013 aumentou em 190.9% a vitimização de mulheres e meninas negras. Em alguns estados do país, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, o aumento da vitimização foi de 300%



Maria do Céu Ferreira da Silva – morreu em 06/10/2013

A líder quilombola e presidente da Associação de Louceiras de Serra do Talhado, no Estado da Paraíba, Maria do Céu Ferreira da Silva, 43 anos, morreu em consequência de queimaduras causadas por seu ex-marido. O agressor, seu ex-marido ateou fogo no corpo de Maria do Céu, na casa (que queimou completamente) e no próprio corpo, alegando estar inconformado com a separação. O atentado, que ocorreu no dia 27 de setembro 2013, aconteceu quando o ex-marido, que não teve o nome revelado, estava resistindo ao fim do relacionamento com Maria do Céu e após uma discussão, a agrediu e ateou fogo em um botijão de gás, que lançou sobre a líder que teve 70% do corpo queimado. Na tentativa de assassinato, a filha adolescente de Maria do Céu também foi machucada e teve queimaduras na ânsia de ajudar a mãe diante do agressor.



Larissa Câmara Sabino – assassinada em 02/04/16

A estudante de 18 anos foi morta a facadas, pelas costas, pelo ex-namorado que não aceitava o fim do relacionamento. O pai da Larissa contou que a jovem vinha sendo perseguida pelo ex-namorado desde o final do ano, quando terminou o relacionamento. Ela já tinha conseguido contra ele uma medida restritiva de 90 dias — que terminou dia 21 de março de 2016.



Camila Aparecida – assassinada em 10/02/2016

A jovem de 26 anos foi assassinada com três tiros, em sua casa, na frente de sua filha de 2 anos. Marta Aparecida, mãe de Camila afirmou que a filha era vítima de violência doméstica. A vítima chegou a registrar boletim de ocorrência contra o suspeito, mas não fez a representação na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Após os disparos, o suspeito fugiu com a filha da vítima. Testemunhas contaram na delegacia que o homem que invadiu a residência e atirou era o marido. Camila era casada há 10 anos e tinha quatro filhos, com idades entre 2 e 9 anos.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A cada três dias, o Disque Direitos Humanos – Disque 100, recebe uma denúncia de intolerância religiosa. Este serviço telefônico e de internet que dedicado à recepção de denúncia de violação de direitos humanos no Brasil, percebeu um aumento de 273% nas denúncias no período 2013-2014.

No ano de 2013, 20% dos casos denunciados envolveram violência física. Os ataques envolvem também ofensas, perseguições, injúrias, difamação, chegando até a incêndios provocados em templos religiosos.

No ano de 2013, 20% dos casos denunciados envolveram violência física. Os ataques envolvem também ofensas, perseguições, injúrias, difamação, chegando até a incêndios provocados em templos religiosos



Iyalorixá Conceição d’Lissá – atentado em 26/06/2014

Foram seis atentados em seis anos contra o templo religioso liderado pela Mãe de Santo Conceição de Lissá (Maria da Conceição Cotta Baptista), localizado na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. O templo religioso estava sediado no local há 13 anos. No último, incendiaram o Templo, com destruição total: “Não sobrou nada, foi uma perda inestimável. Estou me sentindo como se fosse uma mulher estuprada, me pergunto o que fiz de errado para isso acontecer(...). Estou vivendo aquela situação em que a vítima começa causadora (do ataque). É uma sensação muito ruim.” A Mãe de Santo informou também ter sido vítima de tentativa de homicídio, quando tiros foram disparados contra a sacerdotisa e seu templo - ao registrar a denúncia, a polícia recusou adicionar motivação religiosa ao delito.



Kayllane Campos, atacada em 14 de junho de 2015

“Achei que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que fecho o olho eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil de tirar da memória”
O ataque sofrido pela menina Kayllane, 11 anos, que foi atacada na saída de uma cerimônia de Candomblé, na zona norte do Rio de Janeiro, reflete a tensão crescente vivida por milhões de adeptos das religiões afro-brasileiras frente a ataques originados de religiões cristãs, especialmente aquelas de forte presença midiática. A face mais aguda desta situação reflete nos incêndios de templos religiosos, ameaças, discursos de demonização e incitação de fiéis das religiões cristãs contra religiosos. Em escolas públicas, mães, professores e alunos recusam-se a abordar temas de cultura afro-brasileira, afirmando-as como demoníacas, além de perseguirem e atacarem estudantes de todas as idades praticantes das religiões afro brasileiras.

“Achei que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que fecho o olho eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil de tirar da memória”

RACISMO NA INTERNET

Segundo a SaferNet Brasil, entidade que atua no combate aos crimes contra os direitos humanos na internet, as denúncias de racismo na internet cresceram 81% na comparação entre o primeiro semestre de 2013 e 2014. Os dados revelam que de janeiro a junho de 2013, foram feitos 32.533 registros desse tipo de violação, enquanto em período equivalente de 2014, o número saltou para 59.083.

O levantamento da ONG (organização não governamental), que tem acordos de cooperação com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, mostrou também um detalhe interessante: embora neste ano haja mais denúncias, a quantidade de páginas (URLs) envolvidas foi menor: 5.732. Já em 2013, foram 7.953 sites.

Segundo a SaferNet Brasil, entidade que atua no combate aos crimes contra os direitos humanos na internet, as denúncias de racismo na internet cresceram 81% na comparação entre o primeiro semestre de 2013 e 2014



Maria Julia Coutinho

Em julho deste ano, uma foto de Maria Julia Coutinho, também conhecida como Maju, apresentadora do Jornal Nacional da TV Globo, principal programa de notícias da televisão brasileira, foi alvo de dezenas de ofensas racistas. “Macaca”, “volta para a senzala”, “fundo de frigideira”, “tapete de mecânico” e “Estou vendendo essa escrava a R\$ 200” foram alguns dos comentários - que geraram indignação entre internautas e colegas de emissora, que criaram a hashtag #SomosTodosMaju-Coutinho em defesa da jornalista. Esse fato gerou a Campanha “Racismo Virtual. As consequências são reais, produzida pela ONG Criola (www.racismovirtual.com.br).

Os ataques a mulheres negras notórias atuantes na televisão brasileira atingiram várias atrizes vinculadas ao mesmo canal de televisão. Nesses casos, o empenho da polícia levou a prisão de um grupo organizado voltado para a produção de ataques racistas na internet e também a pedofilia. No caso das mulheres negras comuns, não ligadas ao mundo artístico, tal atuação da polícia não se repetiu.



Raissa Gomes

A jornalista e ativista do movimento de mulheres negras, Raissa Gomes, denunciou à Polícia Civil que teve sua foto copiada no Facebook e divulgada por outro usuário em um grupo de compra e venda de objetos. A imagem, de quando estava grávida, trazia uma legenda incensurando o aborto: “Vende-se um bebê por R\$ 50”. A foto foi tirada em 2011 e mostra a jornalista grávida de nove meses - o filho completou 3 anos em novembro. Ela conta que a imagem ilustrava um texto de combate ao preconceito, publicado no site de um coletivo de mulheres negras da capital federal.

Enquanto o texto estava no ar, outras pessoas fizeram críticas à publicação e ao suposto comércio de crianças. “Gente se não quer um bb, após o parto e so ir a uma delegacia e entregar a criança e informar que não poderá criar (sic)”, afirmou uma usuária do site. “Tem vários comentários acreditando na postagem, me chamando de ‘assassina de crianças’, dizendo que vou arder no inferno.”

“Macaca”, “volta para a senzala”, “fundo de frigideira”, “tapete de mecânico” e “Estou vendendo essa escrava a R\$ 200” foram alguns dos comentários (...)

VIOLÊNCIA POLÍTICA

Uma onda conservadora, fortemente inspirada no racismo, tem se espalhado pelo Brasil. A cada dia, diferentes instituições do Estado brasileiro e da sociedade civil, como partidos políticos e outras organizações, ampliam a investida contra direitos adquiridos. Crescem nas ruas e na internet ataques com motivação política que têm, como consequência, restrições nos espaços democráticos de liberdade recentemente conquistados. Tais ataques assumem diferentes feições chegando à agressão e a mortes.

**MARCHA DE MULHERES
NEGRAS CONTRA O RACISMO
E A VIOLÊNCIA E PELO BEM
VIVER, 18/12/2015**

Quatro tiros de revólver, alguns rojões e spray de pimenta foram disparados contra a Marcha por um grupo de policiais e ex-militares conservadores. Organizada ao longo de três anos, esta Marcha reuniu em Brasília, capital federal, cerca de 50.000 mulheres negras de todo o país para protestar e

exigir garantia e ampliação de direitos. Em seu percurso, a Marcha foi atacada por um grupo de militares e ex-militares conservadores que estavam acampados em frente ao Congresso Nacional exigindo o afastamento da presidenta Dilma Roussef. Os tiros disparados provocaram pânico e indignação nas ativistas em Marcha.

Apesar de a presença violenta do grupo acampado já ter provocado várias denúncias a respeito das ameaças que faziam a diferentes grupos políticos e autoridades, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades do Distrito Federal para proteger a Marcha. No momento dos tiros, os policiais que acompanhavam a Marcha, e a polícia do Congresso Nacional pouco fizeram, apesar dos protestos e apelos insistentes. A opção destes foi proteger os atiradores que, soubemos depois, eram policiais – um policial do próprio Distrito Federal e um policial do Estado do Maranhão. Somente após insistentes protestos a polícia deteve os atiradores e os removeram de lá.

Racismo institucional

“Trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (Carmichael e Hamilton, 1967)

Ele se traduz em formas de ineficiência, negligência e insuficiência institucionais que atuam através de barreiras interpostas entre sujeitos e grupos e a realização de seus direitos. Para as mulheres negras, o racismo institucional tem intensa participação direta na produção de vitimização, na negligência ou invisibilização de suas necessidades, terminando por excluí-la dos resultados das conquistas de direitos.

CHEGADA DO VÍRUS ZIKA E O IMPACTO SOBRE AS MULHERES NEGRAS

Não sabemos quantas mulheres negras tiveram a doença até o momento, nem quantas estão vulneráveis a suas complicações. Informações não oficiais apontam que 70% dos bebês com microcefalia são filhos de mulheres negras. Mas este dado não foi confirmado.

Apesar do Sistema Único de Saúde do Brasil ter obrigação de sistematizar e divulgar informações acerca da raça/cor das pessoas, com base na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra aprovada em 2003 (e na Lei 11.288/2011), esta coleta não está sendo feita.

A maior vulnerabilidade das mulheres negras à epidemia vincula-se a

dois fatores principais:

a. Maior vulnerabilidade social da população negra à epidemia, uma vez que esta se instala especialmente em ambiente propícios à proliferação do mosquito transmissor (*Aedes aegypti*, no caso brasileiro). A população negra brasileira é a mais afetada pelo déficit brasileiro em saneamento básico (o mosquito habita ambientes com água parada, ou seja, sem fornecimento contínuo de água potável, sem coleta regular de lixo ou tratamento de esgotos – situação comum às comunidades negras em todas as regiões do Brasil).

b. A ineficiência das ações de controle da infestação de mosquitos, uma vez

que o Sistema Único de Saúde desenvolve há cerca de 30 anos uma estratégia que se mostrou inadequada, voltada para a eliminação dos mosquitos (larvas e mosquitos adultos). Uma estratégia eficiente deve se voltar para eliminação das condições ambientais que permitem a proliferação dos mosquitos, ou seja: fornecimento de saneamento básico, garantia de acesso a água tratada, coleta regular de lixo e de esgotos.

Assim, são as comunidades negras, caracterizadas como favelas, bairros pobres e comunidades sem saneamento, sem fornecimento regular de água limpa e coleta adequada de lixo estão expostas às seguidas epidemias

de dengue nos últimos 30 anos e do espalhamento da Zika e da Chikungunya. Junte-se a isto, o descumprimento do direito à saúde, que dificulta as ações do Sistema Único de Saúde para controle dos vetores (eliminação ou diminuição dos mosquitos), para informação adequada à população em risco, a vigilância, o diagnóstico e tratamento a tempo.

Os discursos das autoridades de saúde e os discursos midiáticos têm sido inadequados, com pouca informação. As ações de enfrentamento da epidemia são as mesmas dos últimos 30 anos: ênfase na eliminação dos mosquitos, uso intenso de larvicidas (até mesmo na água potável!) e inseticidas, negligenciando as ações mais eficazes de saneamento ambiental e outras, que eliminariam os criadouros, tornando as comunidades livres da infestação de *Aedes aegypti*. Principalmente, sem considerar as necessidades das mulheres. Que, ao contrário, são convocadas a se responsabilizar pelas ações para a eliminação dos mosquitos em casa e nas

comunidades. As principais atingidas são as mulheres em idade fértil e, principalmente, as mulheres grávidas.

O que temos visto são mulheres aterrorizadas, muitas necessitando de cuidados em saúde mental. As mulheres negras, com acesso precário ao SUS, vivem suas angústias sem ter acesso a profissionais de saúde e às informações e orientações necessárias. E ainda são submetidas a pressões das religiões cristãs contrárias ao aborto e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; da eugenia, que quer eliminar os “imperfeitos”; e do racismo.

Muitas mulheres grávidas, diante das incertezas, buscam acesso ao aborto seguro. No entanto, a maioria das mulheres negras terminam expostas a abortos inseguros e perigosos, colocando sua própria vida em risco.

Para as que decidem manter a gravidez, não há serviços de saúde preparados para acolher, orientar e assistir a elas e seus filhos que nasçam com más-formações.

No Brasil, 35 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada, mais de 100 milhões não acessam serviços de coleta de esgotos e 78 milhões não têm acesso a serviços de coleta e/ou tratamento de resíduos sólidos (lixo)

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

As violências e violações de direitos humanos das mulheres negras são fenômenos complexos que atinge as mulheres negras de forma desproporcional e intensa, sob o impacto do racismo patriarcal heteronormativo. A garantia de condições plenas de vida, que aponte para o Bem Viver como horizonte apontado pela Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver realizada em Brasília em 18 de novembro de 2015, a ser perseguido por atores Estatais, pela sociedade e em especial, pelas mulheres negras deve ter como pressupostos:

DIREITO À VIDA

A vida é precondição para a existência. Pelos dados acima apresentados, onde mulheres negras morrem de várias maneiras, fruto de fatores que se combinam, é preciso que o enunciado fundante de nossas lutas seja o direito à vida plena;

DIREITO À HUMANIDADE

Ter a vida assegurada não significa insituir-se como ser humano. Como está provado, as desigualdades e discriminações atribuem valor humano às

pessoas, hierarquizado por racismos, sexismos, orientação sexual e outras identidades. A subalternidade da mulher negra, resultado de profundas iniquidades, define a sua existência, subtrai sua humanidade. É preciso sempre reafirmar a nossa humanidade;

DIREITO A TER DIREITOS

Ser humano significa a obtenção e o exercício de direitos. A destituição da humanidade supõe violação de direitos, o que se verifica, de maneira violenta e perversa, nas vidas das mulheres negras no Brasil e no mundo. É

preciso que todas e todos possam participar da coisa pública, com acesso a bens e serviços e dotados de oportunidades iguais para definir as regras e normas que decidem o destino de cada uma e de todas. O impedimento das mulheres negras de participar das coisas públicas de forma igualitária no jogo discursivo hegemônico retira delas o estatuto de sujeitas de direitos, alijando-as não apenas de usufruir de bens simbólicos, materiais e culturais, mas de protagonizar a cena que reorienta as formas de experiências políticas e sociais que recobrem os interesses coletivos;

RECONHECIMENTO DAS DIFERENÇAS (ALTERIDADE)

Um dos traços nefastos do racismo e do sexismo é reconhecer as diferenças para promover a discriminação e não favorecer a pluralidade. As diferenças devem ser um direito inegociável para que a ação política seja de todas(os) para todas(os).

Considerando esses pontos inegociáveis que restituem a humanidade das mulheres negras, tragadas cotidianamente pelas condições de iniquidade de que são vítimas.

Para a consolidação deste horizonte ético e político será necessário que Estado e sociedade acolham as seguintes reivindicações:

Direito à vida e à liberdade

- Garantir o direito à vida da população negra, em geral, e da mulher negra, em particular, como um direito fundamental que não pode ser

violado sob nenhuma hipótese. Tal garantia deve ser acompanhada de condições sociais, políticas, econômicas, ambientais culturais, civis e políticas, para que possamos viver com dignidade, liberdade, livres do racismo patriarcal e de todas as formas de discriminação;

- Assegurar o direito à liberdade garantindo o direito de ir e vir, de emitir opinião, de se expressar, de criar vínculos associativos sem a interpelação do Estado, tomando como referência os princípios éticos e dos Direitos Humanos preconizados em nossa Constituição;

- Garantir a laicidade do Estado face a quaisquer fundamentalismos religiosos;

- Erradicar as desigualdades, considerando que possuem severo fundamento nas discriminações raciais e de gênero, tomando como parâmetro essencial a promoção de políticas públicas que possam garantir a dignidade das mulheres negras;

Promoção da igualdade racial

- Garantir o acesso às riquezas, aos bens comuns de forma igualitária, sustentável e coletiva, resguardando o ambiente da exploração predatória;
- Reconhecimento e visibilidade da trajetória coletiva e das nossas múltiplas realidades, que permanecem ocultas sob o peso de narrativas que nos associam à carência, ao atraso e à incapacidade intelectual e política.
- Fomentar a participação na política nos espaços de decisão e nos órgãos

Um dos traços nefastos do racismo e do sexismo é reconhecer as diferenças para promover a discriminação e não favorecer a pluralidade

Oferecer trabalho decente para migrantes negro/as oriundo/as de países latino-americanos e africanos

públicos, garantindo a paridade e as condições materiais e simbólicas para o empoderamento e o fortalecimento da participação das mulheres negras nas quadras do poder;

- Promover a reforma do sistema político brasileiro visando a constituição de novos parâmetros para a democracia brasileira, para o exercício do poder, suscitando a participação dos grupos excluídos do processo de decisão e reorganizando as formas de representação e de expressão dos interesses dos diferentes grupos e do controle social do Estado;

- Ratificar e assegurar o cumprimento das deliberações dos protocolos, pactos, declarações, convenções, planos de ações regionais (OEA) e internacionais (ONU), ratificando e referendando esses compromissos.

- Tomar como parâmetros indicadores nacionais e internacionais para o monitoramento do cumprimento dessas medidas, que também poderão levar em conta outros indicadores tais como, o bem-estar psicológico, a saúde, o uso do tempo, a vitalidade comunitária, a educação, a cultura, o meio ambiente, a governança e o padrão de vida.

- Implantar as políticas preconizadas no Estatuto da Igualdade racial (Lei no. 12288 de 20/07/2010), bem como o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a organização do Sistema nas esferas estaduais e municipais, a partir de suporte financeiro e técnico;

- Exigir do poder público, nas três esferas de governo, orçamento adequado para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial contra o racismo, a violência e pelo bem viver;

Direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades

- Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho. Deve-se também assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical;

- Assegurar o exercício do trabalho em condições plenas de segurança, assentado na proteção à saúde das(os) trabalhadoras(es) e nos direitos previdenciários previstos em lei, no campo e na cidade;

- Erradicar definitivamente o trabalho análogo ao trabalho escravo e infantil em todo território nacional, garantindo a proteção e o desenvolvimento da(o) trabalhador(a) na área rural;

- Oferecer trabalho decente para migrantes negro/as oriundos de países latino-americanos e africanos;

- Demandar ao poder público o cumprimento da Lei Complementar nº 150 de 01/06/15 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico que garante a seguridade social e todos os direitos trabalhistas para todas as trabalhadoras domésticas;

- Promover a valorização do trabalho das mulheres negras, coibindo práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, entre outras;

- Garantir o exercício do trabalho em condições de segurança com proteção à saúde das(os) catadoras(es) de

materiais recicláveis, assegurando também todos os direitos trabalhistas e de seguridades social;

- Implementar políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho (nas administrações centralizadas, autarquias, fundações, empresas públicas, privadas, nacionais, multinacionais e cooperativas);

- Assegurar o cumprimento pleno das Convenções 100, 111 e da agenda do Trabalho Descendente da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Direito à terra, território e moradia/direito à cidade

- Garantir a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro incondicional das terras quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais. Necessário se faz também assegurar recursos orçamentários da União para a titulação das terras e para o desenvolvimento de políticas sociais econômicas voltados para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, com participação das(os) interessadas(os) nos processos de decisão;

- Criar condições para permanência e retorno da população negra ao campo, especialmente a juventude e promoção de políticas e leis que protejam, preservem e recuperem as sementes nativas e crioulas. Deve-se salientar que os mecanismos governamentais de compra e distribuição de sementes devem respeitar as formas tradicionais de organização local da agricultura familiar, camponesa e dos povos tradicionais e estimular a formação de estoques de sementes;

- Implementar a reforma agrária e oferecer recursos para o dinamismo

da agroecologia;

- Apoiar, com recursos financeiros e técnicos, as práticas tradicionais de troca, seleção e venda pelas(os) agricultoras(es) familiares e pelas comunidades tradicionais;

- Exigir o reconhecimento e a garantia dos direitos de trabalhadoras(es) do campo, valorizando a remuneração justa e equitativa e o fim da violência e da discriminação contra as mulheres.

- Garantir o Direito a Cidade por meio do reconhecimento da função social da propriedade, para assegurar moradias e acesso a serviços na cidade; contribuindo assim para o fortalecimento dos interesses coletivos sociais, culturais e ambientais em detrimento dos interesses individuais e econômicos.

- Assegurar as mulheres negras o acesso à serviços sociais básicos, referentes à mobilidade, ao esporte e lazer, ao patrimônio natural e cultural;

- Assegurar moradia digna para todas(os), priorizando a segurança da posse e impedindo os despejos forçados, remoções e o monopólio sobre a terra;

- Promover a urbanização de favelas e prevenção de riscos, priorizando a segurança da posse e o respeito de todos os direitos humanos.

Justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida

- Erradicar o racismo ambiental, promovendo políticas ambientais que:

- a. Impeçam a remoção e a desocupação para a extração do patrimônio ambiental e de outras riquezas, o uso de agrotóxicos e outros venenos na agricultura e nas outras culturas de criação de animais e o despejo de

Promover a urbanização de favelas e prevenção de riscos, priorizando a segurança da posse e o respeito de todos os direitos humanos

Assegurar às mulheres negras as políticas de seguridade social, por meio do acesso a serviços essenciais de saúde, assistência e previdência social

detritos e lixos em áreas onde a população negra habita;
b. A destruição do ambiente e da cultura das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;

- Promover fontes alternativas de energia limpa, bem como a democratização, descentralização e gestão pública da energia de maneira a garantir o direito das comunidades tradicionais e das populações do meio rural ao seu acesso;
- Reparar e indenizar as populações, especialmente das mulheres negras, afetadas por megaprojetos e processos industriais e de mineração atingidos por barragens e por desastres naturais;
- Ampliar o acesso universal a água potável, limpeza urbana e ao saneamento básico;
- Promover a soberania alimentar e o acesso a alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e não transgênicos.

Direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social)

- Assegurar às mulheres negras as políticas de seguridade social, por meio do acesso a serviços essenciais de saúde, assistência e previdência social;
- Erradicar o racismo institucional nas organizações públicas e privadas e em suas diferentes políticas, planos e programas de ação;
- Implantar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde;
- Ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à pessoa com Doença Falciforme para todo o território nacional, a partir de um conjunto de

medidas, como o fomento a pesquisas e técnicas de atenção e assistência;

- Descriminalizar o aborto e garantir o atendimento ao aborto legal na rede pública, bem como os procedimentos de profilaxia às mulheres em situação de violência, incluindo também o acesso a pílula do dia seguinte;
- Assegurar a estruturação e o aparelhamento dos equipamentos de saúde da rede pública, especialmente daqueles voltados para o atendimento à saúde da mulher, incluindo recursos humanos especializados e outros insumos necessários;
- Erradicar a mortalidade materna de mulheres negras, aprimorando as políticas em curso e incluindo o quesitor na avaliação de risco;
- Implantar políticas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas áreas da educação, da saúde e da segurança, garantindo o respeito à livre orientação sexual, as identidades de gênero, a autonomia do corpo da mulher o direito ao aborto, bem como promover ações voltadas para a saúde sexual e saúde reprodutiva.

Direito à educação

- Demandar ao Ministério da Educação (MEC) e das Universidades a efetivação e ampliação dos programas e das políticas de assistência voltados para a permanência dos alunos que ingressaram nas universidades por meio do sistema de cotas e de outras políticas de inclusão;
- Garantir a efetivação de mecanismo de implantação das diretrizes curriculares sobre a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena previstas no artigo (26.A da LDB, Leis 10.639 e 11.645), com aprimoramento dos currículos formação continuada, bem como elaborar e difundir materiais didáticos, paradidáticos

e pedagógicos sobre a temática, direcionados aos profissionais da educação;

- Fortalecer políticas públicas voltadas para a redução da evasão escolar, defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminados.

Direito à justiça

- Promover a proteção contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata assegurando que todas as pessoas tenham acesso aos remédios eficazes e usufruam do direito ao acesso ao sistema de justiça e de outras instituições para solicitarem reparação ou satisfação justas e adequadas pelos danos ocasionados por tais formas de discriminação.
- Adotar as medidas necessárias, como previsto na legislação nacional, para assegurar o direito das vítimas em obterem reparação e satisfação justas e adequadas relativas aos atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e a formularem medidas efetivas para prevenção da repetição de tais atos;
- Promover políticas de enfrentamento à violência contra a população negra, em especial, aquela que acomete as mulheres negras, visando assegurar a vida, a segurança e a paz;
- Erradicar o racismo institucional em todas as instâncias do sistema de justiça.
- Assegurar políticas de prevenção e enfrentamento ao encarceramento da população negra, em especial das mulheres negras;
- Assegurar ações de enfrentamento às violações do direito de culto e crença, com vistas a combater a discriminação contra as religiões de matriz africana;

- Retirar de todos os órgãos do sistema de justiça símbolos de qualquer religião, considerando a laicidade do estado brasileiro;
- Apoiar a criação de varas especializadas para tratar as questões raciais no poder judiciário;
- Incentivar a criação de um núcleo de atendimento de questões raciais na defensoria pública;
- Incentivar a geração de dados sobre o sistema de justiça para que possa ser criada jurisprudência em casos de racismo;
- Promover campanhas contra a violência e os homicídios que ceifam a vida da juventude negra, bem como promover ações de reparação dos danos causados às famílias.

Direito à cultura, informação e à comunicação

- Ampliar e efetivar ações afirmativas para as culturas negras nas políticas e programas de incentivo à produção cultural em todos os níveis.
- Implementar e consolidar as ações para inventariar, restaurar e proteger o patrimônio cultural material e imaterial das culturas afro-brasileiras, especialmente das comunidades quilombolas e de matrizes africanas, promovendo a valorização dos conhecimentos e culturas destes segmentos;
- Garantir e promover ações de enfrentamento à intolerância às religiões de matriz africana que afetam os terreiros e os adeptos dessas religiões.
- Promover campanhas que eliminem a veiculação de estereótipos de gênero, raça/etnia, geracional, orientação sexual nos meios de comunicação (públicos e privados) e nas produções, conteúdos, programas e materiais didáticos;

Promover políticas de enfrentamento à violência contra a população negra, em especial, aquela que acomete as mulheres negras, visando assegurar a vida, a segurança e a paz

Ampliar e efetivar ações afirmativas para as culturas negras nas políticas e programas de incentivo à produção cultural em todos os níveis

- Criar novos/outros regimes de visibilidade da população negra, em particular das mulheres negras, apoiado em outro imaginário capaz de romper com os códigos racistas e sexistas que compõem os discursos circulantes;
- Estimular maior participação de profissionais negros, especialmente das mulheres negras, na estrutura ocupacional da mídia e dos sistemas de entretenimento;
- Inserir nas discussões relativas à democratização da mídia no Brasil, o tópico da pluralidade com vistas a contemplar as múltiplas vozes, estéticas e perspectivas dos grupos étnicorraciais que compõem a nação brasileira;
- Fortalecer as mídias populares e comunitárias; garantir participação e a representatividade da mulher negra nos meios; proibir o repasse de verbas públicas para veículos de comunicação que induzem ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia.
- Garantir a todas as pessoas, independentemente da condição socioeconômica ou da localidade, acesso a um serviço de banda larga de qualidade, barato e rápido.
- Exigimos o fim dos oligopólios e monopólios de mídia, a transparência nas concessões de canais de rádio e televisão, o fortalecimento da comunicação pública e comunitária, e a diversidade e a pluralidade de conteúdo nos meios de comunicação do Brasil.

Direito à segurança pública

- Erradicar o racismo institucional das

políticas de segurança, coibindo o uso da violência racial que produz altos índices de homicídios contra a população negra, por meio de políticas de segurança pública, baseadas em Direitos Humanos;

- Promover a participação, o delineamento e o controle social das políticas de segurança pública, considerando, fundamentalmente, a participação da população negra nos conselhos deliberativos dessas políticas;
- Promover ações de enfrentamento ao genocídio da juventude negra, com a participação ativa dos grupos envolvidos;
- Promover campanhas articuladas entre os órgãos públicos e privados contra a violência racial, levando as demandas da população negra, em especial, das mulheres negras;
- Ampliar o número de serviços para a atenção às mulheres negras vítimas de violência sexual e intrafamiliar, bem como, para os crimes raciais.

Enfrentamento ao racismo institucional

As ações nos diferentes campos visam garantir a abordagem das violências em toda sua complexidade e amplitude, e devem amparar-se nas seguintes ferramentas e metodologias capazes de gerar diagnósticos e ações nas seguintes esferas de atuação institucional:

a. Cultura Institucional: as ações a este nível devem abarcar iniciativas voltadas para a identificação e ao

enfrentamento do racismo institucional dentro das próprias instituições, que incluem:

- visibilização do compromisso institucional nos documentos orientadores da atuação de cada órgão e em orientações e normativas específicas;
- instalação e funcionamento de uma instância de governança nas diferentes esferas de formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, que responda por esse compromisso em nome da instituição;
- formulação e implementação de ações afirmativas e outras políticas de enfrentamento do racismo institucional.

b. Manifestações para o Público: refere-se a como as instituições abordam e enfrentam o problema em sua atuação junto à sociedade, por meio de:

- produção de dados e informações cadastrais sobre o público, especialmente sobre a situação das mulheres negras em toda sua diversidade;
- formação de competência cultural entre servidoras e servidores públicos para que o enfrentamento do racismo patriarcal heteronormativo seja de fato incorporado em todas as etapas do processo de formulação;
- implementação, monitoramento e avaliação das políticas e dos serviços, tendo como indicadores principais aqueles capazes de medir os passos para eliminação das desigualdades que inferiorizam e excluem as mulheres negras.

Para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos

- Que seja feita uma visita IN LOCO pela relatora Dra. Margareth Macaulay com objetivo de observar a situação de violação de direitos humanos a que estão submetidas as mulheres negras brasileiras e, finalmente;
- Que promova ações para a ratificação da Convenção Interamericana de Combate ao Racismo, Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância pelo Congresso Nacional brasileiro.



ANEXOS

Os anexos aqui apresentados são parte de uma pesquisa nas mídias. Não editamos textos e imagens e sua representação nos dá ideia de como os casos de violação e violências são retratados pelos veículos de comunicação. Na grande maioria das vezes como espetáculo, onde as vítimas são expostas, invadidas, e tratadas sem nenhum respeito e dignidade.

MORTES POR AGRESSÃO

POLÍCIA

31/03/2016 às 20h04 (Atualizado em 31/03/2016 às 20h10)

Mulher leva soco de policial durante abordagem em Vila Velha. Veja o vídeo

A gravação mostra a condutora algemada à própria moto quando o policial abriu o baú da motocicleta, revista seus pertences e, em seguida, lhe dá um soco no rosto

Folha Vitória

Redação Folha Vitória

[Versão para impressão](#)



A agressão aconteceu na Rodovia do Sol, em Vila Velha. Foto: Divulgação/Governo

Um vídeo com um caso de agressão foi enviado por um telespectador da Rede Vitória na tarde desta quinta-feira (31). As imagens, de acordo com o homem que fez a filmagem, mostram uma mulher que estava dirigindo uma moto sem usar capacete sendo interceptada por um Policial Militar na Rodovia do Sol, em Coqueiral de Itaparica, **Vila Velha**.

A gravação mostra que a mulher estava aparentemente algemada à própria moto quando o policial abriu o baú da motocicleta e começou revistar seus pertences. Em seguida, o PM dá um soco no rosto da condutora.

Em nota a Secretaria Estadual de Segurança Pública informou que "diante dos fatos, a Corregedoria da Polícia Militar vai instaurar, inicialmente, um inquérito policial militar e em seguida um processo administrativo para aplicar as medidas disciplinares em torno do caso".

<http://www.folhavitória.com.br/policia/noticia/2016/03/mulher-leva-soco-de-policial-durante-abordagem-em-vila-velha-veja-o-video.html>

Sindicalista rural é assassinada com requintes de crueldade no Maranhão

04/02/2016

Mais uma vítima do ódio de classe no país. A sindicalista Francisca das Chagas Silva foi encontrada morta na lama na cidade de Miranda do Norte, no Maranhão. Ela era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miranda do Norte.

O corpo foi encontrado nu, com sinais de estupro, estrangulamento e perfurações. “O simbolismo desta imagem, é do escárnio de como são tratadas as reivindicações e a luta das mulheres para serem vistas, tratadas e respeitadas na lei e na vida como seres humanos”, revolta-se Isis Tavares Neves, presidenta da CTB-AM.

Já Ivânia Pereira, secretária da Mulher Trabalhadora da CTB, afirma que “é lamentável mais uma morte de uma grande mulher. Lutadora pelos direitos de igualdade e justiça no campo”. Ela diz também que “esse crime reforça a necessidade de implementação de uma grande aliança de todos os setores civilizados da sociedade para dar um basta em tamanha crueldade, sofrida principalmente por quem luta para acabar com isso”, complementa.

Já Isis afirma que “enquanto formos vendidas na mídia, nas igrejas, na escola, no parlamento, nas famílias, como seres que só têm a dimensão biológica da reprodução, estaremos reproduzindo e reforçando uma cultura machista e misógina e aumentando as estatísticas dos crimes contra as mulheres, sejam eles de que tipo for”.

De acordo com Ivânia, “a CTB rechaça todo tipo de violência e exige apuração rigorosa desse crime hediondo e a imediata prisão de todos os envolvidos. Tanto quem executou o crime, como quem mandou executar”.



Portal CTB com agências

<https://gd-ma.com/2016/02/04/sindicalista-rural-e-assassinada-com-requintes-de-crueldade-no-maranhao/>

Quarta-feira, 29 de julho de 2015

Delegados reúnem provas para concluir inquérito das mortes de cinco mulheres



As cinco vítimas estavam dormindo quando foram mortas - Foto Reprodução

A investigação em torno das mortes de cinco mulheres que foram brutalmente assassinadas com tiros na cabeça, na cidade de Itajá, na madrugada do dia 15 deste mês está concentrada na região do Vale do Açu. Segundo o delegado Ernani Leite Júnior, um dos responsáveis pela condução do inquérito que investiga os crimes, atualmente novas testemunhas estão sendo intimadas a depor. Segundo Ernani, várias provas estão sendo reunidas para compor o inquérito policial, porém, não é possível revelar detalhes ou identidades de testemunhas. “Estamos tentando localizar novas testemunhas que estão intimadas para serem ouvidas e o que posso adiantar é que continuamos trabalhando nesta investigação”, declarou. As mortes das mulheres repercutiram em todo o Estado e a Delegacia Geral de Polícia Civil (DEGEPOL) designou uma comissão composta por quatro delegados para trabalhar em conjunto na apuração dos crimes. Até o momento, dois adultos estão presos suspeitos de participação nas mortes, e um menor também suspeito de envolvimento também continua apreendido. De acordo com a investigação, Francisco de Assis Júnior, 38 anos, mais conhecido por “Júnior ET” é apontado como sendo o mentor da chacina. Também está preso suspeito de envolvimento nas mortes, Isaac Mendonça de Lucena, preso na cidade de Assú. Foram vítimas da chacina: Patrícia Regina Nunes, 37 anos, natural de Natal (administradora do Bordel); Antônia Francisca Bezerra Vicente, 32 anos, natural de Upanema; Maria da Conceição Pedrosa Ferreira, 21 anos, natural de Assú; Maria Daiane Batista, 20 anos, natural de Itajá; e a adolescente Cássia Rayane Santiago, 17 anos, natural de Assú. A notícia é da versão online do Jornal Gazeta do Oeste.

Postado por [Blog Assú RN](#) às 07:10

Viatura da PM arrasta mulher por rua da Zona Norte do Rio. Veja o vídeo

Carolina Heringer, Ligia Modena e Roberta Hoertel

Eram cerca de 9h desse domingo, quando uma viatura do 9º BPM (Rocha Miranda) descia a Estrada Intendente Magalhães, no sentido Marechal Hermes, na Zona Norte do Rio, com o porta-malas aberto. Depois de rolar lá de dentro e ficar pendurado no para-choque do veículo apenas por um pedaço de roupa, o corpo de uma mulher foi arrastado por cerca de 250 metros, batendo contra o asfalto conforme o veículo fazia ultrapassagens. Apesar de alertados por pedestres e motoristas, os PMs não pararam. Um cinegrafista amador que passava pelo local registrou a cena num vídeo.



Apesar de alertados por pedestres, os policiais não pararam a viatura Foto: Reprodução de vídeo

A mulher arrastada era Claudia Silva Ferreira, de 38 anos, [baleada durante uma troca de tiros entre policiais do 9º BPM e traficantes do Morro da Congonha, em Madureira](#). Em depoimento à Polícia Civil, os PMs disseram que a mulher foi socorrida por eles ainda com vida, e levada para o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, mas não resistiu. Já a secretaria Estadual de Saúde informou que a paciente já chegou à unidade morta. Ela levou um tiro no pescoço e outro nas costas.

- Foi revoltante ver aquele corpo pendurado. Eles iam ultrapassando outros carros, e o corpo ia batendo. As pessoas na rua gritavam, tentando avisar os policiais, mas eles não ouviam. Só pararam por causa do sinal e, aí, conseguiram ouvir o que as pessoas diziam. Dois policiais, então, desceram da viatura e puseram o corpo de volta no carro - disse o cinegrafista.



Alertados por pedestres e motoristas, policiais colocaram o corpo da mulher de volta na viatura Foto: Reprodução vídeo

Trajetos de 250 metros

A cena começou a ser registrada próximo ao número 796 da Estrada Intendente de Magalhães, na altura da Rua Boiacá, e foi filmada aproximadamente até o 878, onde fica uma agência da Caixa Econômica Federal. A irmã de Claudia, Jussara Silva Ferreira, de 39 anos, ficou chocada quando viu a imagem do corpo da irmã sendo arrastado. Revoltada, ela quer que os policiais sejam punidos:

- Acham que quem mora na comunidade é bandido. Tratam a gente como se fôssemos uma carne descartável. Isso não vai ficar impune. Esses PMs precisam responder pelo que fizeram.

Claudia tinha quatro filhos e ainda cuidava de outros quatro Foto: Luiz Ackermann / Extra

Antes mesmo de saberem o que havia acontecido com Claudia, familiares tinham desconfiado de que algo pudesse ter ocorrido, já que viram o corpo dela em carne viva ao chegarem no hospital.

- Achamos estranho quando vimos o corpo daquele jeito. Desconfiamos de que tinha acontecido no trajeto até o hospital - relatou Diego Gomes, de 30 anos, primo de Claudia.

Thaís Silva, de 18, filha da vítima e a primeira a encontrá-la morta, já tinha reclamado até mesmo da forma com que os policiais do 9º BPM a socorreram:

- Eles arrastaram minha mãe como se fosse um saco e a jogaram para dentro do camburão como um animal - revoltou-se a jovem.

Vítima faria 20 anos de casada

...

Revoltados, moradores da comunidade protestaram contra a morte da mulher Foto: Luiz Ackermann / Extra

Mãe de quatro filhos, Claudia, conhecida no Morro da Congonha como Cacau, era auxiliar de serviços gerais do Hospital Naval Marcílio Dias, no Lins. Nascida e criada em Madureira, ela ainda cuidava de quatro sobrinhos. A vítima faria 20 anos de casada com o vigia Alexandre Fernandes da Silva, de 41 anos, em setembro deste ano.

Em nota, a assessoria de imprensa da PM afirmou que os policiais do 9º BPM trocaram tiros com criminosos durante uma operação no Morro da Congonha, e um suspeito chegou a ser baleado. Ainda segundo a assessoria, os policiais encontraram a vítima baleada na Rua Joana Resende, ponto mais alto da comunidade. Ela foi levada para o Hospital Carlos Chagas, mas não resistiu. A 29ª DP (Madureira), que investiga o caso, esteve no local para perícia. Dois fuzis usados pelos policiais foram recolhidos para serem periciados. Revoltados, moradores do Morro da Congonha fizeram protestos pela manhã e também à noite. Eles chegaram a fechar a Avenida Edgar Romero.

Matéria completa: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/viatura-da-pm-arrasta-mulher-por-rua-da-zona-norte-do-rio-veja-video-11896179.html#ixzz45eE1kevI>

Jovem de 20 anos é estuprada por PMs após prisão do namorado em Salvador

Publicado há 4 meses - em 1 de dezembro de 2015 » Atualizado às 15:35



Jovem foi até a Corregedoria da PM, localizada na Pituba, acompanhada da mãe e relatou que foi estuprada

Jovem reconheceu autores do estupro e dois militares foram presos em flagrante no R7

Dois policiais militares foram presos, na madrugada desta segunda-feira (30), acusados de terem estuprado uma jovem de 20 anos em Mussurunga, na capital baiana.

Em nota, a assessoria de comunicação da PM (Polícia Militar) informou que, por volta das 4h, a vítima foi até a Corregedoria da PM, localizada na Pituba, acompanhada da mãe e relatou que foi estuprada por dois policiais militares que realizaram a prisão do namorado dela em Mussurunga.

De acordo com a vítima, o estupro aconteceu após os militares terem realizado a prisão do namorado, sob a acusação de tráfico de drogas. Dois policiais permaneceram na casa e violentaram a vítima.

Após o relato da vítima, policiais militares da Corregedoria encaminharam a mulher para a realização de exame de corpo e delito no DPT (Departamento de Polícia Técnica) e, em seguida, os agentes periciaram o imóvel onde teria ocorrido o estupro. Ainda segundo a assessoria, a perícia concluiu que as provas materiais eram condizentes com o depoimento da vítima.

Em seguida, os policiais da Corregedoria realizaram diligências e localizaram as guarnições que tinham atendido a ocorrência. A jovem reconheceu dois dos policiais como os autores do estupro e os militares foram presos em flagrante.

Os policiais foram encaminhados para a Coordenadoria de Custódia Provisória, em Lauro de Freitas, na RMS (região metropolitana de Salvador), e estão à disposição da Justiça.

<file:///F:/Jovem%20de%2020%20anos%20%C3%A9%20estuprada%20por%20PMs%20ap%C3%B3s%20pris%C3%A3o%20do%20namorado%20em%20Salvador%20-%20Geled%C3%A9s.html>

LUTO
FEITO MÃE

Após 25 anos, responsáveis pela chacina de Acari não foram punidos

Batalhão da PM na região encabeça ranking de mortes em confrontos. Anistia

Internacional diz que MP tem sido omissa

POR VERA ARAÚJO

03/08/2015 6:00



Tereza de Souza Costa, 65 anos, mãe de Edson Souza Costa, uma das vítimas do caso que ficou mundialmente conhecido como a Chacina de Acari

- Daniel Marenco / Agência O Globo

RIO - A dona de casa Tereza de Souza Costa, de 65 anos, diz não ter mais lágrimas para chorar. São 25 anos sem notícias do filho Edson de Souza Costa, que desapareceu aos 17, depois de sair de casa para um passeio com dez amigos num sítio em Suruí, em Magé, na Baixada Fluminense. Tereza é uma das sete mulheres que ficaram conhecidas como mães-coragem de Acari. Quatro delas morreram sem saber o paradeiro dos filhos. Mas Tereza não perde a esperança de saber o que fizeram com seu menino.

No dia 26 de junho de 1990, de acordo com investigações da época, os jovens teriam sido sequestrados por homens que se identificaram como policiais. Daí em diante, nada se sabe. Por falta de provas, o inquérito foi encerrado em

2010 sem que ninguém fosse indiciado pelo crime que ficou conhecido como Chacina de Acari, embora nenhum corpo tenha sido encontrado.

— Éramos guerreiras. Chovesse ou fizesse sol, a gente corria atrás de uma pista que nos levasse aos nossos filhos. Subíamos e descíamos os morros por aí, arriscando nossas vidas, entrando em patrulhas da PM, até calarem uma de nós — lembra Tereza.

A mãe de Edson refere-se a Edméia da Silva Euzébio, assassinada em 1993, quando buscava informações sobre o filho Luiz Henrique da Silva Euzébio.

— Ainda temos muito medo. Minha esperança é que alguém ligue para o Disque Denúncia (2253-1177) e diga onde estão nossos filhos, mesmo que seja só para enterrarmos os ossos. Apenas assim poderei morrer em paz — diz ela, que mantém uma foto amarelada de Edson numa parede, acima da cabeceira de sua cama.

EM 2014, 244 CASOS NO RIO

Passados 25 anos do desaparecimento dos 11 jovens, a região do 41º BPM (Irajá), que abrange a área da Favela de Acari, ocupa o primeiro lugar no ranking dos batalhões com maior número de homicídios decorrentes de intervenções policiais, de acordo com registros feitos no ano passado. A informação consta do relatório da Anistia Internacional denominado “Você matou meu filho”, que será divulgado hoje. Foram 244 casos dos chamados autos de resistência na capital, sendo 68 na área do 41º BPM. Dez ocorreram na Favela de Acari. Depois de analisar atestados de óbitos e boletins em delegacias, além de ouvir parentes das vítimas e testemunhas, a Anistia Internacional concluiu que há “fortes indícios” de execuções em nove deles.

— Acari voltou ao centro das atenções. A Anistia Internacional acompanha o caso dos desaparecidos desde 1992, quando pediu proteção para as famílias. Até hoje o assassinato de Edméia não foi julgado. O processo continua em fase de instrução e julgamento. Nessa nova pesquisa, referente a 2014, em nove dos dez casos de Acari que analisamos, as vítimas já estavam feridas ou rendidas quando os policiais as executaram. E uma outra estava

fugindo — contou o diretor-executivo da Anistia Internacional Brasil, Atila Roque.

AMIZADE NA DOR

Lá se foram 25 anos, mas as mães de Acari sabem que certas dores não se curam. Da procura pelos filhos, restou a amizade entre elas.

— Naquele tempo, uma tentava proteger a outra. Hoje, vejo que a luta foi em vão. Até agora não houve resultado. Só restou mesmo a saudade dos filhos e a amizade entre a gente — disse a dona de casa Ana Maria da Silva, de 65 anos, mãe de Antônio Carlos da Silva, uma das 11 vítimas da Chacina de Acari.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/rio/apos-25-anos-responsaveis-pela-chacina-de-acari-nao-foram-punidos-17059745#ixzz45d5JIZoq>

Anistia Internacional reage à absolvição de PMs acusados por mortes no Cabula



Por [Joseanne Guedes](#) / [0 Comentários](#) / [28 julho, 2015](#)

Entidades ligadas aos direitos humanos reagiram à decisão da juíza Marivalda Almeida Moutinho, que absolveu nove policiais militares envolvidos em uma operação, realizada em 6 de fevereiro, que deixou 12 mortos na Vila Moisés, no Cabula. Assim como o Ministério Público Estadual (MPE), representantes de grupos criticaram a rapidez da decisão, já que os PMs foram denunciados à Justiça pelo MPE por homicídio qualificado (indícios de execução) e tentativa de homicídio contra outras seis pessoas. Em [nota pública](#) divulgada nesta segunda-feira (27), a Anistia Internacional diz ter visto com surpresa e preocupação a sentença, que aceita a versão de legítima defesa apresentada pelos acusados.

A ONG afirma que a sua apuração, feita em parceria com a campanha “Reaja ou Será Morta, Reaja ou será Morto”, apontou fortes indícios de execução. “A Anistia Internacional espera que o Ministério Público recorra da decisão e continue se empenhando para que haja justiça. A organização também espera que os laudos periciais do caso sejam colocados à disposição para a realização de uma perícia independente”, disse a entidade, reiterando seu apelo às autoridades pela garantia de proteção das testemunhas, familiares e moradores de Cabula, quem de acordo com a Anistia, têm sido vítimas de constantes ameaças e intimidações.

O diretor executivo da Anistia Internacional, Atila Roque, classificou a decisão como parcial. “Indignação com a recorrente parcialidade da justiça no Brasil, onde as vítimas de homicídios cometidos pela polícia são sempre tratadas antes de qualquer investigação e a absolvição dos policiais é sempre rápida. Cabula é a cara do Brasil”, escreveu em uma rede social.

*Informações do *Correio** e Anistia Internacional.

<http://www.abi-bahia.org.br/anistia-internacional-reage-a-absolucao-de-pms-acusados-por-mortes-no-cabula/>

Mães de Maio: negro e pobre já vivem sob intervenção militar

Coordenadora de movimento que defende a desmilitarização da PM comenta pedidos de intervenção: "Esse pessoal precisa reconhecer que os pobres e os negros são vítimas da ditadura continuada"

Débora Melo - Direto de São Paulo

“Nós temos que mostrar que a ditadura não acabou. Ela só vai acabar quando a gente desmilitarizar a polícia. Esse nome ‘militar’ está presente 24 horas na nossa periferia”, disse Débora Maria da Silva, 54 anos, coordenadora do movimento Mães de Maio, durante debate sobre a ditadura militar (1964-



A ativista Débora Maria da Silva, coordenadora do movimento Mães de Maio, durante evento na PUC-SP

Foto: Débora Melo / Terra

Aos manifestantes que no último sábado pediram “intervenção militar” em um ato pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), Débora dirigiu poucas palavras. “Esse pessoal precisa reconhecer que os pobres e os negros são vítimas da ditadura continuada. A ditadura não acabou. Esse passado está muito presente para nós”, afirmou à reportagem.

O Mães de Maio é um movimento formado por 17 mães de mortos e desaparecidos nos confrontos que ficaram conhecidos como "crimes de maio", ocorridos em 2006. De acordo com entidades de direitos humanos como o Tortura Nunca Mais, os crimes foram uma resposta de grupos de extermínio - com a participação de PMs - aos ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) que resultaram na morte de 43 agentes públicos. Em represália, ao menos 493 pessoas foram assassinadas, sendo que a grande maioria das vítimas era de jovens negros, moradores das periferias.

“Nós não aceitamos que tenhamos um País dividido, onde os negros e os nordestinos têm de ser separados da elite, de uma minoria da classe racista que temos em nosso País. Nós não temos um País igualitário”, disse Débora. O depoimento da ativista foi dado em painel do Congresso Internacional Memória: Alicerce da Justiça de Transição e dos Direitos Humanos, realizado desde domingo no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Tuca) para debater a importância da memória no processo de transição da ditadura para a democracia.

“Falsa democracia”

Para Débora, o que temos hoje no Brasil é uma “falsa democracia”. “Precisamos exigir de nossos políticos verdadeiras políticas sociais. Não à redução da maioridade penal, não ao encarceramento em massa, que são respostas quando não podem tratar do problema. Eles jogam o problema para nós, mas o problema não somos nós: o problema é o sistema corrupto que existe no nosso País. A corrupção é a mazela que mata e que encarcera. Nós temos que lutar”, afirmou a ativista.

Os “crimes de maio” foram arquivados sem que muitos casos fossem esclarecidos. Além disso, a primeira condenação de policial militar envolvido nos episódios ocorreu somente em julho de 2014: o PM Alexandre André Pereira Silva foi condenado a 36 anos de prisão em regime fechado pela morte de três homens em um lava-rápido na zona norte de São Paulo.

“Nós exigimos, e o País tem que dar uma resposta. Foi um massacre (...) Os crimes de maio foram arquivados. É falta de eficiência por parte da Segurança Pública, mas nós também temos a certeza de que é difícil polícia investigar polícia”, afirmou Débora. “É difícil. Eu posso sair e ser executada. Mas eu não tenho medo da bala. As Mães de Maio não têm medo, porque se tivessem não estariam na luta. Nosso medo era perder nossos filhos, e nós perdemos”, continuou a ativista.

<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/maes-de-maio-negro-e-pobre-ja-vivem-sob-intervencao-militar,ac41a604cf189410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>

MORTALIDADES MATERNAS: OMISSÃO E DESCASO

Alyne morreu e o Estado continua omissos

A gravidez ainda apresenta sérios riscos à vida das mulheres: uma mulher morre a cada minuto no mundo por causa relacionada à gravidez ou ao parto

No dia 15, quando a família finalmente pode vê-la, seu estado de saúde era péssimo e Alyne estava desorientada. Com o quadro se agravando a cada minuto, a Casa de Saúde tentou transferi-la para uma unidade com mais recursos, entretanto, não havia ambulância disponível. Quando finalmente Alyne conseguiu a transferência para o Hospital Geral de Nova Iguaçu, seu estado era crítico. Tentaram ressuscitá-la. Sua família, impotente e aflita com a falta de informação sobre o seu estado, só podia esperar. Alyne morreu no dia 16 de novembro.

Alyne morreu só porque estava grávida...

A morte de uma mulher jovem é sempre uma tragédia. Neste caso, a tragédia poderia ter sido evitada se ela tivesse recebido o atendimento adequado. Por trás da morte de Alyne, está a péssima qualidade dos sistemas de saúde disponíveis fora dos grandes centros. E a negligência exposta na conduta inadequada dos profissionais envolvidos.

A família reagiu, buscou reparação e não obteve respostas. Entrou com uma ação em Genebra, no Comitê pela Eliminação da Discriminação contra a Mulher/CEDAW em 30 de novembro de 2007, com o apoio de uma organização brasileira – Advocaci – Advocacia Cidadã para os Direitos Humanos, e uma organização dos EUA – Center for Reproductive Rights. Em julho de 2011 o Comitê emitiu um parecer “condenando” (não é um tribunal, mas suas recomendações tem peso e devem ser cumpridas) o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro a uma série de medidas de reparação à família e de alterações nas políticas públicas para que se respeite o direito à saúde das mulheres, especialmente as negras.



ONU condena País por morte de grávida

OCIMARA BALMANT - O ESTADO DE SÃO PAULO
17 Agosto 2011 | 00h 00

Para entidade, Brasil violou direitos humanos de gestantes; mulher de 28 anos morreu em 2002

ESPECIAL PARA O ESTADO

Por quê repercutir a história de Alyne?

Porque morrer em razão de gravidez (ou de parto, pós-parto ou aborto - o que chamamos de "mortalidade materna") é algo inesperado. **Gravidez não é doença!** Geralmente quando isto acontece, a causa está no péssimo trabalho do serviço de saúde. E além da precariedade do Sistema de Saúde, também a discriminação contra as mulheres, principalmente negras, índias e pobres. Para estas mulheres se oferecem menos recursos e há mais negligência.

No Brasil e no mundo, mortalidade materna é um grave problema de saúde pública e de direitos humanos. Tão importante, que fez com que a redução da mortalidade materna fosse uma das metas do milênio definidas pela ONU para este ano de 2015. Infelizmente, o Brasil não atingiu esta meta – principalmente porque a morte de mulheres negras e índias segue aumentando. Mulheres negras têm, em média, três vezes mais chance de morrer de morte materna do que as brancas.

A condenação do Brasil em CEDAW foi o primeiro caso de condenação por morte materna no mundo. A decisão aponta ainda que o racismo também está envolvido nesta questão.

Matéria completa: <http://alyne.org.br/content/por-que-alyne>

'Levei minha filha viva e trouxe caixão', diz mãe de grávida morta no Rio

Família de jovem de 15 anos acusa hospital de negligência. Mãe diz que filha teve o útero perfurado durante a cesariana.
Alba Valéria Mendonça e Janaina CarvalhoDo G1 Rio



Rafaela não resistiu e morreu após parto (Foto: Reprodução/Facebook)

Parentes da jovem Rafaela Cristina Souza dos Santos, de 15 anos, que morreu após dar à luz no Hospital Mariska Ribeiro, em Bangu, Zona Oeste do Rio, no sábado (25), estão inconformados com a morte da menina e acusam o hospital de negligência.

"Não levei a minha filha viva para trazer ela de volta dentro de um caixão", disse a mãe Ana Carla Silva de Souza, de 41 anos, muito emocionada.

De acordo com a família, os médicos teriam forçado demais o parto.

"Colocaram ela no soro, a pressão aumentou e ela teve uma convulsão de eclâmpsia. Só depois disso é que levaram ela para o centro cirúrgico", afirmou a irmã Daiane Caroline da Silva, de 20 anos.

Rafaela deu entrada na unidade às 23h45 de sexta (24), entrou em trabalho de parto por volta das 3h de sábado e até as 14h a equipe médica tentou induzir o trabalho de parto.

"Meu neto nasceu com 3 quilos e 335 gramas e medindo 53 centímetros. Minha filha tinha 15, mas tinha porte de 13 anos. Como fizeram uma coisa dessa?", perguntou Ana Carla.

Ainda de acordo com ela, durante o processo de trabalho de parto não havia médico na equipe, apenas enfermeiros.

Segundo a mãe, durante a cesariana a menina chegou a ter o útero perfurado, provocando uma hemorragia. A jovem foi transferida de ambulância para o Hospital de Acari, mas acabou morrendo.

"Tiveram que arrancar o útero dela fora. Aí entubaram ela e levaram para o Hospital de Acari.

Quando cheguei lá ouvi do próprio médico do CTI: 'Mãe, o que fizeram com a sua filha?'" , lamentou Ana Carla.

De acordo com a direção do Hospital da Mulher Mariska Ribeiro, a paciente era assistida por profissionais da unidade quando apresentou complicações durante o trabalho de parto. Em nota a Secretaria Municipal de Saúde alegou que deu todo o suporte necessário.

"A paciente recebeu todo o suporte necessário, sendo transferida imediatamente após o parto para uma unidade de terapia intensiva, onde apresentou rápida piora no quadro e faleceu. O bebê permanece internado na unidade e passa bem. A Secretaria Municipal de Saúde lamenta o ocorrido e informa que toda morte materna é investigada por comissões técnicas especializadas na unidade e na secretaria. A direção do Hospital da Mulher Mariska Ribeiro permanece à disposição da família da paciente para mais esclarecimentos".

O bebê, que vai se chamar Miguel Felipe, deve receber alta hospitalar nesta terça (28) e a família agora pretende voltar as atenções para o cuidado do recém-nascido.

"Minha filha e o pai do Miguel estavam construindo a casinha deles. Meu genro disse que vai terminar tudo que ela sonhou e vai morar com meu neto lá. Agora preciso ter forças para cuidar do meu neto e ficar com as lembranças dela, que era uma menina alegre e de bem com a vida", afirmou Ana Carla.

De acordo com o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, uma sindicância será aberta para apurar as circunstâncias da morte de Rafaela:

"Temos que apurar detalhar, ouvir especialistas e todas as equipes envolvidas no atendimento para saber o que aconteceu".

Ainda de acordo com Soranz, em 2008 só 43% dos casos de morte materna eram investigados e hoje, 100% das mortes são investigadas.

"Por enquanto a secretaria não identificou nenhuma imperícia, mas a investigação está muito no começo", destacou o secretário, ressaltando que o Hospital Mariska Ribeiro é a maior unidade de maternidade da região e possui profissionais qualificados.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/levei-minha-filha-viva-e-trouxe-caixao-disse-mae-de-gravida-morta-no-rio.html>

Mulheres negras são 60% das mães mortas durante partos no SUS, diz Ministério

Governo lança campanha para coibir o racismo no atendimento público de saúde

POR CATARINA ALENCASTRO

25/11/2014 13:50 / ATUALIZADO 25/11/2014 14:45

BRASÍLIA - O Ministério da Saúde lança nesta terça-feira uma campanha para coibir o racismo no atendimento público de saúde. O governo apresentou dados que mostram que negros estão mais expostos a doenças e mortes que brancos. Além disso, os negros têm acesso a um serviço inferior. Segundo o ministério, 60% da mortalidade materna ocorre entre mulheres negras, contra 34% da mortalidade entre mães brancas. Entre as atendidas pelo SUS, 56% das gestantes negras e 55% das pardas afirmaram que realizaram menos consultas pré-natal do que as brancas. A orientação sobre amamentação só chegou a 62% das negras atendidas pelo SUS, enquanto que 78% das brancas tiveram acesso a esse mesmo serviço.

— Ser diferente é uma coisa. Agora, isso transbordar para manifestações de preconceito, de racismo, que faça com que uma mulher negra se submeta à dor, a um tempo de espera ou que receba um grau de orientação sobre aleitamento materno diferente do que uma mulher branca é absolutamente inaceitável — afirmou o ministro da Saúde, Arthur Chioro em entrevista coletiva após a cerimônia de lançamento da campanha.

Sob o slogan “Não fique em silêncio. Racismo faz mal à saúde”, o governo

criou o Disque 136 para receber denúncias. Dependendo do ato praticado contra o paciente, o profissional de saúde acusado pode ter contra ele aberto um procedimento administrativo e até ser punido legalmente, já que racismo é crime.

Outro objetivo da iniciativa é alertar que os negros são mais suscetíveis a doenças como anemia falciforme. Casos de diabetes e hipertensão também são mais severos entre os negros. O Disque 136 também contará, segundo Chioro, com profissionais treinados a dar informações como essas aos pacientes.

A cerimônia contou com a participação de um grupo de pais e mães de santo que fez saudação aos orixás. Uma representante da comunidade candomblecista disse que já ouviu relatos de mulheres negras que, durante o parto na rede pública, foram censuradas pelo profissional que realizava o procedimento com afirmações como: “na hora de fazer, você não reclamou, né?”

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-negras-sao-60-das-maes-mortas-durante-partos-no-sus-diz-ministerio-14655707#ixzz45cuEdT7d>

MULHERES NEGRAS E POBRES SÃO MAIS VULNERÁVEIS AO ABORTO COM RISCO, MOSTRA DOSSIÊ



Uma série de pesquisas realizadas no Brasil mostra que as desigualdades social e racial típicas do país desde a época colonial marcam também a prática do aborto. “As características mais comuns das mulheres que fazem o primeiro aborto é a idade até 19 anos, a cor negra e com filhos”, descreve em artigo científico inédito a antropóloga Débora Diniz, da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), e o sociólogo Marcelo Medeiros, também da UnB e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O texto, relativo a uma etapa da Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), será publicado em julho na [Revista Ciência e Saúde Coletiva](#), da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Pública (Abrasco). A edição traz um dossiê sobre o aborto no Brasil, produzido com pesquisas feitas para o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Diniz e Medeiros coordenaram, entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011, levantamento com 122 mulheres entre 19 e 39 anos residentes em Belém, Brasília, Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em Salvador.

Segundo os autores, a diferenciação sociorracial é percebida até no acompanhamento durante o procedimento médico. “As mulheres negras relatam menos a presença dos companheiros do que as mulheres brancas”, registram os pesquisadores. “Dez mulheres informaram ter abortado sozinhas e sem auxílio, quase todas eram negras, com baixa escolaridade [ensino fundamental] e quatro delas mais jovens que 21 anos”.

Os dados confirmam resultados encontrados pelos dois pesquisadores em 2010, quando verificaram, por meio de pesquisa de urna (método em que a entrevistada não se identifica no questionário que preenche e deposita em caixa vedada), que “o aborto é comum entre mulheres de todas as classes sociais, cuja prevalência aumenta com a idade, com o fato de ser da zona urbana, ter mais de um filho e não ser da raça branca”.

Conforme a pesquisa de 2010, 22% das mulheres brasileiras de 35 a 39 anos, residentes em áreas urbanas, já fizeram aborto. No levantamento, o aborto se mostrou mais frequente entre mulheres com menor nível de escolaridade, independentemente da filiação religiosa. “Esses dados demonstram que o aborto é prática disseminada, apesar da sua ilegalidade, constituindo-se questão para a saúde pública”, comenta Wilza Vieira Villela, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que pesquisou o aborto induzido entre as mulheres com HIV/aids.

Da mesma forma, o artigo de Rebeca de Souza e Silva, do Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp, confirma a tese de que a desigualdade social afeta o acesso à prevenção da gravidez e também a qualidade do aborto. De acordo com seu estudo comparativo entre mulheres casadas e solteiras residentes na cidade de São Paulo, “as solteiras recorrem proporcionalmente mais ao aborto provocado (...). Contudo, as mais pobres, com menor escolaridade e maior dificuldade de acesso às benesses do mundo moderno, continuarão pagando alto preço – que pode ser a própria vida – pela opção de provocar um aborto”.

Souza e Silva defende a legalização do aborto, por entender que o problema “só será resolvido se o acesso aos serviços de qualidade for equitativo” e que “a ilegalidade traz consequências negativas para a saúde das mulheres, pouco coíbe essa prática e perpetua a desigualdade social, uma vez que os riscos impostos pela tal ilegalidade são vividos, sobretudo, pelas mulheres menos escolarizadas, geralmente as mais pobres, e pelas que não têm acesso aos recursos médicos para o aborto seguro”.

Para Estela Aquino, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (Ufba), “as restrições legais não coíbem a prática [do aborto] no país, mas reforçam desigualdades sociais, já que as mulheres mais pobres fazem o aborto de modo inseguro, gerando hospitalizações desnecessárias e representando riscos à saúde”.

No Brasil, o aborto voluntário é ilegal e tipificado como crime no Código Penal. O aborto é autorizado em caso de estupro e de risco de morte da mulher. Neste semestre, o Supremo Tribunal Federal confirmou jurisprudência praticada em vários tribunais que já permitiram a interrupção da gravidez de fetos anencéfalos (malformação no tubo neural, no cérebro).

Fonte: Agência Brasil

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-06-24/mulheres-negras-e-pobres-sao-mais-vulneraveis-ao-aborto-com-risco-mostra-dossie>

O ÓDIO HETERONORMATIVO E A CRUELDADE SEM LIMITES

Verônica Bolina: travesti presa em DP foi agredida "várias vezes" por policiais

Por Ana Flávia Oliveira -iG São Paulo | 16/04/2015 18:48 - Atualizada às 16/04/2015 19:07

Corregedoria da Polícia Civil abriu investigação sobre o caso; fotos de travesti com rosto machucado e seios à mostra ganharam repercussão nas redes sociais nesta semana

Facebook/Reprodução

O Centro de Cidadania LGBT, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, disse, por meio de nota, que a travesti Verônica Bolina (nome social), de 25 anos, confirmou ter sofrido agressão em vários momentos durante sua estadia na carceragem do 2º Distrito Policial, no Bom Retiro, na região central de São Paulo. Os agressores seriam policiais militares e agentes do Grupo de Operações Estratégicas (GOE), da Polícia Civil. A Corregedoria da Polícia Civil está investigando o caso.

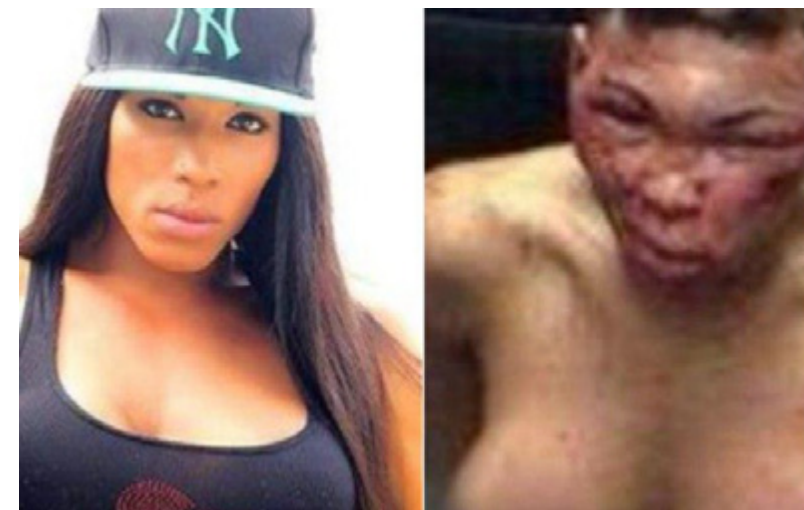
A história de Verônica ganhou repercussão no último domingo (12) após ter sido agredida dentro da delegacia e fotos em que ela aparece com o rosto desfigurado, os seios à mostra e as mãos e as pernas algemadas começaram a ser divulgadas nas redes sociais. Após a repercussão, a campanha "#SomosTodosVerônica" foi lançada no Facebook e já tem mais de 15 mil curtidas. Os internautas afirmam que a travesti foi torturada.

"[Verônica] declarou à nossa equipe ter sofrido agressões em vários momentos por parte de policiais militares e de 'preto', fazendo referência aos agentes do Grupo Operações Estratégicas (GOE), durante o episódio em que atacou o carcereiro da Polícia Civil por conta de uma troca de cela e no hospital Mandaqui quando do atendimento médico", informou o órgão da Prefeitura, em nota.

A Defensoria Pública, responsável pela defesa de Verônica, informou ver indícios de abuso policial, com "agressões desproporcionais e exposição indevida".

"As fotos evidenciam, pelo menos, uso desproporcional de força. O que se alega é que foi utilizada força para contenção, mas conter não é espancar. Além disso, a divulgação da imagem dela machucada e com seios à mostra demonstra uma tentativa de exposição indevida. Caberia ao Estado proteger sua integridade física

e moral. Se não foram os policiais quem divulgaram as fotos, foram ao menos coniventes com essa divulgação", informou o órgão em nota.



Antes e depois: vaidosa e fã de malhação, Verônica Bolina ficou deformada depois de apanhar em distrito policial no centro de São Paulo. Foto: Reprodução/redes sociais

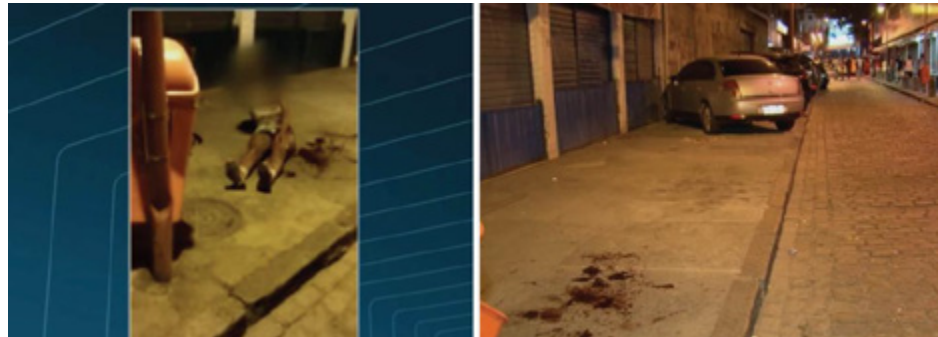


A defensoria diz também que, na última segunda-feira (13), os policiais não permitiram que a defensora Vanessa Alves conversasse com Verônica em um local reservado, de acordo com o que está previsto na legislação.

"Na ocasião, Vanessa percebeu que não foi dado um espaço adequado para entrevista, sem presença de policiais. Além disso, os policiais teriam dito para Verônica 'não mentir' e 'falar a verdade'. A gente considera uma coação", informou o órgão. "A defensora ainda ouviu dos policiais que, por ter arrancado a orelha do carcereiro, a agressão saiu barato".

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2015-04-16/veronica-bolina-travesti-presa-em-dp-foi-agredida-varias-vezes-por-policiais.html>

POLÍCIA INVESTIGA DISPAROS CONTRA TRAVESTIS NO RIO



A apuração está sob a responsabilidade da 29ª Delegacia de Polícia; não há informação sobre o nome social delas, mas nos documentos usados para os registros são identificadas como Douglas Freitas, de 27 anos, e Wallison Marques Muniz, de 19 anos; segundo testemunhas, as duas estavam na esquina da Rua Carolina Machado com a Travessa Almerinda de Freitas, próximo à boate Papa G, quando foram baleadas por um homem; policiais procuram imagens de câmeras de segurança que possam ajudar a identificar como o crime ocorreu e por quem foi praticado

7 DE JANEIRO DE 2016 ÀS 15:46

Cristina Indio do Brasil – Repórter da Agência Brasil

A Polícia Civil do Rio de Janeiro está fazendo investigações para chegar ao autor dos disparos feitos na noite de ontem (6) contra duas travestis em Madureira, na zona norte do Rio. A apuração está sob a responsabilidade da 29ª Delegacia de Polícia. Não há informação sobre o nome social delas, mas nos documentos usados para os registros são identificadas como Douglas Freitas, de 27 anos, e Wallison Marques Muniz, de 19 anos. Os policiais estão à procura de imagens de câmeras de segurança que possam ajudar a identificar como o crime ocorreu e por quem foi praticado.

De acordo com testemunhas, as duas estavam na esquina da Rua Carolina Machado com a Travessa Almerinda de Freitas, próximo à boate Papa G, quando foram baleadas por um homem. Depois de socorridas no local por uma equipe do Corpo de Bombeiros, foram levadas para o Hospital Municipal Salgado Filho, no Méier, também na zona norte.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Wallison recebeu alta às 3h15 desta quinta-feira (7), mas Douglas, embora tenha o estado de saúde estável, permanece em observação na unidade e deve passar ainda esta quinta por uma cirurgia de maxilar. A secretaria informou que Douglas teve ferimentos no ombro, na face, nádega e

braço. Não há, até o momento, previsão de alta. A Polícia Civil aguarda a melhora no estado de saúde das vítimas para que sejam ouvidas na 29ª DP.

O superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e coordenador do Programa Estadual Rio sem Homofobia e do Rio Com Liberdade Religiosa e Direitos Humanos, Cláudio Nascimento, disse que ainda não há informações sobre os motivos do crime.

Ele destacou que a área onde ocorreu já registrou, há três anos, um outro crime contra pessoas trans. Na avaliação dele, existe "um certo sentimento de rejeição de setores contrários ao trabalho sexual de travestis, transexuais e mulheres" naquela região. "Ainda não há dados suficientes para fazer algum nível de afirmação", disse, em entrevista à Agência Brasil.

Para Cláudio Nascimento o crime é resultado de uma violência ligada à questão da identidade de gênero delas, mas destacou que há também no cotidiano uma banalização da violência contra as travestis. "Se não foi uma violência direta pela questão de rejeição a elas naquele espaço, de alguma violência transfóbica contra elas, pode ter sido também uma situação de rejeição cotidiana delas, porque tem esse sentimento de rejeição às travestis no cotidiano. Segundo o superintendente, todas as situações de violência contra as travestis, em geral são feitas com requintes de crueldade. "Uma bala pode matar uma pessoa, mas dão vários tiros. Isso mostra um sentimento de ódio e de rejeição muito grande."

O superintendente pediu para quem tiver qualquer tipo de informação sobre o crime, que ligue para o Disque Cidadania LGBT no número 08000234567 ou procure a 29ª DP.

A transexual e tradutora de libras, Alessandra Ramos...ela, a situação de violência é comum e ocorre por causa de uma sensação de impunidade. "As pessoas sabem que, se fizerem alguma coisa contra uma pessoa travesti ou transexual, não vai ter apuração, e é muito fácil sair impune. A transfobia é o grande motivo."

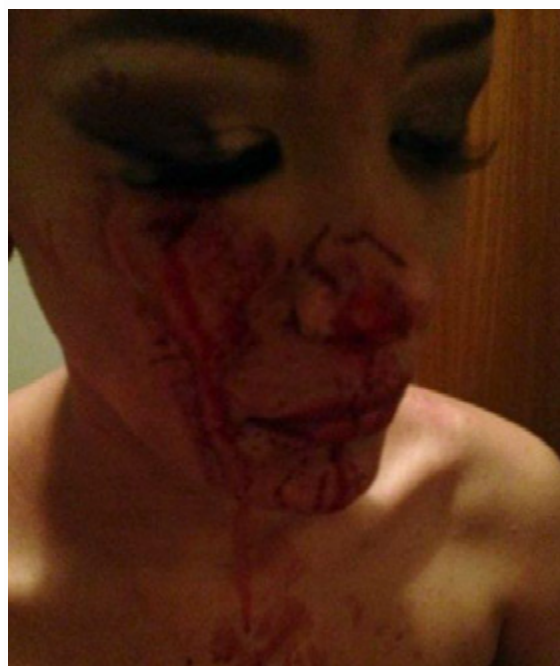
www.brasil247.com/pt/247/rio247/212441/Polícia-investiga-disparos-contras-travestis-no-Rio.htm

Transexual é espancada por grupo de 20 pessoas na Rua Augusta, em São Paulo

16 de fevereiro de 2016

Apesar dos indícios de transfobia apontados pela vítima, polícia registra o caso como “roubo a transeunte” e sequer cita no boletim de ocorrência o nome social da vítima e sua condição de trans

Por Leonardo Fuhrmann



A promotora de eventos e maquiadora Melissa Hudson, de 22 anos, foi atacada por um grupo de cerca de 20 pessoas por volta das 4h30 da manhã do último domingo (13/02). Ela estava acompanhada de amigas, que conseguiram fugir correndo. Além de agredirem a vítima, os criminosos roubaram dois celulares. Melissa teve escoriações no rosto e no corpo, inclusive com a ruptura dos pontos de uma cirurgia de feminização facial a que foi submetida em dezembro último.

Segundo a jovem, que é transexual, a agressão começou quando um deles atacou uma garrafa, que a atingiu na nuca. Em seguida, o grupo a cercou e começou a agredi-la com socos, chutes e mais garrafadas. Ela conta que os agressores gritaram diversas frases de ódio contra travestis e transexuais enquanto a agrediam. “Eles gritavam ‘traveco nojento’ e

‘não é mulher, é traveco’ toda vez que alguém tentava interceder para que parassem”, conta. Depois de conseguir escapar, a vítima encontrou um carro da Polícia Militar, que a conduziu a um Pronto Socorro, onde foi medicada e depois liberada.

Apesar desse componente de discriminação por orientação de gênero, o caso tinha tudo para não figurar nas estatísticas de violência contra travestis e transexuais do governo do Estado de São Paulo. Isso porque o caso foi registrado no 78 DP (Jardins), na tarde de segunda-feira, como um roubo a transeunte, sem qualquer menção ao fato da vítima ser transexual e suspeitar que o crime foi motivado pelo preconceito por sua condição. Melissa foi encaminhada ao Instituto Médico Legal (IML) para a realização de um exame de corpo delito. Além de ser tratada sempre no masculino dentro da delegacia, o boletim de ocorrência não fez qualquer menção ao nome social dela nem ao fato de ser transexual.

Para o coordenador no Estado de São Paulo do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o advogado Ariel de Castro Alves, a forma como o crime foi registrado provoca dois problemas: empobrece os dados sobre violência contra a população LGBT no Estado e omite uma linha de investigação que poderia levar ao esclarecimento dos autores do crime. “Da maneira como está, parece que foi feito para ser arquivado sem nem mesmo ter virado um inquérito”, comenta. Ele afirma que o caso deveria ser encaminhado à Decradi (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância), divisão especializada criada em 2006.

<http://www.revistaforum.com.br/2016/02/16/transexual-e-espancada-por-grupo-de-20-pessoas-na-rua-augusta-em-sao-paulo/>

Luana: mãe, negra, pobre e lésbica, morta após ser espancada por três PMs

Procurados pela Ponte Jornalismo, os três últimos investigados pela morte de Luana não se manifestaram

Alê Alves e André Caramante

Ponte Jornalismo, 25 de Abril de 2016 às 14:04



Luana Santos, logo após ser espancada por PMs de SP / Ponte.org

“Corre que eles vão matar a Luana”. Foi pelo aviso de uma vizinha que familiares de Luana Barbosa dos Reis Santos, 34 anos, começaram a entender o porque dos gritos e tiros que tomaram a vizinhança, na noite de 08 de abril.

Ao parar para cumprimentar um amigo que estava no bar na esquina da rua de sua casa, no bairro Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto, Luana foi abordada e espancada por policiais militares e morreu cinco dias depois, em decorrência de uma isquemia cerebral causada por traumatismo crânio encefálico.

Os PMs Douglas Luiz de Paula, Fábio Donizeti Pultz e André Donizeti Camilo, do 51 Batalhão da corporação, são investigados sob suspeita do espancamento que causou a morte de Luana.

Procurado desde o dia 19 de abril para se manifestar sobre a morte de Luana, o comandante-geral da PM, coronel Ricardo Gambaroni, ficou em silêncio. O mesmo aconteceu com o Setor de Comunicação da PM.

A reportagem também solicitou entrevista com os três PMs investigados por causar a morte de Luana, mas a PM não atendeu o pedido.

Segundo a irmã Roseli, Luana saiu de casa para levar o filho a um curso de informática, no centro da cidade. “Foi questão de dez minutos para começarem os gritos e os tiros. Ao abrimos o portão, já estava uma cena de guerra, com policial apontando arma, vizinhos correndo e minha irmã gritando pedindo ajuda”, relata.

Ao se aproximar do bar com outros familiares, Roseli diz ter visto a irmã ajoelhada, com as mãos para trás, com uma bermuda preta, sem camisa e só com um top. Segundo ela, havia dois policiais imobilizando Luana, um deles com sangue no lábio – o mesmo policial que apontou uma arma para Roseli e sua mãe dizendo “entra [para a sua casa], se não morre”.

A abordagem

Em um vídeo gravado por familiares após as agressões, Luana diz que policiais a mandaram abaixar a cabeça e colocar as mãos para trás: “Aí eu comecei a apanhar, já me deram um soco e um chute”. Roseli diz à irmã que ela foi acusada de agredir um policial e fala ter visto um policial com a boca machucada. “Por causa que eles me algemou, me deram um soco e um chute”, responde Luana.

No vídeo, ela ainda diz: “Falou que ia me matar e matar todo mundo da minha família. Eu vomitei até sangue. Falou que vão matar todo mundo. Não é só eu não, vão matar até meu filho. Meu filho está morto, eles falou”.

Testemunhas relataram aos familiares que policiais chutaram Luana para fazê-la abrir as pernas, o que a fez cair no chão. Ao se levantar, Luana deu um soco em um dos policiais e chutou o pé de outro. A partir de então, os policiais começaram a bater em Luana com cassetetes e com o capacete que ela usava ao dirigir a moto.

Um familiar relatou que Luana tinha muitos hematomas na região abaixo do umbigo. “Pessoas que estavam no bar contaram que ela levou muitos golpes de capacete no abdômen e de cassetete também”, relata o parente, que chegou ao local quando Luana já estava dentro do carro da Polícia Militar.

Na casa dos familiares

Roseli diz que, após ameaçarem ela e sua mãe, policiais entraram em sua casa, alguns deles escoltando o filho de Luana. Perguntaram se ela morava ali, se ela usava ou traficava drogas, se ela roubava, no que ela trabalhava e revistaram o quarto dela e objetos de outros familiares.

“Os policiais não falaram porque abordaram ela e saíram de casa sem falar o que estavam procurando. Perguntei o que tinha acontecido, falaram que ela tinha agredido um policial e que estavam fazendo um procedimento normal no bairro”, conta Roseli. Em seguida, os policiais se dirigiram para a casa da companheira de Luana e repetiram perguntas e revistas.

Familiares disseram que não conseguiram se aproximar de Luana, pois a área foi isolada por carros da Polícia Militar. “Os policiais deram tiros pro alto e ameaçaram vizinhos que tentaram se aproximar e entrar na casa da mãe”, relata uma parente de Luana.

Segundo testemunhas, o filho de Luana, de 14 anos, presenciou tudo, escoltado por policiais. “Já tentamos de todos os jeitos, mas ele não conversa com a gente. Acho que está em estado de choque”, relata outro familiar, que também não quis se identificar.

Assinatura com os olhos fechados



Perguntados sobre Luana e a moto, policiais disseram que ela e o veículo, com documentos em ordem e apenas um pequeno problema no lacre da placa, havia sido levado para o 1º Distrito Policial. Na delegacia, somente um familiar teve a entrada autorizada. Ele diz que Luana estava algemada, “só de top e cueca preta”. “Coloquei uma camiseta nela. Ela estava meio deitada em um sofá, com olhos fechados, inchaço na cabeça e vomitando algumas coisas brancas”, relata o familiar.

Ele diz ter conversado com ela por poucos minutos, sendo solicitada a sua retirada da delegacia em seguida. Cerca de uma hora depois, ele entrou novamente: “Me chamaram para fazer ela assinar o termo circunstanciado e o Boletim de Ocorrência, que eles registraram por lesão corporal e desacato à autoridade”.

No Termo Circunstanciado do caso, assinado pela delegada da Polícia Civil de SP Patrícia de Mariani Buldo, a versão de Luana para a acusação de que ela teria agredido um dos PMs é resumida em 23 palavras, em duas linhas: “A declarante nega os fatos. Diz não ter agredido os policiais militares e nega ter ofendido-os no exercício de suas funções. Nada mais”.

Depois de ler os documentos, o familiar ajudou Luana a assiná-los. “Joguei ela no meu ombro e fiz ela assinar o B.O. Ela não estava enxergando, fui tentando guiar ela para assinar. Eles falaram que se não assinasse, a gente não ia sair dali”, relata.

“A letra da minha irmã parece a de uma criança, não tem nada a ver com a assinatura dela. Ela não conseguia ficar em pé, parecia o corpo de alguém que não tinha ossos”, afirma Roseli, que viu o documento posteriormente.

Ela conta que foi então chamada por um integrante da Polícia Civil, que lhe recomendou levar Luana para fazer um exame de corpo de delito, pois ela tinha sinais de espancamento. Como o IML (Instituto Médico Legal) já estava fechado àquela hora, recomendaram que voltassem apenas na segunda-feira.

“Perguntei o que ela tinha feito, falaram que ela tinha agredido um policial e que eles tinham acalmado ela, porque se quisessem quebrar ela, só um policial tinha dado conta”, relata Roseli.

Ao sair da delegacia, os familiares registraram o vídeo em que Luana relata ter sido ameaçada. “Ela estava desfigurada, quase inconsciente quando saiu. Suja, só de meia pé, sem sapato. Ela não conseguia abrir os olhos, estava com a fala enrolada”, relata Roseli.

No vídeo, Luana pede para ir para casa tomar um banho. Familiares dizem que, por medo de represálias, decidiram atender o pedido e não registraram um BO naquele momento. Luana foi internada no hospital somente no dia seguinte, depois de apresentar febre e reclamar de dores.

...

Ao dar entrada no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, Luana já estava com suspeita de AVC (Acidente Vascular Cerebral), relata Roseli: “Fizeram exames para confirmar as suspeitas, mas falaram que era um caso grave e que não sabiam se as sequelas eram reversíveis”.

Da equipe médica, Roseli ouviu que os exames mostraram um coágulo e rompimento de veias na cabeça de Luana. O exame de corpo de delito foi realizado somente na terça-feira (12/04) pela manhã. “Quando o hospital pediu o exame de corpo de delito para o IML, perguntaram se a paciente era a agressora dos policiais”, conta Roseli. Após cinco dias de internação, Luana morreu por traumatismo crânio encefálico e isquemia cerebral. Ela teve os órgãos doados pela família.

A versão dos policiais e suas contestações

Segundo o termo circunstanciado registrado pela delegada Patrícia de Mariani Buldo, os policiais militares realizavam uma patrulha no bairro e, ao avistarem a moto de Luana próxima a um bar, “resolveram parar e abordar os dois”.

O “garupa” (filho de Luana) saiu “correndo, a pé” ao ver a viatura se aproximar e os policiais então abordaram a “autora dos fatos”. “Uma vizinha que estava lá falou que é mentira, que o filho dela não correu, os policiais ficaram junto dele, do lado da moto. O filho só saiu do lugar quando eles foram revistar a casa da mãe dela”, contrapõe um familiar.

<http://ponte.org/a-historia-de-luana-mae-negra-pobre-e-lesbica-ela-morreu-apos-ser-espacada-por-tres-pms/>

https://youtu.be/HcFG_BvwRSk (vídeo)

‘Estupro corretivo’ vitimiza lésbicas e desafia poder público no Brasil



Sensibilizar vítimas para que façam denúncia é um dos grandes desafios no combate à violência sexual contra lésbicas | Foto: Ramiro Furquim/Sul21

Rachel Duarte

“Você vai aprender a gostar de homem”. Essa terrível frase é tristemente comum em caso de violência sexual contra mulheres lésbicas no Brasil. A estatística assusta: 6% das vítimas de estupro que procuraram o Disque 100 do governo federal durante o ano de 2012 são mulheres homossexuais vítimas de violência, em sua maioria de fundo sexual. Chamada de ‘estupro corretivo’, a violação tem requintes de crueldade e é motivada por ódio e preconceito, o que torna a descoberta dos casos algo complexo para o sistema de direitos humanos nacional. Os serviços de Diversidade Sexual e Gênero da União e a Secretaria de Políticas para Mulheres do governo gaúcho estão trabalhando na identificação e punição dos crimes, e concentram esforços na sensibilização das vítimas para denunciarem o estupro – o que nem sempre ocorre devido ao temor pela exposição.

As estatísticas do serviço telefônico de denúncia vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos foi compartilhada com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, o Conselho Nacional LGBT e os movimentos sociais ligados à diversidade sexual. De acordo com a coordenadora da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Roselaine Dias, que representa a entidade no Conselho LGBT, os dados não especificam a prática de estupro homofóbico. “São 6% de violação de mulheres lésbicas. Parte deste índice é de estupro corretivo, porque temos como referência outros dados do Ministério da Saúde que nos permitem fazer um comparativo percentual coincidente”, explica. Segundo ela, a fonte reveladora da realidade de estupros corretivos é o serviço de HIV/Aids. “Temos um quadro que aponta que muitas mulheres portadoras do HIV contraem o vírus em decorrência de estupros com esta motivação”, diz.

A violência é usada, explica, como um castigo pela negação da mulher à masculinidade do homem. Uma espécie de ‘cura’ por meio do ato sexual à força. A característica deste tipo de prática é a pregação do agressor ao violentar a vítima. As vítimas são em sua maioria jovens entre 16 e 23 anos, lésbicas ou bissexuais. Alguns agressores chegam a incitar a “penetração corretiva” em grupos das redes sociais e sites na internet.

Em março de 2012, por meio de denúncia da Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Polícia Federal prendeu Emerson Eduardo Rodrigues, de Curitiba, e Marcelo Valle Silveira Mello, de Brasília, [autores da página Silvio Koerich](#), que incitava

o ódio contra homossexuais e ensinava o ‘estupro corretivo’. No final do mesmo ano, em Alagoas, ao menos dois casos ganharam repercussão nacional. Geralmente, os casos chegam ao conhecimento da sociedade e das autoridades de forma isolada, quando envolvem mais de um agressor e alguma instituição de notoriedade. No dia 11 de maio deste ano, uma estudante foi vítima de um estupro corretivo dentro do campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A vítima estava acompanhada de uma menina em uma festa e, quando se afastou, foi abordada por um sujeito que lhe disse que iria ensiná-la a gostar de homens.

Casos de Porto Alegre foram descobertos no serviço de HIV/Aids

Até então conhecido internacionalmente pela forma epidêmica com que vitima mulheres na África do Sul, o estupro corretivo é uma realidade nova para as autoridades brasileiras. Porém, ainda que sem dados oficiais consolidados, a Liga Brasileira de Lésbicas afirma que casos ocorrem de forma recorrente no Rio Grande do Sul. “Sabemos de casos que atendemos, pela rede de atuação que a ONG faz com o serviço de HIV de Porto Alegre. Como os registros de estupro são feitos nas delegacias, é mais difícil saber ao certo quando e de que forma acontecem”, diz Roselaine Dias.

...

Lamentavelmente, os estupros corretivos chegaram ao conhecimento do poder público por meio dos casos em que a vítima contraiu o vírus HIV, o que é ainda mais preocupante, alerta a secretária de Políticas para Mulheres, Ariane Leitão. “Estes dados surgem no serviço de HIV, que não é o local adequado para iniciar uma denúncia deste tipo. É possível que outros casos estejam ocorrendo e estejam invisíveis a nós”, salienta. Segundo ela, a interligação da rede estadual de atendimento e proteção às mulheres vítimas de violência precisa ser institucionalizada. “O debate sobre violência contra mulheres tem que sair do foco da violência doméstica. Temos que ter a compreensão da violação de gênero. Estes casos de estupros corretivos revelam uma das piores faces da violência contra mulher, contra o ser humano que se atreve, na visão destes agressores, a negar a masculinidade da sociedade”, afirma.

O serviço de denúncia no RS, o Escuta Lilás, é uma forma de acolhimento das vítimas e de denúncias para o encaminhamento dos processos criminais contra os agressores, recorda a secretária. Conforme Ariane, uma coordenadoria específica de Lésbicas, Bissexuais e Transexuais femininas foi criada para discutir as especificidades das políticas públicas para a diversidade sexual. “As mulheres também sofrem preconceito dentro do meio LGBT. São minorias, dentro das minorias. Vemos muito mais casais de homens se assumindo do que de mulheres, por conta do receio de algumas lésbicas com a cultura machista que ainda nos envolve”, ressalta.

“A violência não muda a orientação sexual delas”, diz Liga Brasileira de Lésbicas

Uma Sala Lilás criada no ano passado dentro do Instituto Geral de Perícias já está possibilitando o atendimento humanizados às mulheres vítimas de violência sexual. O espaço evita que vítima e agressor convivam no mesmo ambiente na hora do registro dos crimes ou que as mulheres sejam inibidas na hora da denúncia. “Antes a vítima tinha muita exposição. Agora, ela denuncia junto ao Departamento Médico Legal, onde ninguém irá saber que ela está lá denunciando especificamente uma lesão corporal de abuso sexual, porque é onde realizamos todos os exames de lesão corporal”, explica a Corregedora Geral do IGP, Andréa Brochier Machado. Além disso, a escuta acolhedora e o atendimento psicossocial garantem o encaminhamento da vítima de forma mais qualificada, afirma. “O nosso trabalho pode vitimar ainda mais a pessoa. Por isso, temos o cuidado de oferecer atendimento psicológico em Porto Alegre. No interior,

estamos buscando parceria com as prefeituras para ampliar a oferta de psiquiatras e psicólogos para este atendimento”, fala Andrea.



Perita criminalística diz que violência sexual contra lésbicas demonstra “relação de dominação e controle típica da nossa cultura machista” | Foto: Ramiro Furquim/Sul21

A tipificação dos crimes, inclusive dos estupros, poderá ser feita em breve, informa Andrea. “Estamos colocando o sexo no registro das perícias. Isto permitirá quantificarmos as mulheres que passaram pelo DML, o tipo de lesão e mapear os crimes. Nos surpreende esta dupla violência com as mulheres lésbicas. Pela prática que tenho, devem ser os crimes com maior crueldade, porque são movidos por ódio, como se o agressor quisesse impor a sua compreensão sobre sexualidade como a ideal. Uma relação de dominação e controle típica da nossa cultura machista”, avalia a perita criminalística.

De acordo com a coordenadora da LBL, Roselaine Dias, os estupros corretivos precisam ser vistos para além das vítimas, porque em nenhum momento elas mudam sua orientação sexual após a violência sofrida. “Não afeta em nada a concepção da vítima sobre sua sexualidade. Nenhuma diz que deixará de sair com menina por ter sido vítima. O diferencial é que, quando ela está sofrendo a violência, é o agressor que explica que tem um ‘motivo’. Ele é que tem que ser tratado. Precisamos combater os preconceitos culturais e a forma de educar as pessoas sobre as relações afetivas, sexualidade e identidade de gênero. Só assim teremos uma solução”, diz.

<http://www.sul21.com.br/jornal/estupro-corretivo-vitimiza-lesbicas-e-desafia-autoridades-no-brasil/>

4/jun/2013, 15h40min

Travesti foi assassinada por incentivar mulher a denunciar o marido

Publicado há 1 ano - em 25 de março de 2015 Atualizado às 9:08



A Polícia Civil já identificou o homem que matou com dois tiros, no Bairro Morada Verde, no dia 22 de março, a travesti Adriana, de 24 anos. As investigações mostram que ela foi assassinada depois de incentivar uma mulher a denunciar o marido por lesão corporal. Nos documentos, a travesti é identificada como Thiago da Silva Martins.

Por Filipe Prado Do **Campo grande news**

De acordo com o delegado Alexandre Evangelista, da 2ª Delegacia de Polícia, a travesti brigou com o acusado, depois de saber que ele batia na esposa, então a incentivou a denunciá-lo. “Ela falou para ele que havia veados que são mais homens do que ele, então eles acabaram se desentendendo no local”, contou o delegado.

Alguns minutos depois, o acusado junto com outra pessoa, voltou até o local e disparou dois tiros contra a vítima.

Apesar do criminoso identificado, a Polícia Civil deu um prazo para que os acusados se apresentem voluntariamente à delegacia.

Crime – Adriana estava na casa de uns amigos, quando saiu para comer, no momento que uma motocicleta de cor preta, ocupada por duas pessoas, estacionou o veículo, sacou uma arma de fogo e disparou três vezes contra a travesti, sendo que dois disparos atingiram a vítima, um na barriga e outro no peito.

A vítima correu para o interior da residência, onde caiu e morreu em seguida. A dona da casa disse que a ação foi muito rápida, “não durou nem 15 segundos”, completou a mulher que preferiu não ser identificada.

[ile:///F:/Travesti%20foi%20assassinada%20por%20incentivar%20mulher%20a%20denunciar%20o%20marido%20-%20Geledés.html](file:///F:/Travesti%20foi%20assassinada%20por%20incentivar%20mulher%20a%20denunciar%20o%20marido%20-%20Geledés.html)

VIOLÊNCIA DE GÊNERO:
AMOR E DOR, UMA RIMA
QUE DESAFINA

Adolescente é espancada, estrangulada e morta dentro de casa em Vitória



14/10/2015 - 08h19 - Atualizado em 14/10/2015

A adolescente Adrielle Peres Rosa, de 16 anos, foi espancada e



estrangulada até a morte, dentro do apartamento onde morava, na madrugada de ontem, no bairro Santo Antônio, em Vitória. Segundo a polícia, o principal suspeito de ter praticado o crime é o ex-namorado dela, que também é adolescente. Ele queria reatar o relacionamento, e tinha ciúmes de Adrielle com o novo namorado, um estudante, 17. O suspeito não foi encontrado pela polícia. Adrielle estava

no quarto dela quando foi assassinada, às 0h10. De acordo com testemunhas, a adolescente tinha acabado de entrar no apartamento junto com o ex, para conversar com ele. Os dois, que têm uma filha de um ano, teriam discutido e o suspeito acabou partindo para cima dela, agredindo e estrangulando Adrielle com um fio. “Ela estava gritando ‘não fui eu, não fui eu’”, comentou um aposentado, 52. O ex-namorado da adolescente não foi mais visto na região após o ocorrido. Já o atual namorado, que mora em Santo Antônio, foi até o apartamento e se deparou com e morta. “Ele ficou desesperado. Começou a gritar e foi para rua pedir ajuda. A rua estava movimentada.

Depois a polícia chegou”, contou um estoquista, 33. O namorado de Adrielle estava com ela na porta do apartamento, momentos antes de o suspeito chegar no local, mas saiu para comprar um remédio para ela. A adolescente tem asma, e estava passando mal. Assim que ele saiu, o ex chegou e os dois entraram no apartamento para conversar. Testemunhas ressaltaram que, antes de entrar, a adolescente pediu para uma vizinha que estava na rua avisar ao namorado que não era para ele entrar no local, porque estaria conversando com o suspeito.

“Ela pediu para avisar que não era para ele ir porque os dois estavam conversando. Seria perigoso. Ele foi avisado. Então comprou um salgado e foi para casa assistir ao jogo de futebol. Só depois que voltou e já encontrou com ela morta”, explicou o estoquista.

Os moradores da região ficaram chocados. Eles acreditam que Adrielle foi morta por ciúmes e porque não queria reatar o namoro com o suspeito. Os familiares da adolescente também acreditam nessa motivação. Entretanto, nenhuma hipótese sobre o crime foi informada pela polícia.

http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2015/10/noticias/cidades/3911691-adolescente-e-espancada-estrangulada-e-morta-dentro-de-casa-em-vitoria.html

Mulher é morta a tiros na frente da filha de dois anos em São José, SP

Camila Aparecida, 26 anos, foi assassinada em casa na zona leste.

Principal suspeito pelo crime é o marido, que teria fugido com a criança.

Do G1 Vale do Paraíba e Região

Uma mulher de 26 anos foi morta a tiros na frente da filha de dois anos na noite desta quarta-feira (10), na Vila Iracema, na zona leste de **São José dos Campos** (SP). O marido é o principal suspeito do crime, segundo a Polícia Civil.



Camila foi morta com três tiros e filha foi levado pelo ex, dizem testemunhas
(Foto: Reprodução/Facebook)

De acordo com testemunhas, Camila Maria Aparecida Santos de Oliveira, havia voltado para a casa onde morava após ver imóveis para alugar. Quando eles estavam dentro do imóvel, um homem teria arrombado a porta e atirado três vezes contra a mulher, que chegou a ser socorrida, mas faleceu no local.

Após os disparos, o suspeito fugiu com a filha da vítima. Testemunhas teriam contado na delegacia que o homem que invadiu a residência e atirou era o marido de Camila.

Na ocasião do crime, segundo os familiares, o casal estava brigado - os parentes não souberam informar o motivo. Marta Aparecida, mãe de Camila afirmou que a filha era vítima de violência doméstica. A vítima chegou a registrar boletim de ocorrência contra o suspeito, mas não fez a representação na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

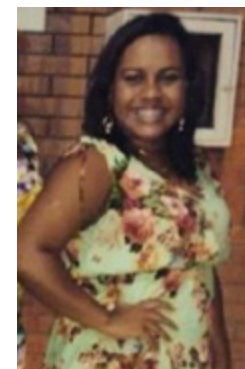
Depoimento

Familiares dela contaram à Polícia Civil que Camila era casada há 10 anos e tinha quatro filhos com o marido, com idades entre 2 e 9 anos. Os dois moravam juntos em uma casa no bairro e se desentendiam frequentemente.

O caso é investigado pela (DDM) de São José dos Campos, que tenta localizar o suspeito nesta quinta-feira (11).

<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/02/mulher-e-morta-na-frente-da-filha-de-dois-anos-em-sao-jose-sp.html>

Jovem é morta a facadas por ex-namorado que não aceitou fim do namoro



Larissa foi esfaqueada pelas costas pelo ex-namorado Foto: Reprodução

Flávia Nunes

Uma estudante foi morta a facadas, nesta sexta-feira, pelo ex-namorado que não aceitava o fim do relacionamento. Larissa Câmara Sabino, de 18 anos, foi esfaqueada pelas costas na Rua Gibraltar, na **Pavuna**, Zona Norte do Rio. O pai da vítima contou que a jovem vinha sendo perseguida pelo ex desde o final do ano, quando terminou o relacionamento. Ela já tinha conseguido uma medida restritiva de 90 dias — que terminou dia 21 de março — contra ele. No fim da noite, a Divisão de Homicídios prendeu Matheus Ferreira dos Santos, de 19 anos, pelo crime. Ele foi indiciado pela morte de Larissa. A polícia também apreendeu a faca usada no assassinato.

— Ela já tinha ido à 39ª DP e contado que ele tinha prometido se vingar — contou Edilson Mesquita Sabino, de 52 anos, pai de Larissa.

PUBLICIDADE

[inRead invented by Teads](#)

A jovem saía de casa todos os dias, por volta das 6h, porque fazia um curso de Turismo em Botafogo. De lá, seguia para Nova Iguaçu, onde cursava um preparatório para o Enem. Segundo a família de Larissa, o homem começou a persegui-la todos os dias, no caminho até o metrô da Pavuna.

— Eu comecei a levá-la até o metrô. Depois, ela contratou um moto-taxista. Ontem, ele não pôde ir. Então, ela ia pegar um ônibus até o metrô. A mãe dela viu quando ele passou pela rua, logo depois dela — disse Edilson.



Edilson, pai de Larissa, disse que a jovem já vinha sendo perseguida pelo ex-namorado Foto: Fabiano Rocha / Extra

Larissa foi esfaqueada no caminho para o ponto do ônibus. Ela chegou a ligar para o celular da mãe. O pai atendeu e ouviu os gritos.

— Quando cheguei, ela já estava com os olhos arregalados. Cheguei a chamar o Samu, mas ela já estava morta.

O caso foi registrado na Divisão de Homicídios (DH) do Rio. O corpo de Larissa será sepultado na tarde deste sábado.

De acordo com o delegado Fábio Cardoso, titular da DH, o caso foi registrado pela unidade e diligências estão em andamento para apurar as circunstâncias e a autoria do fato.

Leia mais: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/jovem-morta-facadas-por-ex-namorado-que-nao-aceitou-fim-do-namoro-19006918.html#ixzz48phjxawq>

Filho encontra a mãe morta com tiro na cabeça dentro de casa; marido é suspeito

Segundo a PM, o homicídio possui características de crime passional. O fiscal de policiamento do Conjunto Ceará afirmou que o suspeito pode ter matado a mulher pela manhã

NOTÍCIA 0 | COMENTÁRIOS



Filhos do casal se abraçam

INVESTIGAÇÃO Morte de bailarina: Anderson já havia quebrado elevador do prédio de Ana Carolina, diz Polícia(0)



[Atualização 4/11/2015 \(14 horas\) - Pastor suspeito de matar mulher segue foragido](#)

Uma doméstica foi encontrada **morta** pelo filho dentro da própria casa, localizada na segunda etapa do **Conjunto Ceará**, por volta das 16h desta terça-feira, 3. Segundo a Polícia Militar (PM), a mulher apresentava um ferimento na cabeça provocada por um tiro e o homicídio possui características de crime passional. O marido da vítima é suspeito de cometer o assassinato.

Conforme informou o sargento do 17º Batalhão de Polícia Militar (BPM), Valter Abreu, que está no local do crime, os vizinhos ouviram disparos, mas pensaram que fosse uma "bomba rasga lata". O fiscal de policiamento do Conjunto Ceará afirmou que o suspeito pode ter matado a mulher pela manhã. O filho do casal só encontrou o corpo da mãe à tarde.

"Tudo leva a crer que o marido matou a mulher por volta das 11h e fugiu em

seguida. Ele fechou a casa e foi embora", comentou o sargento. O suspeito do crime seria **pastor**, mas estava afastado da igreja.

Segundo a PM, quando o filho chegou ao local, cinco horas depois do horário que os militares acreditam ter ocorrido o crime, ele precisou arrombar a casa para entrar no imóvel. A vítima se encontrava deitada no chão de um quarto da residência.

...

O POVO Online optou por não identificar o marido, visto que não houve prisão em flagrante, nem o inquérito foi concluído. A reportagem também não divulgará o nome da vítima para não identificá-lo. (Destaque nosso)

Vizinhança

Segundo uma das vizinhas, que preferiu não se identificar, o casal estava junto há 28 anos e teriam se separado há pouco tempo, mesmo assim estavam morando na mesma casa. "Ele teria arranjado outra namorada, mas a vizinhança acredita que era para despistar. Ele estava muito abalado com a separação", comenta.

A mulher trabalhava como doméstica, mas ontem faltou ao emprego. A vizinhança relatou que ela foi apenas à academia que frequentava, no Conjunto Ceará.

Uma vizinha teria escutado tiros e tentou contato com a vítima. "Antes das 11 horas a vizinha teria ouvido tiros e enviou mensagens por *whatsapp*. As duas eram muito amigas, a vizinha também ligou para a amiga, mas ninguém atendeu", comentou.

Um outro vizinho, que possuía **circuito de câmeras de segurança**, mostrou a reportagem o momento em que o pastor evangélico entra na casa, às 10h26min. Ele não permanece mais de um minuto na residência e sai com uma espécie de sacola na mão, a pé.

Uma terceira pessoa (nome preservado), lamentou o caso e disse ter estado com a vítima há 15 dias. "Ela falou da separação, que estava separada e que o homem continuava na casa. Ela era uma pessoa meiga e amiga de todo mundo. Perguntei como era isso e ela disse que ele continuava lá por causa das ameaças, que ela tinha medo das ameaças dele e relatou que o marido era muito violento", comenta.

<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/03/noticiafortaleza,3528392/filho-encontra-a-mae-morta-com-tiro-na-cabeca-dentro-de-casa.shtml>

Jovem é marcada com ferro quente pelo namorado no ES, diz mãe

Publicado há 2 anos - em 13 de setembro de 2014 » Atualizado às 14:56



Jovem é marcada com ferro quente pelo namorado no ES, diz mãe

Briga teria ocorrido porque a adolescente colocou um piercing no nariz.

Caso aconteceu em Linhares e o suspeito foi preso.

Uma estudante de 16 anos foi agredida pelo namorado e teve as nádegas marcadas com um instrumento de ferro, na forma da letra inicial do nome dele, no bairro Interlagos, em Linhares, no Norte do Espírito Santo, de acordo com a mãe da adolescente. A agressão teria ocorrido na manhã de quinta-feira (11), na casa da vítima, mas a polícia só foi acionada à noite, pela mãe da menor. A vítima também sofreu lesões em várias partes do corpo e teve o cabelo cortado.

De acordo com o boletim de ocorrência, o agressor furou as costas da vítima com uma tesoura e usou um objeto de ferro, esquentado a fogo, para marcar a vítima nas nádegas. A letra G foi “escrita” cinco vezes na pele da menor. Segundo a Polícia Civil, o suspeito é um auxiliar de serviços gerais, de 23 anos, e confessou o crime durante o depoimento. Ele foi preso, encaminhado para a Penitenciária Regional de Linhares, e indiciado por lesão corporal e cárcere privado.

Em entrevista à TV Gazeta, a estudante disse que as agressões do namorado começaram após uma briga motivada por um piercing que ela colocou no nariz. “Ele não queria que eu colocasse. Então ele já chegou me batendo, me agredindo. Falou que ia me marcar igual se marca um animal”, contou a menor, que não terá o nome divulgado. A garota ainda relatou que o namorado a trancou dentro de casa e foi para o trabalho, e que foi a mãe quem conseguiu tirar a filha da residência. As duas procuraram ajuda em um hospital da cidade, onde a adolescente foi atendida e liberada.

Em depoimento à polícia, a mãe disse que a filha havia sofrido tortura, teve agressões físicas e foi vítima de cárcere privado. Ela ainda contou aos policiais que não é a primeira vez que a

filha é agredida pelo companheiro. A adolescente também teria sido proibida por ele de visitar a família e frequentar a escola.

O delegado responsável pelo caso não arbitrou fiança e por isso ele foi encaminhado para a Penitenciária Regional de Linhares. No entanto, família da vítima teme que ele seja libertado. “Depois do que eu vi, fiquei com medo. Eu já tinha medo dele, mas agora, se ele faz isso com ela (namorada), o que pode fazer com os outros?”, questionou a mãe da garota.

<file:///F:/Jovem%20%C3%A9%20marcada%20com%20ferro%20quente%20pelo%20namorado%20no%20ES,%20diz%20m%C3%A3e%20-%20Geled%C3%A9s.html>

Morre a líder quilombola sertaneja Maria do Céu



07/10/2013 NOTÍCIAS0 COMENTÁRIOS

A líder quilombola da cidade de Santa Luzia – PB, Maria do Céu Ferreira da Silva, 43 anos, não resistiu aos ferimentos por queimadura que foram causados pelo seu ex-marido. Ela faleceu neste domingo, dia 06, no Hospital de Urgência e Trauma em Campina Grande. A cidade de Santa Luzia, as mulheres que lutam por igualdade social e os movimentos sociais estão de luto!

O covarde atentado à vida da líder quilombola aconteceu na sexta-feira, dia 27 de setembro. O ex-marido, que não teve o nome revelado, estava resistindo ao fim do relacionamento com Maria do Céu e após uma discussão, agrediu e ateou fogo em um botijão de gás o lançando sobre a líder que teve 70% do corpo queimado. Na tentativa de assassinato, a filha adolescente de Maria do Céu também foi machucada e teve queimaduras na ânsia de ajudar a mãe diante do agressor.

Maria do Céu Ferreira da Silva era louceira e muito respeitada por todos da cidade de Santa Luzia e por diversos setores dos movimentos de igreja e sociais. A líder era presidente da Associação das Louceiras Negras da Serra do Talhado e a principal liderança da comunidade quilombola da Serra do Talhado Urbano, também em Santa Luzia – PB.

Maria do Céu, ou simplesmente Céu como era chamada carinhosamente por todos, deixou 4 filhos. O mais velho com 22 anos e os demais com 10, 12 e 14 anos. “Maria do Céu era uma liderança valorosa, uma mulher generosa. Grande de alma, mente e coração. Não media esforços para defender o povo quilombola e as mulheres negras que lutam por melhorias para a sua comunidade. Ela era uma mulher de coragem que usava a sua voz com empoderamento. Sem ter concluído a primeira fase do 1º grau, ela falava fazia falas públicas e utilizava o microfone com habilidade”, disse a amiga Gilcleide Lemos.

www.patosonline.com/post.php?codigo=36468

RACISMO VIRTUAL:
AS CONSEQUÊNCIAS
SÃO REAIS

Grávida negra é exposta: "vende-se bebê por R\$ 50"

Jornalista de Brasília registrou um boletim de ocorrência após a agressão

por [Djamila Ribeiro](#) — publicado 12/05/2015 14h55, última modificação 12/05/2015 15h17

Reprodução



O "anúncio" foi feito no Facebook e apagado após a forte a repercussão negativa

As redes sociais têm sido palco de discurso de ódio e manifestações racistas.

Recentemente, após alterar sua foto de perfil em uma delas, a jornalista brasileira Cristiane Damacena recebeu uma enxurrada de xingamentos racistas.

Nesta segunda-feira 11 de maio foi a vez de mais uma mulher negra ser vítima desse tipo de ação. Coincidência ou não, a vítima foi outra jornalista de Brasília.

Raíssa Gomes teve uma foto sua grávida, tirada em 2011, colocada em forma de anúncio num grupo de Facebook destinado a vender artigos usados, com a seguinte frase: "Vende-se um bebê por R\$ 50 reais" Abaixo da foto ainda diz: "como eu e minha mulher não conseguimos Cytotec [medicamento utilizado para a realização de aborto] resolvemos vender a criança".

Raíssa soube que estava sendo exposta meia hora depois que o falso anúncio foi ao ar. O "anunciante" foi identificado como Laio Santiago e, após a repercussão, apagou o post. Ela acredita que sua foto foi retirada de um texto que escreveu para o site "Blogueiras Negras" o qual fala sobre a dificuldade de ser mãe e negra e sobre parto humanizado.

Raíssa é categórica: "o que aconteceu comigo é somente um reflexo do que a sociedade pensa e reproduz. Já passou da hora das pessoas entenderem que não é um caso isolado; é necessário discutir abertamente sobre racismo no Brasil e a perpetuação dessas atitudes".

A jornalista registrou boletim de ocorrência na própria segunda-feira em uma delegacia da Asa Norte (Brasília) e irá avaliar com sua advogada como dar prosseguimento ao caso.

Grada Kilomba, em seu livro *Plantations Memories* diz: "Por serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade".

E é necessário combater essa posição difícil que teimam em nos manter.

Sojourner Truth, precursora do feminismo negro, em um trecho de um poema chamado "The preachers" sintetiza a luta da mulher negra por dignidade:

"Eu não estou indo embora

Vou ficar aqui

E resistir ao fogo"

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/gravida-negra-e-exposta-vende-se-bebe-por-r-50-6794.html>

Casal é alvo de racismo na internet

Da redação

Tags: Racismo internet facebook brasil

Recomendar



Casal postou foto em que aparecem juntos e foram alvos de racismo

A jovem negra D.M e um rapaz branco, L.F, foram alvo de racismo na internet. Os dois são namorados e postaram uma foto em que aparecem juntos. Eles moram em Muriaé, Zona da Mata de Minas Gerais.

Foi o suficiente para receberem dezenas de comentários racistas. "Onde comprou essa escrava?", escreveu um internauta. Outro sugeriu que ela havia "roubado o branco para tirar foto". D.M desativou a conta no Facebook mas, antes, criticou as manifestações. "Haverá racismo enquanto as pessoas não entenderem que por dentro somos todos iguais", escreveu. A Polícia Civil informou que vai apurar os fatos e instaurar inquérito quando o casal cormalizar a denúncia e registrar a ocorrência.

<http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/casal-e-alvo-de-racismo-na-internet-1617644>

Jornalista negra sofre ataques racistas após publicar foto no Facebook

Jornalista negra posta foto nas redes sociais e sofre enxurrada de ataques racistas. Em apoio à Cristiane Damacena, internautas se mobilizaram e também comentaram em repúdio ao preconceito. Agressores estão sendo identificados e podem ser punidos



Um ataque racista contra uma jornalista negra de Brasília (DF) por meio do seu perfil numa rede social causou forte comoção dentro e fora da Internet nesta terça-feira (5). Cristiane Damacena publicou no dia 24 de abril uma nova foto no Facebook e cinco dias depois passou a sofrer injúrias de cunho racial por ao menos 5 perfis diferentes. Ela foi chamada de "macaca" e "escrava" e sofreu zombarias por causa da cor da pele.

De lá pra cá o caso ganhou repercussão e o apoio a Cristiane extrapolou sua rede de amigos no Facebook. Ao meio-dia desta terça-feira já eram 14.663 curtidas na foto, onze mil comentários e 353 compartilhamentos. Mensagens em defesa da jornalista, elogios a sua beleza e manifestações de apoio formam a maior parte dos comentários. Ela é chamada de "linda" em vários deles. Numa das agressões, um internauta afirma que ela usa um vestido amarelo "porque é a cor preferida do macaco pois lembra a banana".

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/05/jornalista-negra-sofre-ataques-racistas-apos-publicar-foto-no-facebook.html>

Jornalista **Joyce** Ribeiro, do SBT, é vítima de racismo na internet

Após de ser xingada em página da emissora no Facebook, apresentadora denuncia usuária à polícia e pede que vítimas façam o mesmo

por Redação — publicado 03/12/2014 15h44
inShare5

Reprodução/Facebook



Um dos poucos rostos negros do telejornalismo brasileiro, **Joyce** Ribeiro é repórter especial do SBT

Ofensas publicadas na página do Facebook do Jornalismo do SBT levaram a jornalista **Joyce** Ribeiro, 36, a registrar na delegacia o crime de injúria racial que sofreu pela rede. A denúncia é direcionada a um usuário que usa o nome "Simone Hidalgo" e que publicou o seguinte texto no último dia 21:

"Esta negra chata, vesga, gaguejando, na bancada do jornal é deprimente, fora Joice Sebastiana crioula, volta para o tronco".

A mensagem não está mais visível na rede, mas foi registrada em reportagem da emissora e entregue para a polícia. Ao canal, o delegado Mauricio Blazeck afirmou que, dada a constância com que esses casos tem se repetido, "é muito oportuno que as vítimas realmente compareçam para que elas sejam apuradas". A

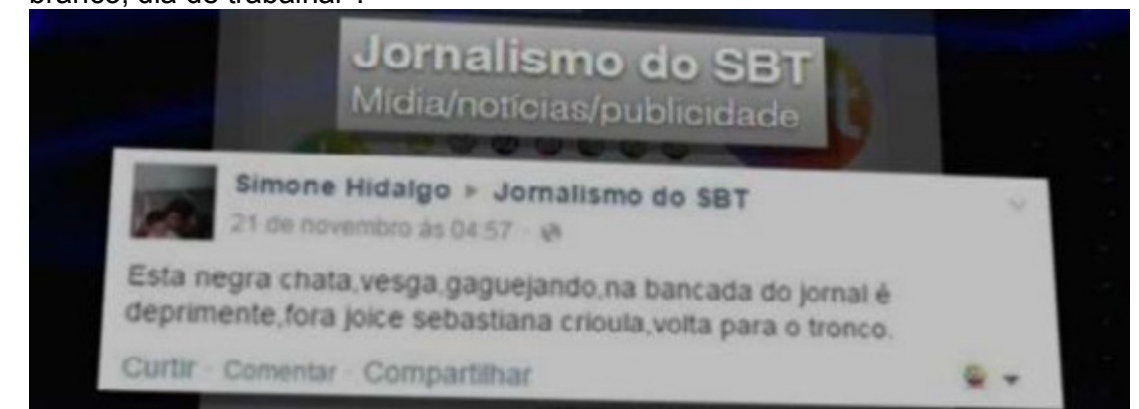
investigação tentará determinar agora se Simone é uma pessoa real ou um perfil falso gerenciado por alguém.

"Fui ofendida com mensagens racistas pela internet. É triste demais pensar que nos dias de hoje, ainda nos deparamos com pessoas tão preconceituosas e limitadas", afirmou a apresentadora em seu perfil no Facebook. "Já passei por isso muitas vezes e o caminho correto para se combater este crime é a denúncia. Meu objetivo é fazer com que todos sintam-se cada vez mais encorajados e procurem seus direitos, denunciando os ataques em uma delegacia, como fiz", prosseguiu. Uma das raras faces negras no telejornalismo brasileiro, **Joyce** já passou pela Boa Vontade TV e pela Rede Record antes de chegar ao SBT, onde atua como repórter especial.

SBT e o racismo

Há pouco menos de um mês, a emissora protagonizou dois episódios de racismo em episódios que envolvem até mesmo o dono do canal. Durante o *Teleton*, [Silvio Santos fez piada com teor racista com uma jovem atriz negra de 11 anos](#). A própria menina usou seus perfis nas redes sociais para postar mensagens em tom de resposta.

Depois disso, a apresentadora Neila Medeiros fez um comentário preconceituoso durante o *Notícias da Manhã* do dia 24 de novembro, depois do feriado de Consciência Negra. Ao falar do trânsito na capital paulista, afirmou: "Hoje é dia de branco, dia de trabalhar".



<http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/jornalista-joyce-ribeiro-do-sbt-e-vitima-de-racismo-na-internet-2444.html>

QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NOS ÚLTIMOS ÍNDICES DO IDH

Garotas quilombolas de 10 a 14 anos são vítimas de escravidão sexual em Cavalcante (GO)

Publicado há 12 meses - em 15 de abril de 2015 »



[2.7k2640000](#)

Meninas descendentes dos quilombolas no parquinho da escola: muitas delas vão morar em casas de família de classe média para poder estudar

Pelo menos oito inquéritos concluídos, só em 2015, pela Polícia Civil goiana denunciam o uso de meninas calungas como escravas sexuais. As vítimas, entre 10 e 14 anos, têm como algozes homens brancos e poderosos de Cavalcante por Renato Alves no Correio Braziliense

Meninas descendentes de escravos nascidas em comunidades kalungas da Chapada dos Veadeiros protagonizam as mesmas histórias de horror e barbárie dos antepassados, levadas à força para trabalhar nas fazendas da região nos séculos 18 e 19. Sem o ensino médio e sem qualquer possibilidade de emprego além do trabalho braçal em terras improdutivas nos povoados onde nasceram, elas são entregues pelos pais a moradores de Cavalcante. Na cidade de 10 mil habitantes, no nordeste de Goiás, a 310km de Brasília, a maioria trabalha como empregada doméstica em casa de família de classe média. Em troca, ganha apenas comida, um lugar para dormir e horário livre para frequentar as aulas na rede pública. Para piorar, fica exposta a todo tipo de violência. A mais grave, o estupro, geralmente cometido pelos patrões, homens brancos e com poder econômico e político.

As vítimas têm entre 10 e 14 anos. Os autores, de profissionais liberais a políticos, de 20 a 70. Por enquanto, eles continuam impunes. No entanto, a história começou a mudar em dezembro, quando a direção da Polícia Civil goiana decidiu trocar todo o efetivo da delegacia

local. Mesmo sem estrutura e gente suficiente, os novos investigadores, vindos de outras cidades e assustados com tantos casos de estupro de vulnerável — em que a vítima tem menos de 14 anos — engavetados, decidiram dar prioridade a esse tipo de ocorrência. Desde então, concluíram oito inquéritos. O mais recente tem como indiciado o vice-presidente da Câmara Municipal, Jorge Cheim (PSD), 62 anos. Há duas semanas, um laudo comprovou o estupro da menina kalunga de 12 anos que morava na casa dele.

Sem respostas

O delegado Diogo Luiz Barreira pediu a prisão preventiva de Cheim, que, além de vereador por três mandatos, é ex-prefeito de Cavalcante e marido da atual vice-prefeita do município, Maria Celeste Cavalcante Alves (PSD). O pedido e o inquérito contra ele estão com a única promotora de Justiça de Cavalcante, Úrsula Catarina Fernandes Siqueira Pinto. Respondendo pela comarca do município há 18 anos, ela é casada com um primo de Cheim. A amigos e policiais da cidade, ela disse que deve se declarar suspeita na fase de ação judicial. A Corregedoria-Geral do Ministério Público de Goiás (MPGO) analisa reclamação autuada no mês passado contra o trabalho dela. Na denúncia, moradores reclamam de supostas lentidão e falta de resposta às denúncias de crimes cometidos na cidade.

A promotora, que atende ao público só às quintas-feiras, não foi encontrada para entrevista nem retornou os recados deixados pela reportagem do Correio, que esteve em Cavalcante terça e quarta-feira. Em depoimento, Cheim negou o crime. Alegou ter levado a vítima para morar na casa dele devido às dificuldades financeiras da família da menina, moradora de um povoado quilombola distante 100km da sede do município. Sobre a falta de autorização judicial para cuidar da criança, ressaltou que a promotora sabia de tudo. A equipe do Correio foi à casa do acusado, na terça-feira. Dois homens, um deles filho do vereador, receberam a reportagem na porta. Disseram que o vereador estava na fazenda dele, mas faria questão de dar entrevista. Garantiram que ele seria encontrado na sessão da Câmara, na noite de terça. Cheim faltou à reunião, não foi visto mais na cidade nem retornou às ligações do jornal.

Leia a matéria completa em: [Garotas quilombolas de 10 a 14 anos são vítimas de escravidão sexual em Cavalcante \(GO\) - Geledés http://www.geledes.org.br/garotas-quilombolas-de-10-a-14-anos-sao-vitimas-de-escravidao-sexual-em-cavalcante-go/#ixzz45dwp5vzb](http://www.geledes.org.br/garotas-quilombolas-de-10-a-14-anos-sao-vitimas-de-escravidao-sexual-em-cavalcante-go/#ixzz45dwp5vzb)

Mais da metade da população quilombola convive com a fome no Brasil

Apesar dos avanços no combate à fome, comunidades quilombolas permanecem com dificuldades para acessar os programas sociais e em situação de alta vulnerabilidade

por Marcelo Pellegrini — publicado 08/12/2014 05h43

[inShare](#)

Fernanda Castro/ GEPR



Comunidades quilombolas sofrem com isolamento e falta de apoio dos municípios, que geralmente também são pobres e possuem baixo orçamento e IDH

Apesar do Brasil [ter saído do mapa da fome no mundo](#), muitas comunidades tradicionais brasileiras localizadas em áreas de difícil acesso ainda vivem em situação de risco. O [relatório divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social \(MDS\)](#) no final de novembro revela que 55,6% dos adultos residentes em comunidades quilombolas vivem com fome ou sob o risco de inanição. A mesma realidade, embora em números um pouco menores, se reproduz na população infantil, na qual 41,1% das crianças e adolescentes quilombolas está sob esta

condição. O cenário de fome não é o único problema. A pesquisa, realizada em 97 áreas, em 2011, revela grande vulnerabilidade social em outros índices como o acesso à água encanada, presente em menos da metade de domicílios, saúde e educação.

Majoritariamente compostas por negros, as comunidades quilombolas surgiram entre os séculos 16 e 19 durante escravidão, quando os quilombos eram refúgios de escravos fugidos da violência e da opressão de seus senhores. Com medo de serem recapturados, os escravos se forçaram a viver isolados, em regiões de difícil acesso, e de maneira autossuficiente. A lógica do isolamento prosseguiu depois da abolição da escravidão, quando muitos quilombos optaram por permanecer como povoados, e segue até hoje. Foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que os moradores dos quilombos se transformaram em quilombolas e foram reconhecidos como comunidades tradicionais, com direito à propriedade e ao uso da terra ocupada.

Hoje, 2.431 comunidades quilombolas estão homologadas pelo governo federal. O número é três vezes maior do que o reconhecido até 2003. Ainda estão à espera da decisão federal outras 330 comunidades e mais 21 estão para ser oficializadas. A homologação da terra pelo governo, contudo, não garante a melhoria da qualidade de vida dentro das áreas quilombolas. Segundo o levantamento do MDS, mais de 60% das lideranças quilombolas afirmam que não ocorreram alterações positivas em relação à infraestrutura de água e esgoto após a titulação do território. Além disso, constatou-se que apenas 5% dos domicílios tinham acesso a esgoto sanitário e menos de uma em cada dez casas contava com coleta de lixo.

Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, diz que a melhora dos indicadores é uma corrida contra o relógio. “Os levantamentos do gênero começaram em 2003, antes não se sabia nem quem era quilombola. Desde então, houve uma reunião de esforços políticos e institucionais para se reconhecer áreas quilombolas e levantar suas demandas com o Programa Brasil Quilombola”, conta.

O Programa Brasil Quilombola envolve 23 ministérios e órgãos federais para garantir o acesso à terra e melhorar as condições de vida nas comunidades, entre outras ações. Faz parte do programa o atendimento das comunidades por programas sociais, como o Bolsa Família. A pesquisa do MDS, no entanto, indica que ainda existe dificuldade logística para acessar o programa de transferência de renda. De acordo com os dados, em 2011, apenas 61% dos domicílios contavam com o Bolsa Família, sendo que outras três em cada dez casa eram ajudadas com cestas básicas distribuídas por diferentes entidades. Ao todo, 45% da população quilombola na época vivia com até 70 reais ao mês. “A marginalização da população negra e quilombola no Brasil é algo histórico, diretamente ligado à discriminação e ao racismo. Equipá-los agora com programas de infraestrutura e transferência de renda é uma reparação histórica urgente”, argumenta Reis. Além da pobreza, a pesquisa também revelou que não há agentes comunitários de saúde em 15% das comunidades visitadas. Em áreas como as regiões quilombolas, os agentes de saúde são considerados pelo Ministério da Saúde como a forma de assistência médica primária – sem eles não há nenhuma assistência de saúde para os moradores.

Isolamento e pobreza

A solução, segundo Reis, passa obrigatoriamente por aprofundar as relações entre o governo federal e os estados e municípios. “Muitas das áreas quilombolas se encontram em rincões de pobreza no País. A situação precária em que elas estão deve ser analisada considerando o entorno”, diz. Este é o caso de Ana Emília Moreira Santos, 53 anos, da comunidade Quilombo Matões dos Moreira, situada próximo ao município de Codó, no Maranhão.

Entre as cidades brasileiras, Codó se posiciona nas últimas posições do ranking que mede a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelas Nações Unidas (ONU). Entre os 5.565 municípios brasileiros, Codó está na 4.255ª posição.

Matéria completa:

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/mais-da-metade-da-populacao-quilombola-no-brasil-convive-com-a-fome-8712.html>

Mãe perde guarda das filhas por ‘descender de escravos’

21/03/2016 - 12:30 -

 Print  PDF

(Alma Preta, 21/03/2016) De acordo com o Movimento Negro Unificado, ação do Ministério Público fundamentou-se em preceitos racistas para tirar a guarda de duas crianças de mãe quilombola

Maria das Graças, 47 anos, moradora da comunidade quilombola Toca Santa Cruz, teve a guarda das duas filhas suspensa, ambas menores de 6 anos de idade, por conta de ação do Ministério Público de Santa Catarina. De acordo com o poder judiciário, a mãe não tem condições de cuidar das crianças.

Segundo o Movimento Negro Unificado de Santa Catarina, MNU-SC, entre as inúmeras alegações para o envio das duas meninas ao abrigo Casa Lar Chico Xavier, no município de Biguaçu, está a de que Maria das Graças “é descendente de escravos, sendo que a sua cultura não primava pela qualidade de vida, era inerte em relação aos cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação”.

Maria das Lurdes, professora aposentada e coordenadora do MNU-SC, considera essa colocação a prova do racismo existente no judiciário brasileiro. “O que podemos esperar de uma sociedade que tem um sistema jurídico que divide cidadãos de direitos pela cor de sua pele. O que esperar de um Judiciário que faz tal afirmação?”.

Em meio à argumentação sobre o caso, a promotora questionou a não demarcação oficial do território da Toca Santa Cruz, como forma de deslegitimar a identidade quilombola do grupo. Depois da apresentação do documento da Fundação Cultural Palmares e do parecer do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, que comprova a regular condição das terras, a promotora rebateu com a afirmação de que Maria das Graças não era quilombola, “porque não se comportava como tal”.



Natalina Felipe, presidente da Associação da Toca Santa Cruz (Foto: Reprodução)

Frente a determinada colocação, Maria das Lurdes explica qual foi a reação do MNU. “Quando o Tribunal estadual nega esta competência, mesmo com o parecer do INCRA reafirmando a identidade Quilombola da mãe, isto nos deixa muito receosos”.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, quando uma criança quilombola sai da guarda dos pais, ela deve ficar com outra família que pertença à mesma comunidade, para que mantenha os seus costumes. A promotoria alega que nenhuma família na Toca Santa Cruz tem condições de ficar com as crianças e que os habitantes da cidade têm medo dos quilombolas.

A coordenadora do MNU afirma que a comunidade sofre de uma exclusão total do governo no que fiz respeito às políticas públicas e crítica a postura do judiciário de deslegitimar a possibilidade das famílias quilombolas cuidarem das crianças. “Vivem numa relação de trabalho escravo. As mulheres trabalham como diaristas por R\$ 50,00, os homens trabalham 14h ou 12h por salários sempre abaixo do mínimo. Para o Ministério Público a única possibilidade de vida digna para as filhas de Maria das Graças era serem adotadas pelas famílias brancas. Pelo prefeito e uma vereadora. Os únicos foram consultados. Dizem no processo que o pai não foi consultado porque é alcoólatra. No entanto não existe nenhum laudo que ateste o alcoolismo do pai”.

A defesa nega também a incapacidade da mãe de cuidar das suas filhas. Elas estavam matriculadas em uma creche e no ensino básico, onde tinham bom desempenho escolar, segundo a professora. Elas também frequentavam aulas de balé, compareciam ao posto de saúde com regularidade e estão com as vacinas em dia. No abrigo, a frequência escolar das jovens é menor do que antes, quando estavam sob os cuidados da mãe.

Para fundamentar a sua ação, o Ministério Público promoveu laudos de médicos psiquiatras e de assistentes sociais para tentar comprovar a incapacidade da mãe de manter a guarda das crianças. O MNU afirma que, de acordo com funcionários da Prefeitura, foi pedido a um médico da rede um laudo pronto que atestasse a não possibilidade de Maria das Graças cuidar das suas filhas.



Comunidade está envolvida com o caso (Foto: Reprodução)

Sem o convite para os advogados de defesa da mãe, um médico psiquiatra do município de Tubarão-SC, atestou que a Maria das Graças tinha retardo mental leve e déficit intelectual leve e por isso não poderia gerir a família. A equipe de advogados encaminhou a avaliação para um especialista do INSS, que classificou a mãe com apenas déficit intelectual leve. Maria das Graças é analfabeta. Maria das Lurdes pensa que “esta afirmação esta diretamente relacionada ao racismo, pois julgam deficiência mental o fato de ela ser analfabeta. Em todo processo o racismo está presente quando acusam e culpam Maria das Graças pela ausência e abandono do poder publico na comunidade trazendo consequências de geração em geração”.

Os demais estudos sociais produzidos responsabilizaram o poder público. O primeiro apontou que seria dever do Estado amparar a família. A segunda observação indica que erraram na análise e que à Maria das Graças não foi dada a possibilidade de defesa.

Em 2014, dois policiais foram à casa de Maria das Graças para levar as crianças. Os policiais armados alegaram à mãe que levariam as duas filhas ao médico. A mentira foi contada para que não houvesse resistência. Desde então, as jovens encontram dificuldades para ter contato com os pais ou qualquer membro da comunidade.

O processo agora está em fase de recurso e a juíza tem até o dia 19 de setembro para definir o futuro da família. A advogada Dr. Patrícia Soares Martins de Oliveira e a secretaria geral da Comissão da Igualdade Racial da OAB entraram com recurso para a anulação da medida judicial. Entre as inúmeras alegações, destaque para a ausência de antropólogo no caso, ausência de intimação para a realização das perícias psiquiatras, transferência de menores para local e família não pertencentes à mesma comunidade, além da negativa da existência da Toca Santa Cruz e da identidade de Maria das Graças enquanto quilombola.

Pedro Borges

[Acesse no site de origem: Mãe perde guarda das filhas por 'descender de escravos' \(Alma Preta, 21/03/2016\)](#)

INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA: O ÓDIO
EM NOME DE UM DEUS

Terreiro de candomblé é depredado em Valparaíso, Goiás

Publicado há 1 mês - em 13 de março de 2016 » Atualizado às 9:28



[3k561001](#)

A Fundação Cultural Palmares recebeu mais uma denúncia de barbárie e intolerância religiosa nesta quarta-feira (9). O ato de ódio foi praticado contra o Centro Espírita Afro-Brasileiro Ilé Axé Iemanjá Ogum Té, localizado em Valparaíso, Goiás. O terreiro de candomblé foi invadido e completamente depredado.

No Aqui Acontece

Segundo Noêmia Ferreira, responsável pelo terreiro, o ataque foi realizado na sua ausência, possivelmente entre os dias 7 e 8 março. Isso porque um quebra-quebra durante esta madrugada foi ouvido e relatado por vizinhos posteriormente.

Mãe Noêmia, como é conhecida, estava viajando e, ao chegar ao local na noite do dia 8, encontrou seu portão acorrentado. Com esforço e ajuda de seu marido, conseguiu rompê-lo. Por trás dele, deparou-se com o caos. Sua casa e o barracão que abrigava os objetos sagrados e os altares foram completamente destruídos. As paredes estavam todas no chão. “Moramos em um país que oficialmente nos dá o direito de sermos o que bem quisermos.

Portanto, ninguém tem o direito de invadir e destruir a casa alheia, principalmente quando se trata de uma casa religiosa. Essas pessoas destruíram algo que era sagrado para mim, algo intimamente ligado com os meus ancestrais, minhas raízes e crenças. A dor que senti no momento em que me deparei com aquela destruição foi profunda”, relata.

Acompanhados pela Fundação Cultural Palmares, os denunciantes registraram o Boletim de Ocorrência na 2ª Delegacia de Polícia de Valparaíso (GO). Os responsáveis pelo crime, entretanto, ainda não foram identificados.

“Ainda estou profundamente abalada com esse ataque. Só espero que a justiça seja feita. Estou reunindo forças para me reerguer e reerguer minha casa. Tenho que dar a volta por cima”, diz Mãe Noêmia, que vive no local há mais de 15 anos.

Desde agosto de 2015, casas, barracões e terreiros de matriz africana vêm sendo sistematicamente atacados no Entorno de Brasília, no Estado de Goiás. O ataque ao terreiro Ilé Axé Iemanjá Ogum Té foi o sétimo atentado caracterizado como crime de intolerância religiosa na região no período de oito meses.

Mapeamento e institucionalização

No início deste mês, representantes do Ministério da Cultura, Fundação Palmares e Governo do Distrito Federal reuniram-se para a articulação e planejamento de um mapeamento cultural das casas de candomblé e umbanda do DF. A iniciativa tem como intuito registrar casas e terreiros de matriz africana e afro-brasileira da região, a fim de, tal qual um levantamento censitário, identificar quem são, quantos são e onde se encontram os espaços e as pessoas adeptas dessas religiões.

“Efetivando-se o trabalho de mapeamento das casas de umbanda e candomblé do DF, pode-se estar dando início a uma política pública que se torne referência para outras unidades federativas”, lembrou na ocasião Cida Abreu, presidenta da Fundação Palmares.

De acordo com a Fundação Palmares, o mapeamento cultural deverá aprofundar e ampliar os trabalhos iniciados pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR) de Lugares de Culto de Matrizes Africanas e Afro-brasileiras no Distrito Federal e Entorno, desenvolvidos pelas Superintendências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Distrito Federal e em Goiás. O inventário em questão teve apenas caráter amostral.

Para Mãe Baiana, coordenadora de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Palmares, ataques como o denunciado nesta terça-feira explicitam ainda mais a urgência de um mapeamento desses centros. “Não podemos mais tolerar ataques como esses, que já vêm acontecendo há muito tempo. O mapeamento desses terreiros trará uma institucionalização fundamental para a segurança desses espaços. Esse registro vai empoderar esse povo”, afirma ela, que já foi vítima de atentado semelhante.

Para a realização desse mapeamento, os envolvidos criarão ainda uma portaria que formalizará o grupo de trabalho responsável pelos procedimentos e metodologias que deverão ser adotados para a sua efetivação.

Denuncie

A Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, pune com pena de reclusão de dois a cinco anos quem cometer crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pode-se fazer denúncias em delegacias comuns ou nas especializadas em Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.

Leia a matéria completa em: [Terreiro de candomblé é depredado em Valparaíso, Goiás - Geledés](http://www.geledes.org.br/terreiro-de-candomble-e-depredado-em-valparaíso-goiás-geledés) <http://www.geledes.org.br/terreiro-de-candomble-e-depredado-em-valparaíso-goiás/#ixzz45dIEUPzq>

Terreiro de candomblé é incendiado na Baixada Fluminense

THAISE CONSTANCIO - O ESTADO DE S. PAULO
27 Junho 2014 | 13h 41 - Atualizado: 27 Junho 2014 | 14h 48

Em seis anos, é o sexto atentado contra a casa e sua dona, a mãe Conceição de Lissá, que vê perseguição religiosa nos ataques

RIO - O segundo andar do barracão de candomblé de mãe Conceição de Lissá, de 53 anos, foi incendiado no bairro Jardim Vale do Sol, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, na noite desta quinta-feira, 26. Nos últimos seis anos, esse já é o sexto atentado contra a casa e sua dona, que também foi vítima de uma tentativa de homicídio. Sem apontar suspeitos, ela afirma que há cunho religioso, já que sua vida "é pautada na questão religiosa".

De acordo com a mãe de santo, os invasores cortaram o arame farpado em cima do muro para entrar na casa, que funciona apenas para as sessões religiosas. Sem conseguirem entrar no primeiro andar, onde ficam a cozinha, os quartos e o salão dedicado aos santos, quebraram a corrente e o cadeado e entraram no segundo andar, onde ficam guardadas as roupas de santo e outros itens usados nas sessões. Os criminosos atearam fogo no nível superior, que estava em obras para ampliação do espaço, e ficou completamente destruído. O telhado veio abaixo.

"Não sobrou nada, foi uma perda inestimável. Estou me sentindo como se fosse uma mulher estuprada, me pergunto o que fiz de errado para isso acontecer", lamentou a mãe Conceição. "Estou vivendo aquela situação em que a vítima começa a achar que foi a causadora (do ataque). É uma sensação muito ruim."

O incêndio será registrado nesta sexta-feira, 27, na 62ª Delegacia de Polícia (Imbariê, em Duque de Caxias) como intolerância religiosa, assim como os outros casos, exceto a tentativa de homicídio que ela afirma ter tentado acrescentar a motivação religiosa no boletim, mas não foi possível. Nenhum suspeito foi identificado até hoje.

A reportagem do **Estado** entrou em contato a Polícia Civil, mas não obteve resposta até as 14h30 desta sexta-feira. Em protesto contra a não resolução dos casos, a mãe de santo e o sacerdote Luis Eduardo Negrogun iniciaram uma greve de fome para que "o Estado intervenha nas investigações sobre a série de ataques" ao barracão.

"Queremos que o Estado se manifeste de maneira efetiva contra a intolerância religiosa e o racismo porque quando o caso acontece em um estádio de futebol todo mundo vê, mas quando é na nossa casa ninguém olha", declarou a mãe Conceição. "É inadmissível que em um Estado laico a gente ainda passe por essas privações", disse ela, que foi candidata a deputada federal pelo PC do B, em 2010.

O barracão funciona há 13 anos no Jardim Vale do Sol. Há sete, ela e a família se mudaram para o bairro e, desde então, começaram as ameaças à mãe de santo e às pessoas com funções de santo e as depredações no terreiro. Há um mês, o carro de Leonardo Duran, filho de santo de Conceição, foi incendiado na porta do barracão. Na tentativa de homicídio, também atiraram na casa e no barracão, que fica na mesma rua.

Conceição diz que tem recebido ligações no barracão, no entanto, a pessoa permanece muda do outro lado da linha. "Tenho a impressão de que é para saber se tem gente na casa."

Ela diz que, pela primeira vez, pensa em pedir proteção policial. "Acho que o Estado está esperando que eu seja assassinada para tomar uma postura. Esperamos que eles nos vejam, nos ouçam e façam uma coisa."

De acordo com a Defesa Civil, as paredes do segundo andar da casa terão que ser reforçadas caso o espaço seja reconstruído. "Estávamos expandido a casa, a obra estava inacabada. Não faço ideia de quanto tempo vai demorar para recuperar tudo."

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro.terreiro-de-candomble-e-incendiado-na-baixada-fluminense.1519654>

16/06/2015 12h56 - Atualizado em 16/06/2015 15h58

Intolerância 2: Menina de 11 anos leva pedrada na saída de culto de candomblé

17/06/2015 tirocurto



Kailane Campos foi apedrejada

É investigada como crime de discriminação religiosa a agressão sofrida por uma criança de 11 anos na saída de um culto de candomblé na Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro.

A menina levou uma pedrada na cabeça, no domingo (14/6), quando deixava o local, acompanhada por familiares e outros adeptos da crença.

Segundo testemunhas, dois homens, supostamente evangélicos, teriam hostilizado o grupo antes de agredir a jovem. Ninguém foi preso.

De acordo com informações da 38ª Delegacia de Polícia (Irajá), onde o caso foi registrado, parentes da jovem prestaram depoimento nessa segunda-feira (15/6).

A menor também foi ouvida e encaminhada para exames de corpo de delito.

O caso foi registrado como preconceito de raça, cor, etnia ou religião e também como lesão corporal, provocada por pedrada.

Os agressores fugiram num ônibus que passava pela Avenida Meriti, no mesmo bairro. A polícia, agora, busca imagens das câmeras de segurança do veículo para tentar identificar os dois homens.

Achei que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que eu fecho o olho eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil de tirar da memória”, afirmou Kailane Campos, que é candomblecista e foi apedrejada na saída

de um culto. Ela deu a declaração em entrevista ao RJTV desta terça-feira (16/6).

...

“O que chamou a atenção foi que eles começaram a levantar a Bíblia e a chamar todo mundo de ‘diabo’, ‘vai para o inferno’, ‘Jesus está voltando’”, afirmou a avó da menina, Kátia Marinho.

Na delegacia, o caso foi registrado como preconceito de raça, cor, etnia ou religião e também como lesão corporal, provocada por pedrada. Os agressores fugiram num ônibus que passava pela Avenida Meriti, no mesmo bairro. A polícia, agora, busca imagens das câmeras de segurança do veículo para tentar identificar os dois homens.

A avó da criança lançou uma campanha na internet e tirou fotos segurando um cartaz com as frases: “Eu visto branco, branco da paz. Sou do candomblé, e você?”. A campanha recebeu o apoio de amigos e pessoas que defendem a liberdade religiosa. Uma delas escreveu: “Mãe Kátia, estamos juntos nessa”.

Iniciada no candomblé há mais de 30 anos, a avó da garota diz que nunca havia passado por uma situação como essa.

(fonte: G1 e Correio Braziliense)

Quase mil casos de intolerância religiosa foram registrados no Rio em dois anos

TER, 18/08/2015 - 15:58



Da Agência Brasil

Quase mil casos de intolerância religiosa foram registrados pelo Centro de Promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos (Ceplir) no estado do Rio de Janeiro, em dois anos e meio. Entre julho de 2012 e dezembro de 2014, foram registradas 948 queixas. As denúncias envolvendo intolerância contra religiões afro-brasileiras totalizaram 71% dos casos.

Os dados estão em um relatório preliminar divulgado hoje (18) pela organização não governamental Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), em audiência pública na Assembleia Legislativa do estado (Alerj).

Outro dado mostrado pelo relatório é que, de janeiro de 2011 a junho de 2015, o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República recebeu 462 denúncias sobre discriminação religiosa.

O documento também mostra que a intolerância religiosa virtual vem ganhando destaque nos registros das denúncias, o que demanda a atenção das autoridades para caracterizar juridicamente as situações apresentadas e definir as devidas punições aos infratores.

Presente à audiência, o deputado estadual Átila Nunes (PSL) destacou a importância de se ter uma delegacia especializada no combate à intolerância, devido à grande dificuldade de registro dos casos de discriminação religiosa em delegacias policiais. "Quase todo mês temos flagrantes de perseguição religiosa. O que temos no Rio de Janeiro é quase um pequeno Estado Islâmico. Hoje, eu só acredito na força da lei através da criação de uma delegacia especializada para esses casos e na ação da Polícia Civil contra os fanáticos."

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Marcelo Freixo (PSOL), os crimes de ódio têm de ser

enfrentados e é preciso pensar em formas preventivas. Para ele, falta vontade política para combater esses crimes. "É importante que os boletins de ocorrência tenham um espaço para deixar claro que o crime tenha alguma motivação de intolerância religiosa", acrescentou.

Como forma de promover a paz, o respeito e o combate à intolerância religiosa, a comissão promoverá no Posto 6 da Praia de Copacabana a 8ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, no dia 20 de setembro às 11h

RACISMO
INSTITUCIONAL E SISTEMA
DE (IN)JUSTIÇA BRASILEIRO

Violência e intolerância tentam impedir Marcha das Mulheres Negras

No momento da confusão, o ato contava com mais de 10 mil participantes. As agressões partiram do grupo pró-impeachment acampado em frente ao Congresso



MOVIMENTOS SOCIAIS

#MarchaMulheresNegras

Brasília- DF 18-11-2015 Marcha da mulheres negras. (Foto: Lula Marques/Agência PT)

Enquanto milhares de mulheres marchavam em direção ao Congresso Nacional para mostrar a força da comunidade negra e lutar por direitos, dois manifestantes pró-impeachment dispararam quatro tiros em meio a passeata, no início da tarde desta quarta-feira (18).

No momento do atentados contra a integridade das manifestantes, a Marcha das Mulheres Negras contava com mais de 10 mil participantes, segundo a Polícia Militar do Distrito Federal.

A PM informou que os homens eram policiais civis, integrante do grupo que está acampado em frente ao Congresso, que além de pedir o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, defende a volta dos militares ao poder.

As mulheres foram impedidas de se aproximar do parlamento pelo gramado, local onde está situado o acampamento, iniciando uma discussão entre os membros dos dois movimentos.

Pela igualdade de direitos - A dona de casa Maria da Fé viajou da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, para Brasília (DF), especialmente para a marcha motivada pela luta contra a violência diária sofrida pelos negros, dentro e fora da marcha.



“Nós lutamos contra racismo, violência e pelo bem viver e de repente nós somos paradas pela violência. Um caminhão com as mulheres de axé, mães de santo, idosas e crianças e o camarada jogando bomba e atirando”, refutou.

“Todo mundo deitou no chão do caminhão. Na hora a gente não sabia se era tiro, se era bomba ou rojão. Tinham muitas mulheres passando mal na grama. Estávamos em uma passeata pacífica e fomos agredidas”, relatou, com revolta.

...

Por **Danielle Cambraia**, da Agência PT de Notícias

Defensoria diz que ‘não existem provas’ de que Mírian França participou do assassinato de italiana

Órgão pediu, nesta segunda-feira, a libertação de
farmacêutica

POR THAYS LAVOR

06/01/2015 19:13 / ATUALIZADO 06/01/2015 19:34



Mírian França é acusada de participar do assassinato da italiana Gaia Molinari -
Reprodução Facebook

FORTALEZA— Defensores públicos que integram o Núcleo de Atendimento ao Preso Provisório (Nuapp) e fazem a defesa da carioca Mirian França de Melo, 31 anos, afirmaram que não há qualquer fato contundente que leve a farmacêutica a permanecer reclusa e pediram a revogação de sua prisão, nesta segunda. Mirian foi posta em prisão temporária no Ceará, no último dia 29. De acordo com a Polícia Civil do estado, ela é a principal suspeita de assassinar a italiana Gaia Molinari, 29 anos.

—Não há qualquer informação que leve a crer que a Mirian seja a responsável por este crime, não existem provas. E, ainda vou mais além, eu acho muito precipitado o indiciamento de qualquer pessoa— reforçou a defensora pública Gina Mourão.

Após analisar o inquérito policial e demais documentos, o Nuapp, que pertence à Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE-CE), formulou o pedido de revogação da prisão temporária de Mirian na noite desta segunda-feira, que já foi recebido pela comarca de Cariré, no interior do Ceará.

Segundo os defensores que integram o Nuapp, a expectativa é que o pedido seja analisado ainda nesta terça-feira. Caso contrário, será enviado para comarca de Jijoca de Jericoacoara. O defensor público Emerson Castelo Branco espera que, ainda esta semana, Mirian esteja em liberdade.

— Se esta moça não for colocada em liberdade ainda esta semana, estaremos diante de um dos casos mais graves de violação dos direitos humanos do Ceará. As contradições que a delegada cita são periféricas. O que existe aqui é pressão internacional. Não é porque ocorreu um crime bárbaro no Brasil, que a qualquer custo se deve dar qualquer resposta e de qualquer forma— afirmou o integrante do Nuapp.

A Defensoria afirmou não concordar com os critérios que delegada Patrícia Bezerra pontuou para o decreto da prisão temporária de Mirian. Principalmente no que diz respeito a uma das alegações, que se refere ao fato de Mirian ser residente em outro estado da federação e estar com passagem marcada para o dia 29 de dezembro.

— Nós tivemos acesso a estes depoimentos e acareações que a delegada utilizou para justificar a prisão temporária, e estas contradições são referentes a pequenos detalhes, detalhes estes que, em um depoimento dado em situação de insegurança, qualquer pessoa está sujeita a entrar

contradições. Dizem respeito a dados periféricos e , em nenhum momento estas contradições levam a crer que foi ela a responsável pelo fato. Não há motivo e nem razão que leve a crer que ela venha a se evadir— explicou Gina Mourão.

De acordo com a DPGE, Mirian assinou na última segunda-feira uma declaração onde se compromete a permanecer no estado do Ceará até a conclusão do inquérito policial , o qual investiga a morte de Gaia Molinari, e a colaborar com todas a investigação policial relativa ao esclarecimento do fato.

—É preciso que se esclareça que, durante todo o processo de investigação deste caso, Mirian não furtou em contribuir. Ela prestou depoimento duas vezes e se submeteu a acareações. Ela indicou o endereço de sua residência de forma correta perante autoridades policiais— disse Gina Mourão.

Estamos acompanhando o caso desde o dia 29 de dezembro. O pedido foi uma solicitação das amigas de Mirian, que entraram em contato com a ouvidora externa da Defensoria.

Segundo o Nuapp, Mirian não tem qualquer antecedente criminal, é uma pessoa respeitada no meio em que vive e envolvida no meio acadêmico. Esta previsto para chegar amanhã em Fortaleza o coordenador do curso de doutorado ao qual Mirian pertence. Já se encontra no Ceará uma das amigas que fez o primeiro contato com a DPGE, por meio de sua ouvidoria externa.

—A comunidade acadêmica está mobilizada no sentido de dar apoio a ela— informou Gina Mourão.

O Nuapp esclareceu que a prisão temporária tem o objetivo de assegurar a investigação do caso. Mas ela tem que ser pautada em determinados critérios, e não em algo aleatório:

—De forma absurda, simplesmente para dar uma resposta, porque a imprensa e a sociedade cobram o descortinamento da autoria do crime. E assim foi solicitada a prisão temporária pela polícia. E o poder judiciário simplesmente não apreciou absolutamente nada do caso, e a prisão foi decretada de forma extremamente precária. Uma prisão abusiva.

Leia mais sobre esse assunto em

<http://oglobo.globo.com/brasil/defensoria-diz-que-nao-existem-provas-de-que-mirian-franca-participou-do-assassinato-de-italiana-14981452#ixzz45iCe4K2J>

POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA AUMENTOU 567% EM 15 ANOS NO BRASIL



A população carcerária feminina subiu de 5.601 para 37.380 detentas entre 2000 e 2014, um crescimento de 567% em 15 anos. A maioria dos casos é por tráfico de drogas, motivo de 68% das prisões. Os dados integram o Infopen Mulheres, levantamento nacional de informações penitenciárias do Ministério da Justiça, que, pela primeira vez, aprofunda a análise com o recorte de gênero. A divulgação do estudo inédito foi nesta quinta-feira (5/11), em Brasília (DF). O Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi, participou da solenidade.

No total, as mulheres representam 6,4% da população carcerária do Brasil, que é de aproximadamente 607 mil detentos.

A taxa de mulheres presas no país é superior ao crescimento geral da população carcerária, que teve aumento de 119% no mesmo período. Na comparação com outros países, o Brasil apresenta a quinta maior população carcerária feminina do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (205.400 detentas), China (103.766) Rússia (53.304) e Tailândia (44.751).

Os dados da realidade da mulher no sistema carcerário foram extraídos do levantamento divulgado pelo Ministério da Justiça em junho deste ano (ano base 2014), que, no entanto, não trazia detalhamento por gênero. Nesta quinta-feira, foi apresentado o perfil das mulheres privadas de liberdade por escolaridade, cor, faixa etária, estado civil, além do percentual de presas por natureza da prisão, (provisória ou sentenciada), tipo de regime (fechado, semiaberto ou aberto) e a natureza dos crimes pelos quais foram condenadas.

“Há uma tendência de crescimento da população carcerária feminina e por isso é preciso dar

visibilidade para essa questão. Somente tendo um quadro real da situação, é possível orientar políticas públicas eficazes”, justifica o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Renato de Vitto, que coordenou o estudo.

Na avaliação do coordenador do DMF/CNJ, Luís Geraldo Lanfredi, esse estudo é importante na medida em que começa a tirar a mulher da invisibilidade. “Quando abordamos o sistema prisional, é necessário reconhecer que a mulher pertence a um dos grupos mais vulneráveis, em um segmento já vulnerável, que é a população carcerária. Esquecemos, muitas vezes, que sobre a mulher recai uma reprovação moral que vai muito além do crime que ela praticou, tornando a sanção muito mais pesada para ela do que para os homens”, declarou

Perfil

Cerca de 30% das presas no Brasil ainda aguardam julgamento. Sergipe lidera o número de presas provisórias, com 99% das detentas nessa condição, enquanto em São Paulo, apenas 9% delas aguardam sentença da Justiça.

O estudo também revelou que a maioria das mulheres presas no país (68%) é negra, enquanto 31% são brancas e 1%, amarela. No Acre, 100% das detentas eram negras em junho de 2014. O segundo estado com o maior percentual é o Ceará, com 94%, seguido da Bahia, com 92% de presas negras. O número de indígenas não chega a 1% da população carcerária feminina nacional. À época da pesquisa, só existiam presas indígenas nos estados de Roraima, Amapá, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Quanto à faixa etária, cerca de 50% das mulheres encarceradas têm entre 18 e 29 anos; 18%, entre 30 e 34 anos; 21%, entre 35 e 45 anos; 10% estão na faixa etária entre 46 e 60%; e 1%, tem idade entre 61 e 70 anos. Segundo o levantamento, em junho do ano passado não haviam presas com idade acima dos 70 anos.

Quando o assunto é escolaridade, apenas 11% delas concluíram o Ensino Médio e o número de concluintes do Ensino Superior ficou abaixo de 1%. Metade das detentas possui o Ensino Fundamental incompleto, 50%, e 4% são analfabetas.

Estabelecimentos prisionais

O documento traz também informações sobre os estabelecimentos prisionais em que as mulheres se encontram (mistos ou femininos), condições de lotação, existência de estruturas de berçário, creche e cela específica para gestantes. Sobre os tipos de estabelecimentos, o Infopen Mulheres revela que, do total de unidades prisionais do país (1.420), apenas 103 são exclusivamente femininas (7% do total), enquanto 1.070 são masculinas e 239 são consideradas mistas (abrigam homens e mulheres). Em 8 unidades não há informação sobre divisão de gênero. Dos estados com unidades exclusivas para mulheres, onze possuem apenas uma destinada ao gênero, para atender a toda a demanda estadual – Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe.

“Os estabelecimentos penais, as estruturas internas desses espaços e as normas de convivência no cárcere quase nunca estão adaptadas às necessidades da mulher, já que são sempre desenhadas sob a perspectiva masculina. O atendimento médico, por exemplo, não é específico. Se já faltam médicos, o que dirá de ginecologistas, como a saúde da mulher requer”, declarou o coordenador do DMF/CNJ, Luís Geraldo Lanfredi.

Apenas 34% dos estabelecimentos femininos dispõem de cela ou dormitório adequado para gestantes. Nos estabelecimentos mistos, somente 6% das unidades dispõem de espaço específico para a custódia de gestantes. Quanto à existência de berçário ou centro de referência materno infantil, 32% das unidades femininas contam com o espaço, enquanto apenas 3% das unidades mistas possuem essa estrutura. Somente 5% das unidades femininas dispõem de creche, não sendo registrada pelo estudo nenhuma creche instalada em unidades mistas.

•••

O evento a ser realizado pelo CNJ busca deixar no passado situações como a que chocou a opinião pública em setembro, quando uma detenta da penitenciária feminina Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, fez o próprio parto dentro de uma solitária. Segundo o Tribunal de Justiça do estado (TJRJ), apesar dos gritos de socorro de outras presas da cela ao lado, a gestante saiu do local com o bebê, uma menina, já nos braços, porém ainda ligado ao cordão umbilical. A diretora da unidade prisional foi afastada do cargo a pedido do TJRJ e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) abriu sindicância interna para apurar os fatos.

“Precisamos ser mais corajosos para enfrentar os dilemas do encarceramento feminino na prisão, sob a lente das suas diferenças, notadamente no que respeita a questões relacionadas à sexualidade, homoafetividade e outras mais específicas e inerentes ao universo da mulher encarcerada”, avalia Luís Lanfredi.

Fonte: Portal Olhar Jurídico

<http://grupovioles.blogspot.com.br/2015/11/populacao-carceraria-feminina-aumentou.html>

ZIKA VÍRUS: AS MULHERES NEGRAS FICAM COM A FATURA

Homens abandonam mães de bebês com microcefalia em PE

Triste realidade: Homens estão abandonando mães de bebês com microcefalia em Pernambuco. Estado é o que apresenta o maior número de notificações da má-formação no Brasil

Em Pernambuco, Estado com maior número de notificações de microcefalia, muitas mães têm sido abandonadas pelos companheiros após descobrir que o filho do casal é portador da má-formação. Médicos ouvidos pela reportagem relatam que os casos são cada vez mais frequentes e afetam principalmente jovens em relações instáveis.

Médicos que trabalham no atendimento de pacientes com microcefalia contam que os homens têm mais dificuldade do que as mães para aceitar a deficiência do filho. “Eu me surpreendi com a quantidade de mães que estão cuidando do filho sozinhas, porque o pai simplesmente resolveu largar a família”, conta uma pediatra que não quis se identificar. O rompimento também atinge relações mais duradouras.

Após dois anos de namoro e nove de casamento, a promotora de eventos Carla Silva, de 32 anos, foi abandonada pelo pai dos seus três filhos quando ainda estava internada na maternidade. O motivo, conta, era a condição da caçula, Nivea Heloise, que nasceu com menos de 28 centímetros de perímetro encefálico. “Ele me culpou por ela nascer assim. Disse que a menina era doente porque eu era uma pessoa ruim.”

O casal se conheceu após ele começar a frequentar a mesma igreja evangélica que ela, em uma periferia do Recife. Carla havia acabado de sair de um relacionamento longo e até resistiu às investidas dele por quatro meses. Depois, começaram a namorar, se casaram e tiveram dois meninos, hoje com 3 e 5 anos. Durante a gravidez da caçula, porém, a relação já estava abalada.

Zika

A promotora de eventos contraiu o zika vírus no segundo mês de gestação. Pela TV, via os casos que associavam a doença à microcefalia e pensou que a filha, ainda no útero, poderia se tornar uma vítima. “Os exames não apontavam nada, mas eu fui me preparando”, diz. Descobriu que a criança era portadora da má-

formação logo depois do parto. “Não foi um choque. Eu vi e me tranquilizei.” Mas o pai dela, não.

Nivea completa dois meses hoje, mas só foi registrada pelo pai 30 dias após o nascimento. “Pensei em fazer a certidão de nascimento como mãe solteira, mas minha sogra fez pressão até ele assumir”, diz Carla. Desde dezembro, no entanto, o ex-marido não mora mais com a família. Também não responde a mensagens no celular e a bloqueou de um aplicativo de bate-papo, conta.

Com rotina de exames em hospitais, a filha tem demandado atenção integral de Carla durante o dia. Já as convulsões provocadas pela microcefalia não a deixam dormir de madrugada. “Ela chora muito, se treme inteira e contrai as mãos”, afirma a mãe. A contar do nascimento de Nivea, ela ainda não conseguiu trabalhar. “Quando eu voltar, vai ser ainda mais difícil.”

Indesejada

Para a infectologista pediátrica Angela Rocha, coordenadora do setor do Hospital Universitário Oswaldo Cruz, que recebe a maior parte dos pacientes com microcefalia em Pernambuco, o problema de abandono dos pais afeta principalmente mulheres jovens, com relacionamentos instáveis e que tiveram uma gravidez indesejada.

“Normalmente, o homem tem essa dificuldade de assumir”, afirma Angela.

Segundo a infectologista, alguns rompimentos acontecem ainda antes de o casal descobrir que o filho tem microcefalia. “Em muitos casos, o parceiro já tinha se afastado na hora que engravidou. Em outros, quando a criança nasce.”

Foi assim para a pequena Layla Sophia, de dois meses, que ainda não conhece o pai. “Foi uma gravidez inesperada, logo no começo do namoro da minha filha. Quando estava com seis meses de barriga, ele deixou ela”, conta Iranilda Silva, de 45 anos, avó da criança.

A filha de Iranilda também contraiu o zika vírus durante a gestação. Para a família, natural de Ouricuri, no sertão de Pernambuco, a microcefalia era totalmente desconhecida. Mas nem a má-formação da criança a reaproximou do pai. “Ele sabe de tudo, até porque mora do nosso lado, mas nunca foi lá (ver a criança)”, contou a avó de Layla Sophia.

Agência Estado

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/02/homens-abandonam-maes-de-bebes-com-microcefalia-em-pe.html>

'Bebê-símbolo' de microcefalia em PE ainda espera por tratamento

Camilla Costa Enviada especial da BBC Brasil a Bonito (PE)

24 fevereiro 2016

[Compartilhar](#)

... Foi através de uma foto com o rosto da pernambucana Solange Ferreira, de 39 anos, e de seu bebê, José Wesley. Em dezembro, pouco depois da descoberta da malformação no bebê, eles conheceram o fotógrafo da AP, Felipe Dana.

Desde então, Solange mudou-se de cidade para ficar mais perto dos familiares e diz que as fotos a tornaram conhecida, mas que ainda aguarda o início das sessões de reabilitação do filho, que já tem quatro meses.

"O que eu mais queria mesmo era que começassem logo esses tratamentos dele, para não ficar mais atrasado do que já está", diz, angustiada, à BBC Brasil.

Acostumada a misturar os nomes dos filhos – Elielson, de 16 anos, Elisson, de 10 anos e Elenilson, de 5 anos – ela diz que se espanta ao conseguir falar corretamente o nome de José Wesley quando dá entrevistas. "Finalmente conseguir falar Wesley sem errar. Quando eu vou chamar um, chamo o outro. Imagina se eu também tivesse colocado o nome dele com E? Ainda bem que mudei pra José", ri.

Solange foi fotografada pela primeira vez quando ainda vivia em Santa Cruz do Capibaribe, no sertão de Pernambuco. Há menos de um mês, mudou-se para Bonito, que fica mais perto da capital, Recife. O pai dos quatro meninos, no entanto, ficou na outra cidade.

"Ele vive a vida dele pra lá, eu vivo a minha pra cá. De vez em quando ele vem ver os meninos, manda uns R\$ 200", diz.

Depois de deixar o emprego como doméstica para cuidar do filho, ela tem apenas os R\$ 259 mensais que recebe pelo Bolsa Família como renda fixa. "Quando minha família tem condições, ajuda. Quando não tem, a gente vai passando. Para tudo Deus dá um jeito."



Image copyrightBBC BrasilImage caption

Banhos de balde ajudam a acalmar José Wesley, que é agitado como outros bebês com casos recentes de microcefalia, associada ao zika vírus

Bebê 'do balde'

Na nova rotina da família, os três garotos mais velhos se revezam nos cuidados e nas tentativas de acalmar o bebê. Sem orientação especializada, Solange e os filhos usam seus próprios métodos de estímulo, que incluem música gospel e banhos no balde d'água.

"Para mim ele é normal. Eu sei (que ele tem microcefalia), já vi nos exames dele, o médico já falou, mas eu crio ele como um menino normal. Tenho mais cuidado com ele do que tive com os outros, mas também não é muito paparicado não, porque fica pior pra ele. Se um (filho) com saúde é ruim paparicar, imagine um doente, como é que vai ser?", diz.

Os banhos de balde, recomendados por especialistas para relaxar bebês, são um hábito antigo, ela nem se recorda onde aprendeu.

"Isso é método meu mesmo. Nem adianta comprar banheira. Se não é balde d'água é debaixo do chuveiro, na pia, onde tem água eu estou mergulhando ele. Todos os meus meninos foram criados assim", relembra.

"Com ele eu achei diferente porque quando ele chorava muito, eu o colocava dentro d'água e ele se acalmava. Aí pensei: 'pronto, esse daqui gosta mais de água do que os outros'."

José Wesley ainda não passou pelos exames de visão e audição. Por isso, Solange ainda não sabe a extensão das limitações provocadas pela microcefalia. "Até agora, a enfermeira sou eu mesma", diz.

A mudança de cidade e a falta de informações sobre os próximos passos foram responsáveis pela demora. O contato de Felipe Dana, o fotógrafo da AP, com a neuropediatra Vanessa van der Linden, diretora da AACD em Recife, foi determinante para que José Wesley conseguisse sessões de fisioterapia.

"Nós conseguimos o telefone dela e ligamos para marcar. Terminei chamando muitas mães desse jeito, porque não estavam chegando aqui. Abrimos mais vagas, mas elas precisam saber que têm que vir pra cá. Ainda parece haver uma falha no encaminhamento", disse Van der Linden à BBC Brasil.

O governo de Pernambuco anunciou, em dezembro, que capacitaria profissionais e centros de saúde em cidades grandes do interior, como Caruaru – onde Solange foi atendida inicialmente – para realizarem o estímulo necessário aos bebês microcéfalos.

Mas a maioria das mães ainda precisa ir para a capital em busca do tratamento.

Image copyrightAPImage captionFotos de Felipe Dana apareceram em jornais de todo o mundo



Image copyrightAPImage captionFamília tornou-se 'símbolo' de emergência de saúde no Brasil

'Cristo redentor'

Durante o quarto mês de gestação, Solange diz ter tido sintomas de zika, mas a doença nunca chegou a ser diagnosticada por exame. A notificação do caso não era compulsória no Brasil e nem todos os casos suspeitos eram confirmados. "Senti dor no corpo e o corpo ficou todo pintado e coçando. Só passei um dia doente, no outro voltei para trabalhar", relembra.

José Wesley nasceu aos oito meses, enquanto ela visitava a família em Bonito. "Ninguém desconfiou nada porque ele era prematuro e pequeno. Aí voltei para Poço Fundo e passei dois meses só dentro de casa, porque ele chorava demais."

A descoberta da microcefalia ocorreu em um posto de saúde. "A história de microcefalia já tinha estourado. Aí as enfermeiras começaram a procurar no celular, na internet, com quantos centímetros na cabeça ia dar microcefalia. Elas mediram e ele tinha 32 cm. Isso já com dois meses. Quando nasceu, não mediram. Na época, ninguém prestava atenção nisso. Nasceu, tava com saúde, era normal."

Uma tomografia confirmou a malformação em José Wesley, com características de infecção congênita. Como a maior parte dos bebês que os médicos acreditam terem sido atingidos pelo vírus da zika, ele chora durante a maior parte do dia.

"Quando ele fica nervoso mesmo, fica todo duro, parecendo o Cristo Redentor. Abre os braços, fecha as perninhas e fica roxo, às vezes. Aí eu me preocupo. Mas não adiantar acalantar não, que é perdido. Ou você bota ele dentro do balde d'água pra ele se acalmar ou você olha pra ele e deixa ele dar esse surto dele", diz Solange.

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160217_microcefalia_solange_balde_cc

A PALAVRA DE ALGUMAS REDES E ARTICULAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL

As cartas apresentadas a seguir são parte do trabalho de consultas junto a diferentes Redes e Movimentos sociais sobre as violências e violações apresentadas ao longo do Dossiê



Coletivo NegraSô



Rede de jovens SP Positivo

À

Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA

A dolorosa luta por permanência estudantil na universidade

Recentemente a faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, seguindo o exemplo da Universidade de São Paulo (USP), lançou as diretrizes de combate à violência contra mulheres no campus.

Segundo o documento 37% dos alunos homens admitiram praticar ações tais como: forçar meninas a usarem drogas ou bebida alcoólica e forçar sexo.

Somente 4% entendiam isso como estupro, mesmo sendo um curso que forma advogados e juristas. Diariamente alunas são assediadas e violentadas por alunos e professores, os órgãos de denúncias não são acessíveis e frequentemente a postura da universidade é a de “esconder” e silenciar, aumentando ainda mais o sofrimento das vítimas. Muitas estudantes optam por abandonar o curso por não ter condições psicológicas de enfrentar diariamente seus agressores.

Esta violência tornar-se ainda mais latente para população LGBTT e negra. 3% dos alunos negros em curso universitário foram “assassinados com suicídio” ou seja, o racismo institucional legitimado pela violência de Estado obriga meninas e meninos negros à eliminarem seus corpos do convívio social.

Pixações em banheiros e centros acadêmicos com dizeres: “lugar de macaco é na senzala” são lidas nas maiores universidades do Estado de São Paulo, seguindo dos cortes de vaga na creche da USP, fechando a creche popular da PUC SP, causando impedimentos ao funcionamento dos cursinhos pré vestibulares populares, corte nas bolsas e nas poucas políticas de permanência da/os aluna/os na Universidade, medidas que inviabilizam o acesso da jovem negra periférica e mãe que não consegue acompanhar o curso pois não tem onde deixar seu filho.

Trago aqui minha experiência pessoal para ilustrar uma das diversas formas de matar jovens negras na universidade: por conta do trabalho não tinha horário disponível para cursar uma determinada disciplina, ao conversar com a coordenação para tranca-la a resposta que tive é a de que “universidade não é lugar para pessoas como eu” e orientou que eu abandonasse o curso (mesmo estando no penúltimo ano).

Entendemos que a discussão da violência passa por todos os seus matizes, não é só o tapa impedir, de qualquer forma, que o direito ao acesso à educação seja desrespeitado é uma violência. O movimento negro feminista se coloca ao lado de outros movimentos na luta por acesso universal à educação de qualidade.

Coletivo NegraSô - Coletivo de Negras e Negros da PUC-SP

<https://www.facebook.com/Coletivo-NegraS%C3%B4-662993973790088/?fref=ts>

Rede de jovens SP Positivo

https://www.facebook.com/Rede-de-Jovens-SP-394734294050011/info/?tab=page_info



ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Ofício 08/2016

Curitiba, 04 de abril de 2016

OEA – Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Assunto: **Encaminhamento de Denúncia.**

O Transgrupo Marcela Prado, Associação de Transexuais de Curitiba, com foro neste município a Av. Marechal Floriano Peixoto nº 366, conj. 47, centro, nesta cidade, organização sem fins lucrativos vem por meio de este formalizar a OEA – Comissão Interamericana de Direitos Humanos a grave situação de Pessoas Trans no Brasil.

Nossa Instituição atua na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de Travestis e Transexuais no âmbito do estado do Paraná de maneira direta e promovendo discussão política no âmbito nacional e internacional.

Nos últimos anos vem crescendo de maneira assustadora a violência contra as pessoas LGBT no Brasil, atingindo de maneira expressiva as pessoas Trans, pessoas essas que sofrem de maneira direta desde seus direitos fundamentais, direitos estes supostamente resguardados pela Constituição Federal do Brasil de 1988;

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

ART. 3 - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Av. Marechal Floriano Peixoto nº 366, conj. 47 – Centro - Curitiba - PR Brasil Fone: (41) 3322-3129



ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

O Brasil Segundo levantamento realizado o coordenador do estudo e antropólogo da UFBA (Universidade Federal da Bahia) Prof. Dr. Luiz Mott nosso País acumula 44% dos assassinatos contra pessoas LGBT no mundo. O risco de um homossexual ser assassinado é 800 vezes maior que nos Estados Unidos. (<http://georgesarmento.jusbrasil.com.br/artigos/121941974/crimes-homofobicos-ate-quando>)

Neste ano de 2016 nos dois primeiros meses o Brasil já soma mais de 80 assassinatos contra travestis e Transexuais (Dados subnotificados, coletados pela imprensa).

Esta Violência se acentua, pois pessoas Trans não são respeitadas desde o início de sua transição, começando pelo seu nome, direito a saúde, educação dentre outros.

Neste sentido, solicitamos apoio a esta Comissão na apuração, investigação e acima de tudo que os direitos fundamentais da População LGBT, sobretudo as pessoas Travestis e Transexuais.

Em anexo fotos reais sobre violência aqui denunciada.

Desde já agradecemos e ficamos à disposição.

Atenciosamente

Rafaelly Wiest

Presidente do Transgrupo Marcela Prado.

Componho a Diretoria Executiva da ABGLT.

Titular do Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT do Ministério de Direitos Humanos da Presidência da República.

Conselheira Estadual do Direito da Mulher do Estado do Paraná.

Titular Grupo de Trabalho LGBT da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná.

Av. Marechal Floriano Peixoto nº 366, conj. 47 – Centro - Curitiba - PR Brasil Fone: (41) 3322-3129

TRANSFOBIA MATA



Acima - Travesti Lorena –
Assassinada a Pauladas por grupo de jovens na região de Cascavel-Paraná - 2015



Acima e esquerda
Pessoa Travesti –
nome: Desconhecido –
Motivação –
Transfobia - 2015



Acima – Travesti Sabrina –
queimada com gasolina
pelo ex-marido (por ele ter
sofrido discriminação por
ser casado com uma
Travesti) e Discriminada
no hospital (sendo tratada
pelo Masculino em todo
tempo de internamento)

TRANSFOBIA MATA



Acima transexual
Camilly – sobrevivente
de tentativa de
Homicídio de Serial
Killer em Curitiba -
2015



Acima - Pessoa Travesti
Verônica Bolina – Agredida na
delegacia de São Paulo por
presos e policiais - 2015

Quilombolas

INVESTIGAÇÃO CASO VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PELA PRÁTICA DE ABUSO SEXUAL, ADOÇÃO IRREGULAR DE MENORES E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA.

DENÚNCIAS:

Em 09 de Março de 2016, a CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, encaminhou ofício solicitando informações ao Ministério Público – GO, “a fim de ter um retorno sobre os processos e encaminhamentos no que tange a violação de direitos de crianças e adolescentes, pela prática de abuso sexual, adoção irregular de menores e exploração do trabalho infantil em municípios do Estado de Goiás e em especial nas cidades de Cavalcante e Hidrolândia”, sobre o andamento da CPI, na região onde ocorridas e denúncias, com conhecimento repercussão nacional e onde até o momento os indiciados não foram julgados pelo crime contra as crianças e adolescentes nos quilombos nas cidades citadas”.

O delegado responsável pelo caso, Diogo Luiz Barreira, explicou em uma matéria à um **Portal de notícias veiculado nacionalmente**, que o vereador Jorge Cheim começou a ser investigado em novembro de 2014, depois que uma criança de 12 anos denunciou que foi estuprada na fazenda do parlamentar.

Segundo depoimentos registrados na CPI de inquérito, desde 2012 foram registrados 14 casos, mas a comunidade estima um número bem mais elevado, devido ao medo que as famílias têm de denunciar. A Polícia Civil trabalha no momento com 10 inquéritos de violência sexual contra menores de idade e colheu provas materiais que comprovam o crime de estupro de vulnerável – quando a vítima tem menos de 14 anos.

Mais de duzentas pessoas participaram da audiência pública, que também foi acompanhada por representantes do governo federal, do Ministério Público e por deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Goiás, em 2015.

BARREIRAS:

Poder político – Prática abusiva e exploratória que incide também, como ponto comum na região e em outros estados e comunidades por todo o Brasil: troca de benefícios ou ainda objetos, para toda a família, por “favores sexuais” das meninas. As tentativas de estupro e as violências sexuais sofridas, em sua maioria na fase que engloba a juventude, são invisibilidades e ocultadas sob o “manto da tradição”. É vergonhoso para as mulheres serem vistas como as que dê alguma forma, derem liberdade para que isso pudesse acontecer. A pedofilia no interior, não tem esse nome. No interior as jovens casam cedo. A moça’

se casam em muitos casos, com homens bem mais velhos que estas. E numa porcentagem significativa, esta relação envolve ainda, uma criança.

O caso de maior repercussão envolve o vereador Jorge Cheim (PSD), marido da atual vice-prefeita de Cavalcante, e uma menina de 12 anos de idade da comunidade Kalunga. De acordo com o Delegado da Polícia Civil, Diogo Luiz Barreira, a prisão do vereador foi pedida em duas oportunidades, mas os pedidos foram negados, mesmo que, segundo ele, “tenham sido apresentados todos indícios necessários”. O juiz Lucas de Mendonça Lagares, que atua no caso e negou o pedido de prisão preventiva do vereador Jorge Cheim, foi convidado para participar da audiência pública, mas não compareceu. A Promotora de Justiça de Cavalcante, Úrsula Catarina da Silva Pinto, por ter parentesco com o vereador, declarou-se suspeita para continuar no processo e será substituída.

Influências político partidárias é outro ponto comum. Sobretudo no que tange ao encaminhamento das investigações, não apenas neste caso. Como as relações políticas se dão também através das relações econômicas, e burocratas.

Mães precoces – É importante destacar aqui que a falta de acesso dessas jovens ao conhecimento sobre seus direitos individuais, conquistados por mulheres historicamente, por exemplo, coloca estas jovens em uma posição de fragilidade e vulnerabilidade de informação sobre seu próprio corpo. Se lhe é proibido, pela tradição que se fundamenta também sobre sua cultura, práticas patriarcais se reproduzem como costumes coletivos. Se saber sobre seu próprio ciclo menstrual é algo impuro, que deve ser mantido sob sigilo - tal qual sua sexualidade-, quem dirá conhecer sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Outro caso que chamou atenção da Comissão foi um relatório encaminhado pela promotoria do município à Delegacia de Polícia Civil de 57 adolescentes que foram mães aos 15 anos. Assim, o ato sexual ocorreu quando as adolescentes tinham entre 13 e 14 anos. Casos comuns também na região das comunidades quilombolas. “Isso envolve estupro de vulneráveis”, denunciou o deputado Pimenta. O delegado Diogo Luiz Barreira explica que é difícil fazer a identificação dos pais, nesses casos, porque as próprias adolescentes se negam a falar”, assustadas, expostas, e violadas que foram. Moradores asseguraram que o medo e a vergonha são os principais motivos do silêncio das vítimas.

Impunidade – Durante a audiência, moradores relataram que as famílias ficam intimidadas para fazer as denúncias, e tem medo de represálias. Após o caso ganhar repercussão na mídia, representantes do Conselho Tutelar afirmaram que sofreram ameaças de morte e a sede do Conselho foi invadida e relatórios referentes a crimes sexuais contra menores foram roubados. É necessária urgente proteção não apenas as testemunhas, mas sobretudo, acompanhamento psicológico e social destas jovens, que desenvolveram um papel de visibilidade, nesse caso também negativa, à medida que são expostas, e continuam a morar na região e sofrer represálias e apontar denúncias íntimas que acontecem nessa e em outras comunidades quilombolas, negras rurais pelo interior do Brasil.

Link da reportagem realizada pela Rede Record:

<https://vimeo.com/143797713>

Texto: REDE RECORD;

O “Repórter Record Investigação” mostrou uma reportagem feita no Estado de Goiás que revela uma das faces mais cruéis da humanidade: a escravidão de crianças negras e pobres. Durante dois meses, os repórteres Lúcio Sturm, Gustavo Costa e Marcelo Magalhães levantaram documentos e investigaram crimes bárbaros: meninas são amarradas, torturadas e transformadas em servas domésticas e sexuais. Por uma ironia do destino, as vítimas são justamente descendentes de escravos. Elas vivem no quilombo Kalunga - onde, há 200 anos, seus antepassados buscavam refúgio e liberdade. A região fica próxima a Brasília - o centro do poder político brasileiro. As vítimas têm entre 9 e 14 anos de idade e foram abusadas de todas as formas por famílias brancas que deveriam protegê-las. As denúncias incluem também “leilões” de menores virgens por 100 reais. Os acusados são políticos e pessoas ricas de Cavalcante, uma cidade vizinha ao quilombo Kalunga. O programa mostra também uma entrevista exclusiva com um homem condenado por violentar uma criança quilombola de apenas 9 anos. A reportagem foi vencedora do 33º Prêmio Rei da Espanha (Categoria TV), do 60º Prêmio Esso (ExxonMobil) de Telejornalismo e do 32º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, mas 127 anos depois da abolição da escravatura, nossos repórteres mostram que a escravidão no Brasil não acabou.

EM RESPOSTA:

Em resposta ao(s) ofício(s) encaminhado(s) - até o momento - pela CONAQ ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Cidadão do MP - GO, Ofício nº 048/2016, sob o pedido de providências tomadas nos casos de denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, adoção irregular de menores e exploração do trabalho infantil ocorridas nas comunidades quilombolas em municípios do Estado de Goiás, em especial de Cavalcante, o CAODHC, que realizaram o mapeamento para a avaliação do SUAS local; Elaboração de modelos documentais para a regularização dos serviços públicos, e em atividades das comunidades quilombolas; Realização de reuniões com o Prefeito e Secretária de assistência Social de Cavalcante para a participação do Ministério Público, nas Romarias - Festas que duram dias e mobilizam todas as comunidades na região em torno das rezas e atividades coletivas. Grande momento de encontro - Mutirões, onde seriam realizadas atividades informativas e trabalhos de caráter lúdico com as crianças e mulheres das Comunidades em 2016.

ESTRATÉGIAS:

*Solicitar a deputada Isaura Lemos (PCdoB), relatora da CPI todos os arquivos e registros das reuniões;

*Solicitar ao Conselho Nacional de Justiça que analise essas sentenças que têm sido dadas pelo TJ de Goiás;

*Verificar encaminhamentos da reunião do Fórum em Goiânia, no mês de agosto, com a ministra da Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes, e com o ministro Pepe Vargas para tratar de políticas públicas na área de Direitos Humanos e Comunidades Negras Rurais, Quilombolas no Brasil;

*Solicitar encaminhamentos das denúncias feitas ao delegado Cristiomário de Sousa Medeiros que assumiu a região de Cavalcante à época;

*Paulo Pimenta informou que se houvesse qualquer constrangimento às pessoas que participaram da audiência pública, o fato deveria ser considerado uma ameaça ao trabalho da Comissão de Direitos Humanos e o caso levado à Polícia Federal e demais órgãos competentes – solicitar encaminhamentos;

* Solicitar ao ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sobre a instalação da CPI da Assembléia Legislativa que investiga violações dos direitos da criança e do adolescente na região e verificação de casos no Brasil sobre os crimes praticados;

*Verificar que em paralelo à Audiência Pública, técnicos da CDHM e da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos receberam, de forma reservada, denúncias de moradores com as ações que seriam tomadas pelas autoridades responsáveis

PARA A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CARTA DE UMA LÉSBICA NEGRA EM BUSCA DE SEUS DIREITOS.

Prezada/os,

Escrevo para que entendam o que nós Lésbicas Negras sofremos de violações. O racismo aqui no Brasil não é só individual, ele também é estrutural e institucional, ele possui mecanismos de discriminação que são produzidos e operados tanto pelas instituições públicas quanto pelas privadas permitindo sua reprodução e seu fortalecimento. Porque o racismo é uma estrutura de poder que demarca quem serão os grupos sociais que estarão no topo dessa pirâmide perversa dos processos de decisão. É aí que nós Lésbicas negras nos encontramos sem opções.

Vivemos em um processo de invisibilidade que admite que nós sejamos alijadas de todo e qualquer processo de cidadania e direitos.

Nós, Lésbicas negras, estamos em grande parte presente nas classes mais baixas, estamos empregadas em trabalhos que não possuem estabilidade, ou nos subempregos. As Mulheres negras são a maioria entre os 5,3 milhões de jovens de 18 a 25 anos que não trabalham nem estudam no país e nesse meio muitas são lésbicas. Como encontrar apoio institucional para nos vermos livres das violências? Como podemos nos sentir seguras para denunciarmos as mais variadas formas de violência que somos submetidas todos os dias? E quando muitas vezes essa violência vem de dentro de nossas casas? Todos os dias somos violentadas pelo Estado e pela sociedade. Quantas de nós Lésbicas negras estamos inseridas neste contexto de violação e com medo de gritar por socorro? Quantas de nós estão sofrendo caladas e subjugadas por temerem a sua condição de lésbica negra?

O Contexto discriminatório em que vivemos, nos leva a não sabermos como nos salvar de uma sociedade que não nos reconhece, que não nos quer visíveis e que ignora a nossa cidadania.

Não conseguimos fugir de um ataque que é constante em nossas vidas, uma tentativa de hierarquizar o processo de discriminações que vivemos, fazendo assim com que uma violação seja mais importante do que a outra. Uma tentativa de invisibilizar o que realmente SOMOS “Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras deveria ser uma questão lésbica, porque eu e milhares de outras mulheres Negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas também deveria ser uma questão sobre direitos das negras, porque milhares de lésbicas são Negras. Não existe uma hierarquia de opressão”. No entanto, isso não acontece.

Reconhecer-se negra faz parte de uma longa trajetória, as vezes ainda na infância quando nossa pele não deixa dúvidas do que somos, acabamos apontadas como diferentes pelas demais crianças que brincam conosco, às vezes um pouco mais maduras por conta de uma diferença de pigmentação e após anos

num “não lugar”. Reconhecer-se mulher e tomar consciência do papel atribuído a nós por conta de nosso gênero também nos coloca na mesma condição de razões e lógicas para militar, buscar igualdade de direitos, uma vida digna sem violência. Correr atrás do direito de ser considerada um ser humano, ter o corpo, desejos e capacidades respeitados.

Porém dentro da minoria da minoria ainda existe um subgrupo de pessoas, um grupo que consegue ter sua voz calada no movimento negro, no movimento feminista e no movimento feminista negro. São as mulheres negras que se identificam como lésbicas.

Afirmar-se lésbica é saber que sua identidade significa o enfrentamento de uma opressão que envolve ao menos dois estigmas: a negritude e a lesbianidade.

Ser lésbica nos torna ainda mais vulneráveis a diversas formas de violência contra mulheres e o silêncio ganha ainda mais força a partir do momento em que somos negras. O silêncio foi a forma encontrada para enfrentar uma sociedade racista, heteronormativa e que ainda acredita que o corpo da mulher é mercadoria e uma mercadoria que possui um dono único. Não há como separar nossas múltiplas identidades para que possamos nos encaixar num determinado movimento, somos o conjunto da obra, mulheres, negras, lésbicas. E sendo o movimento negro machista e lesbofóbico e o movimento LGBT profundamente racista como fazer com que nossas vozes possam ser ouvidas?

Não bastasse sermos rejeitadas por uma “sociedade branca heterossexual”, nós lésbicas negras temos de lutar por um espaço nos movimentos negros e homossexuais.

Nossa sociedade Racista, Machista, Heteronormativa e que hoje vive um radicalismo fundamentalista faz com que a lesbianidade seja abominada e com isso as práticas constantes de estupro corretivos ficam no campo da impunidade.

Nós lésbicas negras passamos por processos de crueldades e de violações de nossos corpos, se estamos dentro das comunidades, esses processos se tornam amis violentos e cruéis.

Nós lésbicas negras estamos sendo violentadas todos os dias, somos estupradas, brutalmente maltratadas e muitas de nós são mortas violentamente.

Eu como uma lésbica negra, assistente social, militante dos direitos humanos não aguento mais presenciar os casos que chegam até mim.

- Jovens lésbicas negras que são escorraçadas de suas casas e de suas comunidades apenas com a roupa do corpo, machucadas por dentro e violentadas por fora.
- Mulheres que me pedem ajuda para sumirem do Estado porque estão sendo perseguidas por homens que não aceitam a sua orientação sexual;
- Mães que choram desesperadas pedindo justiça porque suas filhas foram mortas de forma cruel, e expostas de forma vexatória simplesmente porque amavam outra mulher;
- Casos de esquiteamentos;

Os casos mais macabros e sangrentos que me fazem chorar à noite porque não tenho o que

fazer, porque não sei como dizer a cada uma dessas pessoas que estamos desprotegidas, que estamos a mercê desses marginais.

O que fazer? Para onde ir? Como viver em País que permite, que é cúmplice e que deixa que a vida de todas nós Lésbicas Negras sejam pressas fáceis de uma sociedade Racista, Lesbofóbica, Machista e Cruel?

O que eu peço? SOCORRO!!! E o quero? JUSTIÇA!!! Para ELAS, para MIM, para TODAS NÓS.

EU NÃO POSSO ME DAR AO LUXO DE LUTAR CONTRA UMA FORMA DE OPRESSÃO APENAS. NÃO POSSO ME PERMITIR ACREDITAR QUE SER LIVRE DE INTOLERÂNCIA É UM DIREITO DE UM GRUPO PARTICULAR. E EU NÃO POSSO TOMAR A LIBERDADE DE ESCOLHER ENTRE AS FRONTES NAS QUAIS DEVO BATALHAR CONTRA ESSAS FORÇAS DE DISCRIMINAÇÃO, ONDE QUER QUE ELAS APAREÇAM PARA ME DESTRUIR. E QUANDO ELAS APARECEM PARA ME DESTRUIR, NÃO DEMORARÁ MUITO A APARECEREM PARA DESTRUIR VOCÊ.

AUDRE LORDE

Eu sou Marcelle Esteves, Assistente Social, Lésbica Negra, Vice-Presidente do Grupo Arco Íris de Cidadania LGBT, conselheira Nacional LGBT, Coordenação Política da Articulação Brasileira de Lésbicas, Membro do Fórum de Mulheres Negras do RJ.

LINKS

Os links a seguir retratam matérias de imprensas sobre violências cometidas contra as Mulheres. As imagens registram requintes de crueldade manifestada pelos agressores. Deixamos a critério de cada um(a) o mergulho nesse universo de horrores.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL

<http://www.otempojournalismo.com.br/policia/mulher-sem-calcinha-e-encontrada-morta-na-br-101/>
<http://www.f7noticias.com.br/2016/01/jovem-de-16-anos-e-morta-com-facadas.html>
<http://www.opantaneiro.com.br/noticias/triste/garota-de-15-anos-que-estava-desaparecida-e-encontrada-morta>
<http://plantaoitabuna.com.br/adolescente-e-assassinada-no-santa-ines-suspeita-de-abuso-sexual/>
<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/04/corpo-de-jovem-gravida-e-achado-em-geladeira-na-bahia-ex-e-suspeito.html>
<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/04/gestante-e-enterrada-apos-ser-achada-morta-e-com-sinais-de-estupro-em-sp.html>
<http://extra.globo.com/casos-de-policia/jovem-morta-facadas-por-ex-namorado-que-nao-aceitou-fim-do-namoro-19006918.html>
<http://acervonoticias.com.br/itamaraju-190116-estudante-e-encontrada-morta-policia-investiga/>
http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2015/10/noticias/cidades/3911691-adolescente-e-espancada-estrangulada-e-morta-dentro-de-casa-em-vitoria.html
<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/03/noticiafortaleza,3528392/filho-encontra-a-mae-morta-com-tiro-na-cabeça-dentro-de-casa.shtml>
<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/02/mulher-e-morta-na-frente-da-filha-de-dois-anos-em-sao-jose-sp.html>
<http://jornalmontesclaros.com.br/2016/02/04/mg-mulher-desliga-telefone-na-cara-do-ex-namorado-e-e-assassinada-por-ele.html>

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

<http://folhadosertao.com.br/portal/abrir.noticia/Titulo/travesti-e-encontrada-morta-na-paraiba-com-24-perfuracoes-de-faca/ID/37317>
<http://paroutudo.com/2016/travesti-e-assassinada-a-tiros-na-zona-oeste-do-rio/>
<http://www.nlucon.com/2015/11/pelo-menos-10-travestis-foram.html>
<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/seis-travestis-ja-foram-assassinadas-neste-ano-em-campo-grande>
<http://www.camacarinoticias.com.br/noticias/3/6493,travesti-miscilene-ce-assassinado-a-pauladas-em-matagal.html>
<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-24/travesti-e-apedrejada-e-espancada-por-quatro-homens-apos-sair-de-festa.html>
<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-10-28/travesti-e-assassinada-por-cliente-em-briga-motivada-por-ciumes.html>

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO CRIOLA – GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA

COORDENAÇÃO GERAL JUREMA WERNEK, NILZA IRACI

PESQUISA E REDAÇÃO JUREMA WENECK, NILZA IRACI

COLABORAÇÕES ESPECIAIS ARTICULAÇÃO DE ONGS DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

PROJETO GRÁFICO VANESSA KINOSHITA

SOBRE AS ORGANIZAÇÕES



Geledés - Instituto da Mulher Negra foi fundado em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros, através de projetos nas áreas de direitos humanos, educação, saúde e comunicação. Participa de diversas iniciativas da sociedade civil de Monitoramento e Incidência em Políticas Públicas, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional e possui status consultivo na Organização dos Estados Americanos -OEA, bem como credenciamento junto a ECOSOC, Nações Unidas. Geledés mantém um Portal que é o espaço de expressão pública, de defesa da cidadania e dos direitos humanos e denúncia permanente.

www.geledes.org.br
gedeles@gedeles.org.br



Criola é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e conduzida por mulheres negras. Atua na defesa e promoção de direitos das mulheres, jovens e meninas negras em uma perspectiva integrada e transversal. Ao longo de sua trajetória, Criola lançou iniciativas de mobilização e advocacy em nível local, nacional e internacional, qualificação do ativismo de e para mulheres negras e da gestão pública, voltadas para o enfrentamento da violência e para a redução da mortalidade através de apoio a formação de grupos comunitários e redes de mulheres negras, projetos de orientação às mulheres em situação de violência, e constituição de plataformas para ciberativismo e de campanhas de mobilização da opinião pública contra o racismo.

www.criola.org.br
criola@criola.org.br



A Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) foi fundada em setembro de 2000 e é uma rede de organizações de mulheres negras, constituída atualmente por 27 organizações distribuídas por todas as Regiões do Brasil. A AMNB tem como missão institucional promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e à todas as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil.

www.amnb.org.br
mulheresnegras.amnb@gmail.com

Nossos agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste dossiê. Autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citadas as fontes.

APOIO:  **ONU MULHERES Brasil**
Instituto das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres

 **FORD FOUNDATION**
Na Linha de Frente das Mulheres Sociais

